

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Ata da 1.000ª

Sessão de 17/12/2019

1 1.000ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos dezessete dias do mês de
2 dezembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reúne-se o Conselho
3 Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na
4 Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob a presidência do
5 Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan e com o comparecimento dos
6 seguintes Senhores Conselheiros: Antonio Carlos Hernandez, Adalberto
7 Américo Fischmann, Adriano Brant Favarin, Alex Cavaliéri Carciofi, Aline
8 Vicente Cavanus, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Amanda Caroline
9 Harumy Oliveira, Amilton Martins dos Santos, Ana Lúcia Duarte Lanna, Ana
10 Luísa Calvo Tibério, Ana Luiza da Conceição Tenorio, Ana Maria Loffredo,
11 André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, André Lucirton Costa,
12 Wagner Costa Ribeiro, Marcos de Mattos Pimenta, Brasilina Passarelli, Carlos
13 Ferreira dos Santos, Carlos Gilberto Carlotti Junior, Carlos Roberto Ferreira
14 Brandão, Cibele Saliba Rizek, Cristiano Addario de Abreu, Cristiano Roque
15 Antunes Barreira, Cristina Maria Galvão, Danny Dalberson de Oliveira, David
16 Paraguai Molinari, Denis Vinicius Cury, Diana Gonçalves Vidal, Dimas Tadeu
17 Covas, Durval Dourado Neto, Edmund Chada Baracat, Edson Cezar Wendland,
18 Eduardo Henrique Soares Monteiro, Paulo Yukio Gomes Sumida, Elisabete
19 Maria Macedo Viegas, Eny Iochevet Segal Floh, Fábio Frezatti, Fátima de
20 Lourdes dos Santos Nunes Marques, Felipe Simoni Farias, Fernando José
21 Benesi, Fernando Silveira Navarra, Floriano Peixoto de Azevedo Marques
22 Neto, Giulio Gavini, Guilherme dos Reis Pereira Janson, Janete Harumi
23 Yariwake, Heleno Taveira Torres, Heloisa Helena Ciqueto Peres, Evaldo
24 Antonio Lencioni Titto, Isabela da Silva, Janina Onuki, Paulo Olivi, Luiz
25 Agostinho Ferreira, José Soares Ferreira Neto, Julia Kopf de Moraes Paulo,
26 Júlio Cerca Serrão, Junior Barrera, Márcio Moretto Ribeiro, Léa Assed Bezerra
27 da Silva, Liedí Légi Bariani Bernucci, Luis Carlos de Souza Ferreira, Luís
28 Eduardo Aranha Camargo, Luís Ribeiro de Paula Júnior, Luiz Henrique
29 Catalani, Gustavo Alberto Burdman, Marcelo Knörich Zuffo, Carlos Roberto
30 Bueno Junior, Marcílio Alves, Marcos Egydio da Silva, Marcos Garcia Neira,
31 Marcos Silveira Buckeridge, Margaret de Castro, Maria Aparecida de Andrade
32 Moreira Machado, Paulo Martins, Maria Cristina Ferreira de Oliveira, Maria
33 Dolores Montoya Diaz, Maria Helena Palucci Marziale, Maria Luiza Paulino
34 Nogueira da Silva, Marilene Proença Rebello de Souza, Marinilce Fagundes

35 dos Santos, Marly Augusto Cardoso, Marly Babinski, Miguel Antônio Buzzar,
36 Oscar Alves de Azevedo, Maisa de Souza Ribeiro, Ricardo Ricci Uvinha, Neli
37 Maria Paschoarelli Wada, Osvaldo de Freitas, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Paolo
38 Di Mascio, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pedro Leite da Silva Dias,
39 Pietro Ciancaglini, Elfriede Marianne Bacchi, Raquel Rolnik, Raymundo Soares
40 de Azevedo Neto, Regina Szyllit, Renato de Figueiredo Jardim, Rodney Garcia
41 Rocha, Rodrigo do Tocantins Calado de Saloma Rodrigues, Carlota Josefina
42 Malta Cardozo dos Reis Boto, Sergio Muniz Oliva Filho, Sylvio Roberto Accioly
43 Canuto, Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho, Tirso de Salles Meirelles,
44 Umberto Cesar Corrêa, Vanderlei Salvador Bagnato e Vivian Helena Pellizari.
45 Presente, também, o Prof. Dr. Pedro Vitoriano de Oliveira, Secretário Geral.
46 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus
47 respectivos suplentes, os Conselheiros: André Vitor Singer, Antonio Carlos
48 Teixeira Álvares, Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva, Hamilton
49 Brandão Varela de Albuquerque, Holmer Savastano Junior, John Campbell
50 McNamara, José Carlos Egues de Menezes, Kimi Aparecida Tomizaki,
51 Manfredo Harri Tabacniks, Marcelo Papoti, Maria Arminda do Nascimento
52 Arruda, Miguel Parente Dias, Monica Herman Salem Caggiano, Monica
53 Sanches Yassuda, Primavera Borelli Garcia e Rogério de Almeida.
54 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: André Carlos Busanelli de
55 Aquino, Antenor Cerello Júnior, Bianca Borges dos Santos, Carmino Antonio de
56 Souza, Douglas Felix dos Reis Fernandes, Emanuel Carrilho, Flávia Marques
57 Ferrari, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Leoberto Costa Tavares, Luis
58 Rodrigo Torres Neves, Paulo Nelson Filho, Pedro Gabriel dos Santos Pereira,
59 Sérgio de Albuquerque e Viviane Felintro de Souza. Havendo número legal de
60 Conselheiros, o **M. Reitor** declara aberta a Sessão do Conselho Universitário
61 da Universidade de São Paulo. **M. Reitor:** “Caros colegas conselheiros e
62 conselheiras, estamos começando a milésima reunião do Conselho
63 Universitário da nossa USP. As primeiras reuniões foram de 1934, como bem
64 sabem, e hoje estamos comemorando a milésima reunião, depois de 85 anos.
65 Para começar, nada melhor do que ouvirmos o nosso CoralUSP. Esse aqui é o
66 Grupo Azul e é por isso que eles estão trajados com lenços azuis, sob a
67 regência do maestro André Juarez. Vamos começar ouvindo música para nos
68 acalmarmos antes de discutir o orçamento. Muito obrigado a vocês por terem

69 vindo durante esse horário, obrigado por se disporem a cantar para nós. Com a
70 música do CoralUSP, com certeza estamos começando muito bem.” A seguir, o
71 **M. Reitor** passa à **PARTE I – EXPEDIENTE** com a Celebração da 1000ª
72 Reunião do Conselho Universitário, na qual o Grupo Azul do CoralUSP
73 apresenta-se para o Conselho Universitário. Ao fim da performance, o grupo é
74 aplaudido pelos conselheiros. **M. Reitor**: “Lindo o Coral Azul. Muito obrigado,
75 agradeço ao maestro, a todos os membros do Coral, muito obrigado por vocês
76 quebrarem um pouquinho a rotina exaustiva dessas reuniões. Desejo boas
77 festas e um excelente 2020 a todos vocês. Meus caros colegas e minhas caras
78 colegas, como é um momento festivo e muito importante da nossa história, a
79 Secretaria Geral preparou uma espécie de brinde, um certificado de
80 participação para todos que estão hoje nessa reunião. Farei, portanto uma
81 entrega simbólica para o decano de nosso Conselho, Professor Adalberto
82 Fischmann, representando todos os membros de nosso Conselho.” Ato
83 seguinte o reitor entrega uma réplica da torre do relógio e um certificado de
84 participação da milésima reunião do Conselho Universitário ao Conselheiro
85 Adalberto Américo Fischmann, que é aplaudido pelos conselheiros. **Cons.**
86 **Adalberto Américo Fischmann**: “Creio que essa homenagem é para todos
87 nós, gostaria de compartilhar a alegria de estarmos nesse milésimo Conselho
88 Universitário que nós, com tanto prazer e por vezes com algum sofrimento,
89 temos aqui passado essas últimas sessões. Gostaria de formular meus votos
90 de que tenhamos muito mais sessões, quem sabe ainda muitas mais, mil e
91 cem eu acho que está muito longe, mas mil e cinquenta eu acho que é
92 possível. Muito obrigado, a homenagem é para todos.” **M. Reitor**: “Muito
93 obrigado, Professor Adalberto, todos nós receberemos, na saída, o símbolo
94 que é nossa torre do relógio e um certificado de que participamos dessa
95 reunião. Queria entregar mais um desses certificados para o membro atual com
96 participação mais antiga e ficamos sabendo que tem um dos membros atuais
97 que, em 1977 - vários dos presentes ainda não tinham nascido -, participou
98 como representante discente de Graduação. Vou chamar o Professor Pedro
99 Dallari, representante do IRI.” O certificado é entregue ao Conselheiro Pedro
100 Bohomoletz de Abreu Dallari, que esclarece que preparou uma fala a ser
101 apresentada durante Palavra aos Conselheiros. O homenageado é aplaudido
102 pelos Conselheiros. **M. Reitor**: “Depois o Professor Pedro nos contará, na

103 palavra aos conselheiros, o que a representação discente daquela época fazia.
104 Se vocês acham que o Professor Pedro vivenciou muita coisa aqui, nós temos
105 ainda mais uma agradável surpresa, que eu não sabia e a Secretaria Geral
106 levantou. Nós temos uma pessoa que participou de 331 sessões do Conselho
107 Universitário. É praticamente um terço de nossas reuniões. Uma pessoa que
108 sabe praticamente tudo o que aconteceu aqui na USP. Ela começou a
109 participar em 1972! É a nossa querida Renata Teixeira dos Reis.” A seguir, o
110 M. Reitor homenageia a Senhora Renata de Góes Cordeiro Pinho Teixeira dos
111 Reis, servidora da Secretaria Geral, entregando-lhe uma placa. A
112 homenageada agradece a honraria e é aplaudida pelos Conselheiros. **M.**
113 **Reitor:** “Renata, em meu nome e em nome de todos os antigos Reitores que
114 você ‘aturou’, agradeço profundamente. Muito obrigado por tudo, é muito
115 confortável para um Reitor dispor de uma equipe dessas como a que a
116 Senhora Renata comandou nas últimas décadas e é muito importante nessas
117 reuniões termos apoio administrativo que nos dê confiança e a Senhora Renata
118 é essa pessoa sensacional que nos acompanha e nos acompanhou nos
119 últimos 47 anos. Isso é fantástico! Gostaria de falar um pouco também, pois
120 creio que o momento é muito importante, creio que seja um momento de
121 comemoração, mas também de reflexão e de análise do que aconteceu e creio
122 que isso é muito importante para nós. Minhas queridas amigas e amigos,
123 estamos realizando a milésima reunião do Conselho Universitário da USP,
124 momento de celebração que justifica o ambiente festivo de música e
125 homenagens nesse começo de reunião. É também uma oportunidade de
126 lembrar a importância desse colegiado para a estabilidade e sustentabilidade
127 de nossa Universidade. As primeiras duas reuniões já foram divulgadas e são
128 reuniões históricas que implantaram a Universidade de São Paulo em 1934 e a
129 consagraram como a Universidade de Pesquisa - e insisto nesse ponto, -
130 Universidade de pesquisa, pública, gratuita e de qualidade. Faço questão de
131 frisar todos os adjetivos, nós não temos que ter vergonha de sermos uma
132 Universidade de pesquisa pública, gratuita e de qualidade. Qualidade não é um
133 defeito, é uma virtude e nós temos essa obrigação com a sociedade. Segundo
134 o nosso Estatuto, o Conselho Universitário é o órgão máximo da USP, com
135 funções normativas e de planejamento, cabendo-lhe estabelecer a política
136 geral da Universidade para a consecução de seus objetivos. Assim,

137 diferentemente do que acontece na maioria das nossas co-irmãs no exterior, o
138 nosso colegiado máximo tem um caráter duplo, tanto administrativo quanto
139 acadêmico. Ao exercer esse papel duplo temos de estar muito atentos para
140 não nos determos muito mais em um deles em detrimento das discussões
141 necessárias para o outro. Procuro tomar o máximo de cuidado para que não
142 sejamos apenas um órgão administrativo, mas sejamos também um órgão
143 acadêmico. Quero destacar que, ao longo de seus 85 anos de existência, esse
144 Conselho, além de suas funções estatutárias, teve uma atuação marcante
145 como um poder moderador, no bom sentido, na condução das atividades da
146 Instituição. Teve o papel de garantir a manutenção das atividades da USP,
147 permanecendo sempre atuante nos momentos mais cruciais de sua existência.
148 Nas grandes crises vividas ao longo dos anos, o Conselho Universitário
149 garantiu, com equilíbrio e firmeza, as ações da USP. A Universidade, por ser
150 uma entidade viva e dinâmica, intensamente integrada com a sociedade,
151 mesmo que essa inter-relação nem sempre seja claramente compreendida,
152 passou por sérias crises, algumas provocadas por atos externos e outras
153 geradas por litígios internos – por isso que escrevi aquela questão da autofagia
154 que às vezes esquecemos. Gostaria de lembrar dois fatos, lembro que tivemos
155 a renúncia de dois Reitores, a primeira renúncia foi do Professor Lucio Martins
156 Rodrigues, que em 1939, já no Estado Novo, por desentendimentos com o
157 interventor da época da ditadura Vargas, Doutor Ademar de Barros, muito
158 famoso, não pelos seus méritos. A situação foi administrada pelo Conselho de
159 maneira tranquila, sem aceitar as imposições do interventor, quero dizer,
160 sempre que temos uma ditadura, naturalmente temos alguma crise grande
161 acontecendo. A segunda foi a renúncia do Professor Roberto Leal Lobo e Silva
162 Filho, em 1993 - alguns de vocês já estavam na Universidade -, quase no fim
163 de seu mandato, por divergências internas; ocasião em que o Conselho
164 Universitário deu condições para que o Vice-Reitor da época, Professor Doutor
165 Ruy Laurenti, assumisse o comando e convocasse eleições, abdicando da sua
166 condição de candidato natural à Reitoria, novamente o Conselho Universitário
167 foi fundamental para a superação dessa crise. Outro momento crucial de nossa
168 história foi a cassação do Vice-Reitor, no exercício da Reitoria, Professor Hélio
169 Lourenço de Oliveira, em maio de 1969, vítima do AI-5, quando o Conselho
170 praticamente se manteve em reunião permanente com os Diretores das

171 Faculdades mais antigas se revezando na presidência e no exercício da
172 Reitoria, até a eleição e posse do novo Reitor, Professor Doutor Miguel Reale,
173 no fim daquele fatídico ano. Não me alongando demais, quero destacar a
174 atuação decisiva do Conselho nas reformas do Estatuto da Universidade. A
175 reforma de 1968 foi marcante, quando as cátedras foram extintas, os
176 Departamentos foram criados, os cursos ficaram semestrais, por disciplinas – e
177 mais flexíveis, portanto – e os colegiados mais fortes. Foi uma reforma
178 significativa, tive a oportunidade de ouvir o relato de um então representante
179 discente, gostaria de lembrar que essa reforma foi feita por um Conselho
180 Universitário formado quase que exclusivamente de Professores Catedráticos,
181 no meio de uma ditadura militar, o que acabou custando a cassação de nosso
182 então Reitor da época Hélio Lourenço de Oliveira. A reforma de 1988, já mais
183 recente e com algum de nós atuando, também não foi tranquila, o assunto
184 chegou à grande imprensa com anúncios pagos de Professores Titulares
185 inconformados com algumas das mudanças propostas como a criação das Pró-
186 Reitorias, tirando o poder de certos grupos, além da organização dos
187 colegiados com maior participação de funcionários e alunos. Mais
188 recentemente, em 2013, e creio que nesse caso alguns de nós já estivéssemos
189 presentes no Conselho Universitário, o Conselho modificou o processo
190 sucessório do Reitor, reduzindo o poder dos dirigentes, acabou com o segundo
191 turno das eleições de Reitor e acabou aquele hábito que se tinha de fazer
192 acordos e composições entre o primeiro e segundo turno. Com isso tivemos
193 uma mudança radical, na qual os dirigentes perderam seu poder de manobra.
194 As dificuldades continuaram e o Conselho Universitário, em 2014, apoiou a
195 nova gestão na condução da Universidade, naquela que foi a sua maior crise
196 financeira desde a autonomia, em 1989. Não vou me alongar mais, mas quero
197 demonstrar que o Conselho Universitário, nosso colegiado, teve um papel
198 fundamental para que a Universidade alcançasse a excelência, a
199 respeitabilidade e a situação que ela está hoje. Meus amigos eu tenho muito
200 orgulho de participar desse colegiado e considero uma honra e um privilégio
201 poder presidi-lo. Comparando com nossas congêneres de renome no exterior.
202 O Conselho Universitário, nosso órgão máximo da Universidade, é um grande
203 modelo de gestão compartilhada e democrática de uma Universidade. Não
204 conheço nenhuma outra Universidade de excelência que tenha um órgão com

205 essa nossa disposição. Parabéns a todos, aos nossos antecessores que
206 formataram e implantaram essa organização e a nós, a todos que a mantemos
207 e fortalecemos. Parabéns a todos.” Palmas. A seguir, o **M. Reitor** informa que
208 deverá ser preparada uma foto com todos os conselheiros para registrar a data
209 celebrada. **M. Reitor**: “Reforço que todos receberão a torre do relógio e o
210 certificado, entreguei simbolicamente ao decano deste Conselho, mas todos
211 receberão. Para que possamos dar início à milésima reunião de nosso
212 Conselho Universitário começamos com a discussão e votação da ata.” A
213 seguir, o **M. Reitor** coloca em discussão e votação da Ata da 999ª Sessão do
214 Conselho Universitário, realizada em 19.11.2019, ressaltando aos Senhores
215 Conselheiros que se houver alguma correção que não seja de conteúdo, a
216 Secretaria Geral poderá providenciar os ajustes. Não havendo manifestações
217 contrárias, a Ata é aprovada por unanimidade. A seguir, o Senhor Secretário
218 Geral passa à apresentação dos novos membros. **Secretário Geral**:
219 “Representantes de Congregação: Prof. Dr. Alex Cavaliéri Carciofi do Instituto
220 de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (recondução);
221 Representação Discente de Pós-Graduação: Sr.ª Amanda Caroline Harumy
222 Oliveira (ECA); Sr.ª Viviane Felintro de Souza (FMRP); Sr. Cristiano Addario de
223 Abreu (FFLCH); Sr.ª Aline Vicente Cavanus (IAU); Sr.ª Ana Luiza da Conceição
224 Tenorio (IME); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado
225 de São Paulo – FECOMERCIO: Dr. Antenor Cerello Júnior (recondução);
226 Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP: Dr. Antonio Carlos
227 Teixeira Álvares (recondução). **M. Reitor**: “Gostaria de lembrar que a
228 representação discente representa os alunos, suas Unidades de origem são
229 apenas para que possamos localizá-los.” A seguir, o **M. Reitor** passa às suas
230 comunicações. **M. Reitor**: “Com relação às comunicações, eu esperava não
231 ter, mas temos algumas, então vou começar com as boas. A primeira diz
232 respeito à matrícula unificada, ou seja, a confirmação da matrícula dos
233 ingressantes que vai se realizar nos dias 18 e 19 de fevereiro 2020, terça e
234 quarta-feira da primeira semana de aula e será um evento único, com todos os
235 alunos juntos, um evento USP de integração desses nossos alunos
236 ingressantes. A outra notícia que me deixou muito contente é a interação entre
237 as Unidades que está ocorrendo de maneira espontânea, preocupada com
238 essa visão de uma Universidade multidisciplinar. Todas as senhoras e os

239 senhores sabem que em 1969 a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e
240 Letras foi desmembrada em dez Unidades, naquela época havia uma lógica,
241 fruto da reforma do Estatuto - porque esse Estatuto consolidou a Universidade -
242 de modo que cada uma das áreas de conhecimento foi centralizada nesses
243 novos institutos; essa centralização criou a multidisciplinaridade. Por exemplo,
244 os alunos da minha unidade assistem e assistiam aulas com professores da
245 Química, da Física, Matemática, Geociências, Direito e assim por diante. Hoje,
246 passados 50 anos, há uma necessidade de integração, fiquei muito satisfeito
247 ao ver que seis dessas Unidades, que são de um grupo principalmente de
248 ciências exatas, estão começando a atuar em conjunto. Fizeram, ontem, a
249 primeira congregação conjunta para consolidar essa união e se
250 autodenominaram Clube do Matão, porque ficam todos na Rua do Matão,
251 vizinhos da FAU. Fico muito contente de ver o IAG, IB, ICB, IF, IME e IQ
252 tomando ações conjuntas e trabalhando juntos. O terceiro item, já não tão
253 positivo, que quero chamar a atenção é o seguinte: somos uma Universidade
254 Estadual, não temos relacionamento direto e vínculo com órgãos federais, no
255 entanto precisamos, sim, e estamos preocupados, sim, com o que está
256 acontecendo em Brasília, depois o Professor Carlotti entrará em detalhes, mas
257 para a Universidade de São Paulo é preocupante o que acontece em Brasília e
258 é preocupante nós não termos segurança do que acontecerá com a CAPES,
259 CNPq, Finep, BNDES, etc. No caso da CAPES e CNPq, principalmente, nós
260 temos mais de 6 mil bolsas da CAPES, 2.600 ou 2.700 do CNPq, não são
261 números desprezíveis e esse apoio do Governo Federal garante a nossa
262 continuidade das atividades de ensino e pesquisa que são muito importantes,
263 portanto a USP, junto com suas co-irmãs, está empenhada em fazer ações
264 contínuas em Brasília. Hoje creio que a Vice-Reitora da UNICAMP esteja lá,
265 porque nos preocupa muito o que vai acontecer. Não estou sendo pessimista,
266 mas estou sendo realista, é por isso que o CRUESP e, particularmente, a USP
267 está muito atenta e acompanhando o andamento dessas relações. Acho isso
268 muito importante e o Professor Carlotti irá relatar para vocês a preocupação no
269 aspecto de bolsas de pós-graduação. Por último, gostaria de falar sobre o teto
270 salarial. Quero reforçar o que relatei na última reunião do Conselho
271 Universitário, desde que fomos obrigados, pelo Tribunal de Justiça do Estado
272 de São Paulo, de cortar o extrateto que estávamos pagando, e quero chamar a

273 atenção, não era nada ilegal, nós da Universidade de São Paulo, respaldados
274 em sua Procuradoria Geral, estávamos cumprindo a legislação da maneira que
275 estávamos compreendo e entendendo, quero dizer, houve mudança de
276 compreensão pelo Supremo Tribunal Federal e essa mudança na
277 compreensão, para nós, feria o direito adquirido, mas mesmo assim o Tribunal
278 de Contas do Estado e o Tribunal de Justiça acabaram acatando as decisões
279 do Supremo e, com isso, fomos obrigados a reduzir e a cortar o que era o
280 extrateto. Mas tudo isso, graças ao apoio do renomado jurista Eros Grau e ao
281 apoio do Dr. Marcos da Costa, ex-presidente da OAB aqui em São Paulo,
282 conseguimos iniciar um processo junto ao Supremo Tribunal Federal e esse
283 processo continua sendo acompanhado *paripassu* e do mesmo modo que me
284 referi às agências de fomento, de uma maneira contínua pela Universidade de
285 São Paulo, pois entendemos que esse é um ponto muito importante. Quero
286 chamar a atenção, também e novamente, para não termos litígios internos, que
287 o teto salarial é para a Universidade de São Paulo uma garantia de qualidade,
288 diferentemente do que acontece com os auditores, área de justiça, área fiscal e
289 etc... No caso dos docentes universitários dentro de nosso país o docente pode
290 receber valores superiores ao que as três Universidade Paulistas estão
291 pagando, um risco real, um risco efetivo, algumas Unidades já estão sofrendo
292 isso de fato e além disso, os nossos docentes, graças à qualidade que eles
293 têm, são muito bem vindos e muito bem recebidos pelas nossas co-irmãs no
294 exterior, os mais jovens conseguem iniciar uma carreira brilhante no exterior e
295 os mais experientes conseguem concluir uma carreira brilhante por lá. O risco
296 não é, no caso, como por vezes é dito que 'o salário é muito alto, não se
297 precisa de mais', o risco é que temos a real possibilidade de perda de talentos
298 de nossa Universidade, não é apenas privilegiar quem já é privilegiado, mas é
299 garantir que as Universidades Estaduais Paulistas continuem sendo as de
300 excelência para nosso país, então não se trata apenas de interesses
301 corporativistas, é um interesse institucional, isso deve estar muito claro para
302 todos nós e não devemos ter dúvidas quanto a isso. Outra coisa é que gostaria
303 de deixar muito claro que, tanto o Professor Eros Grau quanto o Doutor Marcos
304 da Costa estão nos apoiando e estão trabalhando de uma forma graciosamente
305 sem nenhum interesse econômico, pois eles também acreditam e temem o
306 risco que as Universidade Públicas Paulistas podem correr com a perda de

307 talentos no curto prazo. Creio que já falei demais. Abro a palavra aos senhores
308 conselheiros.” A seguir o **M. Reitor** passa à palavra aos Senhores
309 Conselheiros. **Cons. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari**: “Na sessão de 16
310 de dezembro de 1977, há exatos 42 anos, completados na data de ontem, fiz
311 parte pela primeira vez desse Conselho Universitário. Era a sessão de número
312 694. Aluno de graduação da Faculdade de Direito, assumi a posição com meus
313 colegas, recém-eleitos, para a representação discente. O Brasil vivia a
314 emergência da mobilização pela redemocratização do país, em agosto daquele
315 mesmo ano de 1977, o Professor Gofredo da Silva Telles havia lido a *carta aos*
316 *brasileiros* na tribuna do largo de São Francisco, marcando a presença da
317 Universidade de São Paulo naquela luta cívica. Nela, em grandes
318 manifestações públicas, os estudantes tiveram papel muito relevante. Lembro-
319 me de ter usado a palavra nesse Conselho Universitário para anunciar a
320 recriação da União Estadual dos Estudantes, a UEE, e de outras entidades
321 estudantis. O período que se seguiu assistiu ao engajamento da USP e da
322 universidade brasileira no enfrentamento da ditadura militar. Em 1982 as
323 primeiras eleições diretas em muitos anos para a escolha dos governadores
324 dos estados registraram diversas vitórias de forças de oposição, inclusive em
325 São Paulo e a Universidade foi chamada para participar com seus quadros e
326 seu conhecimento em um trabalho de viabilização das administrações
327 democráticas. Com o fim da ditadura em 1985 e a instalação da Assembleia
328 Nacional Constituinte em 1987, essa incorporação da Universidade ao esforço
329 de construção da democracia se acentuou. Já estudante de Pós-graduação da
330 Faculdade de Direito e Assessor Jurídico na Constituinte, pude testemunhar a
331 participação ativa de acadêmicos, entre eles professores da USP, nas sessões
332 parlamentares e nas audiências públicas. Entre os temas que seriam tratados
333 na nova Constituição, a Universidade impregnou a Constituinte, mas o que é
334 mais importante, a Universidade se impregnou da Constituinte e da
335 Constituição promulgada em 1988. A atividade acadêmica passou a ser
336 fortemente pautada pelas demandas emanadas de uma sociedade bastante
337 inquieta, desejosa de transformações. A consagração da autonomia
338 universitária no texto constitucional não foi, assim, mera decorrência natural e
339 automática do processo legislativo, em um contexto de profunda sinergia,
340 resultou, isso sim, do reconhecimento da sociedade brasileira agradecida pelo

341 compromisso público demonstrado pela comunidade acadêmica ao longo
342 daquele processo histórico que marcou a passagem da ditadura para a
343 democracia. Muito tempo depois, no momento em que esse Conselho
344 Universitário realiza sua milésima sessão, vê-se novamente a marca da
345 inquietação na sociedade brasileira, agora inconformada com um quadro
346 assinalado por problemas graves e de toda a ordem, econômica, social, política
347 e mesmo no plano da moralidade pública, a chaga da extrema desigualdade
348 social, a precariedade dos serviços públicos, a corrupção, são mazelas que
349 seguem presentes na vida brasileira, em que pesem as conquistas das últimas
350 décadas. Em um cenário que não é estranho ao que ocorre em âmbito global.
351 Motivações sociais legítimas passam a dar respaldo a fórmulas retrógradas e
352 antidemocráticas no campo da política e da administração, até mesmo pela
353 falta de alternativas consistentes e visíveis, o enfraquecimento da autonomia
354 universitária é a ameaça que claramente se evidencia. Diante desse quadro
355 bastante preocupante, valho-me dessa milésima sessão para propor aos
356 colegas do Conselho Universitário reflexão em torno da necessidade de
357 compromisso mais acentuado da USP e da universidade brasileira com os
358 destinos de nossa sociedade, assim como se deu na jornada da
359 redemocratização. Não se trata de abandonar a busca das metas de
360 excelência acadêmica internacionalmente reconhecidas, mas é preciso se ter
361 em mente que uma universidade de excelência, ainda mais uma universidade
362 pública, não é viável em uma sociedade iníqua e fraturada. A sorte da USP e
363 da universidade em nosso país está intrinsecamente associada à sorte da
364 sociedade brasileira. Essa perspectiva de maior conexão com a sociedade
365 deve ir além das medidas sociais afirmativas ou do aprimoramento de
366 mecanismos de comunicação que possibilitem às pessoas tomarem
367 conhecimento do que é feito na Universidade, é preciso trazer a sociedade
368 para dentro da Universidade, incorporando-a de forma mais intensa ao
369 processo de produção de conhecimento, e é preciso integrar mais efetivamente
370 a Universidade na formulação e implementação de políticas públicas. O
371 profundo distanciamento do universo acadêmico e o plano da gestão pública
372 que a recente CPI das universidades públicas exibiu deve nos servir de alerta.
373 Da mesma forma que se deu no processo de redemocratização do país, a
374 autonomia universitária e sua preservação só podem ser asseguradas com a

375 legitimidade social que a Universidade aфирa por meio da demonstração de sua
376 imprescindibilidade. Há vários mecanismos acadêmicos que podem ser
377 acionados para promover a reforma radical do relacionamento da Universidade
378 com a sociedade na USP. Dedicamos os dois últimos anos para a produção
379 dos projetos acadêmicos das Unidades, dos departamentos e do corpo
380 docente, é chegada a hora de discutirmos e aprovarmos o projeto acadêmico
381 da própria Universidade de São Paulo. Nele deverá ser contemplada essa
382 perspectiva de revitalização do enraizamento social de nossa Universidade
383 com a adoção de estruturas, procedimentos e métricas que realmente
384 materializem uma nova realidade. A reflexão que aqui proponho, colegas do
385 Conselho Universitário, resulta da vivência auferida entre esses dois momentos
386 de minha presença nesse colegiado, a da sessão do longínquo 16 de
387 dezembro de 1977 e a da milésima sessão neste 17 de dezembro de 2019.
388 Recebam a proposta como uma singela contribuição para que outras mil
389 sessões desse Conselho possam ocorrer sobre a marca da excelência e do
390 vanguardismo que sempre caracterizaram a Universidade de São Paulo. Muito
391 obrigado pela atenção." Palmas. **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior:**
392 **(apresentação)** "O ano de 2019 foi um ano de muito trabalho na Pró-Reitoria e
393 bastante produtivo: implementação do Print, conseguimos encaminhar 400
394 alunos para o exterior, 140 professores da USP foram para o exterior,
395 trouxemos 160 professores estrangeiros dentro desse Programa, 30
396 universidades internacionais da maior qualificação vieram aqui para conhecer o
397 nosso Programa; comemoramos cinquenta anos da Pós; uma avaliação
398 qualitativa que está mudando a avaliação da CAPES também; atualização de
399 normas; discussão de novo modelo e disciplinas novas na pós-graduação, mas
400 durante o ano grande parte do trabalho foi para as defesas de bolsas e
401 basicamente da CAPES, que era a nossa agência que estava com problemas -
402 vocês se lembram que tivemos um corte linear de todos os Programas 7, 6, 5 e
403 4, depois 7, 6 e 5 voltaram, depois, mais recentemente, o que eles chamaram
404 de '4+' tivemos recuperação de bolsas e esse corte ficou restrito aos
405 Programas 3 e 4, que eles chamaram de '4-', que é uma classificação que não
406 existe da CAPES. Então, essa preocupação foi o ano todo, conseguimos
407 reverter algumas situações, outras não e mais recentemente, que é o motivo da
408 minha fala agora, estamos tendo, nas últimas semanas, um eventual problema

409 com bolsas do CNPq, então, trouxe esse quadro para mostrar a distribuição
410 das bolsas na USP no dia 12 de dezembro. Olhando a figura da esquerda,
411 temos a distribuição hoje da CAPES com 6.240 bolsas, 2.537 de Mestrado e
412 3.703 de Doutorado entre o Programa Proap, que são os Programas 3, 4 e 5 e
413 o Programa Proex, que são os programas 6 e 7. Do começo do ano para cá
414 foram em torno de 250 bolsas que perdemos da CAPES, aquilo que eu falei
415 que eram os Programas 3 e 4, mas no final não teve um grande impacto,
416 porque só da CAPES gira em torno de 3%, 4%. É importante para aqueles
417 programas que perdemos, mas, no total, não tivemos uma perda significativa.
418 Ali na tabela central temos a distribuição do CNPq, temos hoje 2.288 bolsas e a
419 tabela do lado direito temos a distribuição da FAPESP com 1.664 bolsas,
420 somando temos 8.525 bolsas, sendo 26,8% de bolsas do CNPq. E nas últimas
421 semanas tivemos a notícia do CNPq que eles não estão mais permitindo que
422 nós façamos a inserção de alunos em bolsas que tenham terminado. Toda
423 bolsa que termina você não consegue alimentar o sistema. Isso pode
424 representar uma diminuição de 2.288 bolsas, existem duas versões do CNPq,
425 uma é que essas bolsas irão voltar dentro dos Projetos, então, o Projeto
426 Universal, os INCTs, que essas bolsas voltariam em forma de projeto, existe
427 outra informação - essa veio por escrito -, que seriam abertos Editais no
428 começo do ano para fazer o preenchimento dessas bolsas, mas não sabemos
429 que Edital vai ser, como vai ser, não está garantida a volta dessas bolsas, por
430 isso é que estamos trabalhando com o CNPq, o Professor Vahan adiantou para
431 vocês, fizemos um documento USP, UNICAMP e UNESP, estamos entregando
432 hoje para o CNPq solicitando que esse processo de suspensão não ocorra, que
433 possamos ter maior clareza do que será essa redistribuição de bolsa e quando
434 será, que haja um calendário para isso, para que não tenhamos essa
435 interrupção. Na CAPES conseguimos reverter, mas com o CNPq estamos
436 começando agora esse trabalho, porque até então não tínhamos nenhuma
437 ameaça, mas é provável que nesse começo do ano tenhamos essa flutuação
438 de bolsa, essa incerteza e precisaremos ser bastante acertável junto à
439 Agência, para que não tenhamos prejuízo, mas algum prejuízo deveremos ter,
440 já temos processos seletivos ocorrendo, alguns alunos precisariam já estar
441 tendo essa informação de bolsa. Tenho recebido a visita de Diretores,
442 Presidentes de CPGs, Coordenadores de Programas, dois, três diariamente

443 para mostrar essa preocupação com o CNPq, mas queria adiantar para vocês
444 que isso é uma preocupação da Pró-Reitoria, da Reitoria e iremos tentar
445 diminuir ao máximo o problema com essas bolsas. Lá no canto direito coloquei
446 o número de alunos que tínhamos no dia 12 de dezembro, então temos 23.449
447 alunos e devemos considerar que um terço dos alunos não precisam ou não
448 querem bolsa, quem já têm um emprego, então, um terço calculamos que não
449 queiram bolsas, então está faltando nessa conta 8.000 alunos que deveriam ter
450 bolsas e não estão tendo, é um número significativo. Outro comentário que
451 quero fazer em relação a essas bolsas, o subfinanciamento que a Universidade
452 vem recebendo. A CAPES tem 95.000 bolsas no sistema, a USP forma em
453 torno de 12,5% dos doutores e 10% de doutores no país, vamos fazer uma
454 conta rasa de 10% que fica mais fácil, então, dos 95.000 deveríamos ter 9.500
455 e temos 6.240 bolsas. A mesma realidade acontece com o CNPq, dentro do
456 sistema nacional somos subfinanciados e agora estamos tendo essa ameaça
457 de corte de bolsas do CNPq, que espero que não aconteça. Só as bolsas do
458 CNPq, para vocês terem uma ideia de grandeza, representaria R\$ 50 milhões
459 por ano para a Universidade, é um valor que não dá para nós, mesmo com a
460 boa vontade da COP, sei que esse valor não é facilmente encontrável aqui na
461 Universidade, se somarmos tudo isso, colocar Proap e Proex, isso deve gerar
462 em torno de R\$ 300 milhões, que é o valor próximo ao que fazemos de suporte
463 estudantil aqui na Universidade. Guardem o número R\$ 50 milhões. O próximo
464 *slide* apresenta o orçamento da Pró-Reitoria no ano de 2019, que é muito
465 próximo daquele que iremos aprovar hoje, temos R\$ 8.014.621,00 no PAE - o
466 PAE é o Programa de Aperfeiçoamento de Formação Didática dos alunos -, o
467 orçamento da USP foi de R\$ 1.290.000,00, mas temos que fazer apoio ao
468 Mestrado Profissional, porque eles não têm financiamento, temos que ajudar os
469 Programas 3, que não entraram no Print que, para serem internacionalizados,
470 eles podem trazer um professor durante quinze dias para cá e a Pró-Reitoria
471 está ajudando, o Prêmio Vídeo de Tese, a Cátedra que iremos criar para o ano
472 que vem. Temos o apoio do Santander, que utilizamos para o Prêmio USP de
473 Teses para suporte aos alunos, orientadores e avaliadores desse prêmio,
474 podemos também utilizar para alguns eventos com esse financiamento e
475 também parte do PROAP, que é destinado à Pró-Reitoria, que utilizamos para
476 Bancas de dupla titulação e outras iniciativas. Só para mostrar para vocês que

477 do dinheiro que tem na Pró-Reitoria, nada chega perto de R\$ 50 milhões. É
478 claro que estamos dispostos a recebê-los, a discutir bolsa, mas não existe uma
479 expectativa que iremos criar um grande programa de bolsas para substituir, se
480 for o caso, essa perda do CNPq. A política será insistir com o CNPq, tentar que
481 eles mudem a postura ou que faça uma postura, mas combinado com as
482 universidades, deixando claro para a Universidade qual é o plano que eles têm
483 de substituição de bolsa e com calendário. Esse é o trabalho que iremos fazer,
484 espero de todos compreendam que a Pró-Reitoria está sempre disposta a
485 conversar com vocês, esclarecer esses dados. Lembrando que com a CAPES,
486 só conseguimos fazer a reversão desse processo porque teve uma grande
487 mobilidade de toda a sociedade acadêmica, não acadêmica e pudemos
488 reverter. Acho que agora é apoio ao CNPq, apoio à CAPES, mas com essa
489 lembrança que precisamos fazer a manutenção desses valores. O orçamento
490 da CAPES me parece que está estável, não estou vendo grandes ameaças
491 para o próximo ano. Agora é o CNPq que é o nosso foco de atenção e as
492 próximas semanas serão de muita conversa. Peço o apoio de todos para que
493 possamos reverter essa situação.” Palmas. **Cons. Paulo Martins:** “Antes de
494 mais nada venho à tribuna justificar a ausência da Diretora, Professora Maria
495 Arminda, porque hoje estamos na Faculdade com o velório do Professor
496 Modesto Carone que nos está demandando uma presença mais próxima da
497 Professora. Venho aqui não para falar de coisa triste, mas falar de coisa boa.
498 Durante os dias 2, 3 e 4 de dezembro a Faculdade de Filosofia promoveu uma
499 série de eventos, a fim de comemorar os 85 anos da Faculdade que, como
500 todos sabem, é a *alma mater* da Universidade de São Paulo, ela foi criada
501 juntamente com a Universidade. Pois bem, no primeiro dia tivemos uma leitura
502 dramática da peça da Consuelo de Castro, ex-aluna do Curso de Ciências
503 Sociais, a respeito dos acontecimentos da rua Maria Antônia. Esse evento foi
504 realizado no Camargo Guarnieri e contou com a presença de muitos dirigentes
505 e, principalmente, a Reitoria esteve presente, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os
506 Superintendentes e de antemão agradeço, em nome da Faculdade, a presença
507 de todos. No segundo dia tivemos a inauguração de duas Galerias, a Galeria
508 dos Professores Eméritos, que são mais de sessenta dentro da Faculdade e a
509 Galeria dos Professores Fundadores, aqueles que participaram da formação da
510 primeira turma da Faculdade de Filosofia. No terceiro dia tivemos a palestra, e

511 esse é o evento que irá perdurar durante todo o ano de 2020 com o Professor
512 Gianotti, que realizou uma bela conferência falando a respeito da importância
513 das Ciências Humanas hoje no Brasil; em tempos não tão otimistas,
514 comungamos da mesma preocupação que a Reitoria da Universidade tem com
515 os ventos de Brasília. Para terminar, iremos apresentar dois pequenos vídeos e
516 gostaria também de ler uma epígrafe que está no nosso cartão de Natal da
517 Faculdade. O primeiro vídeo foi enviado pelo Professor e ex-Presidente
518 Fernando Henrique Cardoso por conta do aniversário da Faculdade da qual ele
519 pertence e o segundo é um vídeo institucional comemorativo dos 85 anos, esse
520 vídeo tem a duração de 4 minutos e o do Professor Fernando Henrique de 3
521 minutos. Lerei a epígrafe. 'De par com o princípio da tolerância, o direito à
522 divergência é cultivado entre nós como um valor maior. Discordar é uma
523 poderosa ferramenta da nossa prática intelectual. Sem discussão, sem diálogo,
524 não se produz pensamento cientificamente confiável.' Quem disse isso foi o
525 Professor Emérito Reginaldo Prandi. Muito obrigado!" Ato seguinte, são
526 exibidos os vídeos referidos pelo Conselheiro. Palmas. **Cons. Amâncio Jorge**
527 **Silva Nunes de Oliveira**: "Gostaria de voltar ao tema do teto salarial e nesse
528 sentido, dizer que há o reconhecimento da comunidade referente aos esforços
529 que a Reitoria tem feito, não apenas no sentido de informar, mas também de
530 agir, como a ADIN que foi encaminhada para o Supremo, reconhecida como a
531 melhor ação no momento, mas ainda sim há uma angústia muito grande dos
532 colegas Titulares e eu, na condição de representante dos Titulares, devo trazer
533 esse tema. A proposta é que haja, no primeiro Co do próximo ano, uma sessão
534 informativa sobre as possibilidades e estratégias, não apenas no campo
535 jurídico, como foi feito no Supremo, mas também no campo político. Que se
536 pudesse fazer uma revisão a respeito da possibilidade de um relançamento de
537 uma PEC específica ou uma discussão de uma PEC mais ampla do serviço
538 público, portanto, há uma reivindicação dos colegas para que haja uma
539 discussão mais ampla, um apanhado geral sobre os cenários e as perspectivas
540 a respeito do teto, porque realmente a sensação de desânimo é muito grande
541 e, enfim, como representante dos Titulares, gostaria de trazer essa discussão
542 de novo a campo aqui no Conselho." **Cons. Marcos Egydio da Silva**: "Hoje,
543 na Milésima reunião do Co, coincidentemente, é o último dia do meu mandato
544 como Diretor na Geociências. Tive a sorte de participar da milésima reunião do

545 Co ainda como Diretor e a partir de amanhã teremos o novo Diretor. Quero
546 nessa oportunidade agradecer todo o apoio que o Instituto teve das Pró-
547 Reitorias, o Professor Baracat que nos apoiou nas aulas de graduação,
548 especialmente nas aulas de campo que são em número expressivo; o
549 Professor Carlotti que nos honrou com a presença no nosso primeiro Simpósio
550 de Pós-Graduação, que foi um êxito graças a nossa Presidente da Comissão
551 de Pós-Graduação; Professora Marly Babinsk, que também é representante da
552 Congregação; o Professor Sylvio, tivemos também o primeiro Simpósio de Pós-
553 Doutorandos, que também foi um êxito; e dizer que amanhã na reunião de
554 Dirigentes estará no novo Diretor, Professor Caetano Juliani, que estará à
555 frente do Instituto de Geociências por quatro anos. Obrigado a todos!" Palmas.

556 **M. Reitor:** "Professor Marcos quero agradecer a sua participação, a sua
557 dedicação ao Instituto e à Universidade, e tenho certeza que você continuará
558 colaborando para o fortalecimento das nossas instituições. Obrigado!" **Cons.**

559 **Fernando Silveira Navarra:** "Voltarei ao assunto do teto salarial e vou ler uma
560 Moção que foi aprovada na penúltima reunião da Congregação do Instituto de
561 Física. 'No sentido de defender a carreira docente da Universidade de São
562 Paulo, a Congregação do Instituto de Física solicita que: 1. O Conselho
563 Universitário redija uma Moção em defesa a equiparação do teto salarial da
564 USP, UNICAMP e UNESP ao teto salarial vigente nas Universidades Federais
565 dando-lhe ampla divulgação; 2. O Conselho Universitário constitua uma
566 Comissão de Professores notáveis da USP para auxiliar o Reitor a negociar
567 com o Governo Estadual e com a Assembleia Legislativa uma solução
568 definitiva para essa diferença abissal entre o teto salarial das Universidades
569 Paulistas e o das Universidades Federais; 3. Tendo em vista que a Assembleia
570 Legislativa aprovou por larga maioria de votos a EC 46/2018, que equipara o
571 nosso teto salarial ao do Poder Judiciário Estadual, emenda essa que entrou
572 em vigor em 2018, mas agora encontra-se em suspenso, judicializada no STF,
573 solicitamos que o Conselho Universitário aprove a imediata suspensão da
574 inclusão da parcela EC 41/2003 no cálculo do teto salarial até que todas as
575 pendências judiciais sejam dirimidas e que o valor do nosso teto esteja
576 juridicamente assentado.' A discussão que acompanhou a votação dessa
577 Moção foi bastante produtiva e o que foi mais evidente dela foi primeiro a
578 preocupação e a angústia crescente dos nossos colegas com a questão

579 salarial tanto o salário em si de todos os docentes e dos funcionários também
580 que vem sendo achatado e a gente vem sofrendo perdas salariais quanto a
581 questão do teto que atingiu pesadamente os níveis mais altos da carreira nos
582 últimos anos; e os dois primeiros pontos dessa Moção, na verdade, são um
583 apoio à iniciativa que a Reitoria já vem tomando, de certa forma, e estamos
584 endossando o esforço da Reitoria, tanto no que já foi feito quanto no segmento
585 dessa ação de inconstitucionalidade que irá se desenrolar ainda. O terceiro
586 ponto é uma revisão do procedimento de inclusão ou não inclusão dessa
587 parcela, mas na verdade o que aconteceu desde agosto é que houve uma
588 redução do salário, que em alguns casos foi muito importante nas pessoas que
589 já tem décadas de trabalho e de dedicação à Universidade e foram
590 pesadamente atingidas. Foi também dito em oposição a essa Moção que agora
591 não seria o momento, apesar de todos estarem de acordo de que os salários
592 deveriam ser melhores e que a carreira deveria contemplar melhor os níveis
593 mais altos, por causa da penúria financeira que vivemos e a situação como um
594 todo, a economia do país e do Estado, mas, enfim, prevaleceu a aprovação da
595 Moção e essa afirmação pelo fato de que é preciso manter esse assunto em
596 pauta é preciso estar sempre trazendo a tona essa questão, se não as perdas
597 irão se acumulando, já temos essa experiência de desvalorização progressiva,
598 gradual, homeopática do salário e que depois de dez anos gera uma diferença
599 significativa. Os meus colegas do Instituto de Física são extremamente
600 razoáveis e sensatos e eu quase nunca venho aqui com alguma demanda da
601 minha Congregação e o fato de estar aqui lendo essa Moção hoje é um sinal
602 de que temos um ponto de angústia aí e que já chegou, não direi no limite
603 porque talvez nunca tenha um limite para isso, mas é um ponto importante. E
604 finalmente um assunto relacionado com esse, mas que irá entrar agora na
605 discussão do orçamento, quero elogiar o Reitor porque há pouco mais de um
606 ano estávamos discutindo salário em um quadro um pouco mais sombrio do
607 que vivemos hoje e naquela época, na análise dos números, a COP
608 recomendou que não tivéssemos nenhum aumento de salário e o Reitor propôs
609 um aumento de 1,5% e hoje, passado um ano e meio e olhando para o que
610 aconteceu financeiramente na Universidade, vemos que foi possível acomodar
611 esse aumento, tanto é que estamos terminando esse ano com um superávit de
612 R\$ 40 milhões - se não estou enganado - nas contas, ou seja, esse aumento

613 não produziu o impacto negativo que se esperava ou que pelo menos uma
614 parte de nós esperávamos naquela época. E como o tempo passou, não vi
615 ainda essa homenagem feita, por isso gostaria de deixar o meu elogio ao
616 Reitor por essa proposta que, ao meu ver, mostrou-se bastante adequada.”

617 **Cons. Marcelo Knörich Zuffo**: “São boas notícias. A Congregação da Poli
618 gostaria de parabenizar a Faculdade de Filosofia pelos seus 85 anos e informar
619 que houve o Prêmio ANP de Inovação Tecnológica e, das cinco categorias, a
620 USP, através da Poli, ganhou quatro: dois através de projetos indicados pela
621 própria Politécnica, um através do Centro de Excelência a FAPESP e outro
622 através do TPN. Concorreram, ainda, dois projetos em parcerias com
623 universidades pelo Brasil. É um verdadeiro trabalho de equipe que temos lá na
624 Escola. E, finalmente, parabenizar o Professor Vahan, que foi homenageado
625 como Personalidade Profissional pela Confederação Nacional dos
626 Trabalhadores Universitários Liberais, da qual a Federação Nacional dos
627 Engenheiros, que congrega praticamente 350 mil engenheiros no Brasil, faz
628 parte.” **Cons. Wagner Costa Ribeiro**: “Irei retomar o tema do teto salarial
629 porque a Congregação da Faculdade de Filosofia, que represento aqui,
630 aprovou exatamente o mesmo texto que o Professor Fernando leu a pouco do
631 Instituto de Física, então, vou poupa-los da leitura do mesmo texto, mas
632 enfatizar, Professor Vahan, o item dois dessa solicitação, porque entendemos
633 na Faculdade que é preciso avançar para uma dimensão política dessa
634 questão e o item dois propõe justamente a constituição de uma Comissão de
635 Professores Notáveis da USP para buscar um diálogo junto ao Governador
636 Doria e ao Excelentíssimo Deputado Cauê Macris, que é o atual Presidente da
637 Assembleia Legislativa. Sabemos que quando o debate vai para o campo da
638 justiça é sempre mais moroso e tem uma infinidade de possibilidades de fazer
639 com que as decisões, não diria que sejam postergadas, mas elas são mais
640 lentas e a comunidade está muito aflita, sabemos que vários colegas como o
641 professor da Física disse, o representante dos Titulares também fez essa
642 menção, a comunidade está muito aflita diante do impasse que está se
643 desenhando e temos clareza que isso pode repercutir, sim, na evasão de
644 colegas qualificados que podem migrar a outras instituições. Gostaria
645 realmente de enfatizar esse item dois e que, se possível, o Conselho constitua
646 essa Comissão de Notáveis para que possamos abrir o diálogo com o

647 Governador. Essa iniciativa irá colocar a Universidade de São Paulo na
648 vanguarda, irá promover o diálogo, irá lançar a Universidade para o diálogo e
649 isso me parece, além de tudo, uma atitude universitária, acadêmica. De forma
650 que o apelo é justamente que nós, além dos mecanismos que já estão sendo
651 adotados, mas que talvez por meio da política, possamos avançar e ter uma
652 decisão mais rápida para esse tema tão importante.” **Cons. Adriano Brant**
653 **Favarin**: “No último Conselho Universitário foi distribuída uma revista feita pela
654 ADUSP e pelo CEDIn em defesa da Creche Oeste. Hoje não sei se todos os
655 conselheiros receberam, mas tinha um grupo de pais e mães de alunos da
656 creche e de educadores entregando uma carta na entrada do prédio, falando
657 sobre o desmonte em que se encontra a política de creches da Universidade
658 de São Paulo. Não é possível que essa reunião que irá tratar sobre a
659 distribuição orçamentária para o ano que vem não se sensibilize com a
660 situação das creches da USP e não responda aos questionamentos levantados
661 por esses pais, mães e pelas educadoras das creches da nossa Universidade.
662 A creche oeste foi fechada na gestão do Professor Zago, existe um processo
663 jurídico exigindo a sua reabertura, mas até agora nada foi feito pela atual
664 gestão e nenhuma resposta foi dada ainda pelo Professor Vahan sobre o futuro
665 da creche oeste na USP. A gestão do Professor Zago abriu dois PIDVs e
666 demitiu mais de três mil funcionários da USP, esse Conselho Universitário, em
667 2017, aprovou e segue aprovando os parâmetros de sustentabilidade que
668 congelam a contratação de novos funcionários para a Universidade de São
669 Paulo. Não sei se todos aqui têm noção, mas essa falta de funcionários tem
670 levado inúmeras trabalhadoras da creche a adquirirem restrições de saúde,
671 acumular uma jornada de trabalho muito superior, nesses últimos cinco anos,
672 do que tinham, o que tem levado ao adoecimento físico e psicológico. Muitas
673 educadoras têm adquirido depressão, síndrome do pânico, ansiedade e
674 querendo ser transferidas das creches por não aguentarem mais a
675 precarização das suas condições de trabalho. Essa decisão de sustentar os
676 parâmetros de sustentabilidade e de manter o congelamento da contratação de
677 funcionários é a principal responsável pela situação de adoecimento das
678 trabalhadoras das creches e pelo futuro da política de creches da USP. Toda
679 essa situação tem levado à inviabilização do funcionamento da creche, que
680 comunicou que no ano que vem não entrarão novos bebês, isso significa

681 acabar com a continuidade do projeto de creche na USP, o que é um ataque
682 também ao direito das crianças. É inquestionável o papel acadêmico que
683 cumpre as creches na USP na produção do conhecimento pedagógico, nas
684 pesquisas sobre educação infantil, já beirou o absurdo na verdade a Reitoria se
685 negar a reconhecer essas trabalhadoras como elas realmente são: professoras
686 de educação infantil. E é mais absurdo ainda que a Reitoria deixe perder toda a
687 continuidade desse projeto desenvolvido pelas creches para seguir essa
688 política deliberadamente de desmonte das atividades da Universidade de São
689 Paulo. E o problema não se resume somente à creche, no último Conselho
690 Universitário eu disse que o relatório da CPI das universidades reivindicava a
691 USP como um exemplo, um exemplo de privatização e terceirização por ter
692 terceirizado oito restaurantes nos últimos cinco anos. E qual foi a resposta que
693 o Professor Vahan deu a esse elogio dessa reacionária CPI das universidades?
694 Foi abrir um novo Pregão para terceirizar o restaurante da Física. E aí o
695 Professor Vahan vem dizer que o Sindicato faz autofagia interna. Desculpe
696 conselheiros, mas é a própria Reitoria que está desmontando a Universidade
697 de São Paulo, vendendo os seus serviços, adoecendo os seus funcionários e
698 precarizando a produção do conhecimento. Hoje será discutida a distribuição
699 orçamentária da USP e mais uma vez a Reitoria irá dizer que tem
700 incrementado a política de apoio à permanência e formação estudantil.
701 Pergunto então ao Professor Vahan: como é possível garantir a permanência
702 sem reverter esse desmonte das creches? Como que as mulheres que se
703 tornem mães na graduação serão capazes de seguir com os seus estudos,
704 sem uma creche na Universidade de São Paulo? Como que as jovens mães,
705 que hoje 20% das crianças nascidas por ano são de mães de menos de
706 dezenove anos, irão sonhar em prestar uma universidade pública se essa
707 universidade não tem creche? Como é possível defender a permanência
708 estudantil terceirizando os restaurantes universitários? Obrigando que os
709 estudantes que precisam de bolsa de permanência sejam explorados,
710 substituindo a mão de obra de funcionários que não são contratados? Seria
711 importante que o Professor Vahan e este Conselho respondesse ao pleito das
712 mães e pais que estão lá fora panfletando, das trabalhadoras das creches que
713 estão adoecendo e dos trabalhadores do restaurante da Física que estão
714 vendo o seu local de trabalho sendo terceirizado. Por fim, a Reitoria fez um

715 convite ao Conselho Deliberativo do HU e aos dirigentes de unidades para um
716 evento, cuja finalidade é apresentar as conquistas do Hospital Universitário da
717 USP no ano de 2019, na quinta-feira. É no mínimo curioso esse giro de postura
718 da Reitoria, que até alguns meses atrás vinha sendo o principal obstáculo
719 contra todas as tentativas do Sindicato, dos movimentos sociais da região em
720 iniciativas junto à ALESP e com o Ministério Público na conquista de verba
721 extra parlamentar e da sua aplicação na contratação de funcionários. Supondo
722 que esse convite da Reitoria não seja uma mera demagogia, mas que seja de
723 fato uma mudança de postura da Reitoria em relação ao Hospital, o que é
724 bastante benéfico se for esse o caso. Esperamos que a Reitoria apresente
725 hoje, como adendo à proposta orçamentária e seja aprovado um suplemento
726 de pelo menos R\$ 20 milhões de reais para o HU, para garantir a permanência
727 da contratação desses cento e setenta e nove funcionários que foram
728 contratados de maneira temporária. Que a Reitoria interceda junto à
729 Procuradoria Geral para a revisão da 'duzentena', que é o que impede que
730 esses funcionários possam ser recontratados e que também viabilize a
731 reposição dos demais profissionais necessários para o pleno funcionamento do
732 HU na área de Nutrição, no SAME, na manutenção e que reabra o Pronto
733 Socorro infantil e adulto para a comunidade USP e seus dependentes e para a
734 comunidade do Butantã. Da nossa parte, para concluir, iremos prosseguir
735 defendendo os direitos dos trabalhadores da Universidade e resistindo a toda
736 essa situação aqui dentro, porque achamos que essa é a única forma de poder
737 enfrentar os ataques do governo Bolsonaro e do governo Doria.” **Cons. Luís**
738 **Ribeiro de Paula Júnior**: “Nesta Edição número mil do Conselho, vou tratar de
739 um assunto nada agradável, mas extremamente necessário, principalmente
740 pelo momento em que vive esse país, onde os direitos individuais e coletivos
741 são desrespeitados sem nenhuma cerimônia. No dia 3 de dezembro estive no
742 *campus* de Pirassununga a convite dos representantes dos trabalhadores para
743 participar de uma palestra de esclarecimentos do Centro de Serviços
744 Compartilhados de Recursos Humanos, que reúne os RHs das Unidades
745 locais, também estavam presentes um funcionário do RH de São Carlos, a
746 Diretora e o Vice-Diretor da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de
747 Alimentos. O evento era aberto a todos os funcionários da Unidade e as
748 explanações do pessoal do RH eram bem corriqueiras, respondiam sobre

749 assuntos já conhecidos, mas que tem gerado algumas dúvidas quanto aos
750 procedimentos que devem ser adotados. Estava tudo muito tranquilo até que
751 me apresentei como representante dos trabalhadores nesse Conselho
752 Universitário e também como representante do Sindicato dos Trabalhadores da
753 USP e resolvi fazer uma pergunta simples, uma dúvida inclusive que é muito
754 carente a todos os trabalhadores, nesse momento a diretora da Faculdade de
755 Zootecnia, de forma ríspida me interrompeu e disse que eu não poderia fazer
756 perguntas porque não tinha sido convidado por ela para estar ali. A
757 perplexidade das pessoas foi grande e alguns funcionários até protestaram
758 contra a atitude autoritária da diretora, mas para que não fosse interrompido o
759 importante trabalho que estava sendo desenvolvido pelo pessoal do RH eu
760 resolvi não responder a essa grosseria. Somente no final do evento e ainda na
761 presença da diretora eu protestei contra a censura sofrida e afirmei que
762 atitudes como aquela não calarão os representantes dos trabalhadores neste
763 Conselho Universitário e nem os representantes do SINTUSP, ao contrário,
764 agora estaremos ainda mais presentes em Pirassununga e na Unidade dela.
765 Gostaria de pedir aos membros do Conselho de Ética da USP que analisassem
766 o comportamento dessa diretora para podermos responder a comunidade se é
767 normal esse tipo de censura, que isso aconteça dentro da Universidade. Em
768 todo caso, irei contar qual era a pergunta que eu queria formular lá e que
769 preocupa os trabalhadores. Se temos um Acordo Coletivo que estipula um
770 limite de sessenta horas no Banco de Horas e um recesso de final de ano de
771 sessenta e quatro horas, como ficará a situação de um trabalhador que usufrua
772 dessas horas e depois, na sequência tire férias, por exemplo, a partir de 6 de
773 janeiro, ele entrará fevereiro devendo sessenta e quatro horas, isso se não tiver
774 mais horas negativas anteriormente, e aí, o Acordo Coletivo fala que ele tem
775 que ser descontado. Inclusive, encaminhei essa pergunta depois para o nosso
776 DRH e até agora ninguém respondeu nada. Fica aí no ar a pergunta. O que irá
777 acontecer? Esse trabalhador será descontado? Ou iremos esquecer o Acordo?
778 Para mim seria muito bom esquecer essa parte do Acordo e ninguém tivesse
779 nenhum desconto, mas até agora a burocracia universitária infelizmente não
780 respondeu essa questão. E por falar no recesso, lamentamos muito que a
781 Universidade não tenha tido a delicadeza de reconhecer o direito dos
782 trabalhadores, assim como reconhece o dos docentes, de ficar o recesso em

783 casa, de ter o seu descanso nesse período. Inclusive nem no dia 24 e nem no
784 dia 31 de dezembro, as pessoas que não têm como repor horas irão trabalhar
785 nesses dias porque não tem condições de repor as horas. Então, enquanto
786 muitos de nós estaremos em casa já preparando a ceia, muitos estarão saindo
787 às dezoito horas e ainda pegando ônibus para ir para casa. Isso é muito
788 importante para nós. E vale lembrar mais uma coisa, o que tem causado muita
789 confusão com relação aos trabalhadores, o parágrafo 4º da Cláusula 7ª do
790 Acordo Coletivo - A cada ocorrência de ponte ou de recesso, caso o servidor
791 não possua crédito de horas suficiente para gozar o descanso correspondente,
792 ser-lhe-á garantida a possibilidade de trabalhar normalmente no(s) dia(s)
793 respectivo(s). Estou lendo essa cláusula porque temos recebido várias
794 denúncias e questionamentos de algumas unidades que estão fazendo lista
795 para saber quem vai trabalhar ou não. O Sindicato recomenda que as pessoas
796 avisem se forem trabalhar, mas de forma nenhuma precisam ser autorizadas a
797 trabalhar. É claro que tem que deixar escrito o trabalho que será desenvolvido,
798 mas não tem que ter autorização de ninguém, isso não está no Acordo, isso
799 não pode ser exigido dos trabalhadores. Era isso que tinha a dizer. Bom Natal
800 para todos e um 2020 menos desigual.” **Cons.ª Ana Maria Loffredo:** “Fiquei
801 muito contente com as palavras iniciais do Reitor, nos lembrando o histórico de
802 compromisso desse colegiado, portanto, sinto-me feliz em fazer parte dele.
803 Creio que possamos acrescentar, em relação a essa trajetória brilhante do
804 Conselho Universitário e aos momentos críticos da nossa história, o momento
805 que estamos vivendo agora. Acho que é um momento particular, em que
806 nossas diferenças que têm sido vividas aqui em um convívio democrático
807 nesse colegiado, estão sendo acentuadamente convocadas em um momento
808 em que ventos sombrios estão ameaçando a nossa liberdade, a cultura, a
809 produção de conhecimento e todas essas questões, que inclusive as planilhas
810 e nos números estão mostrando com muita clareza. Nesse sentido, sabemos -
811 em todas as nossas reuniões de corredor e de colegiado - que existe uma
812 espécie de quietude generalizada entre todos nós, uma insegurança, muitas
813 vezes um certo desânimo, em psicanálise diríamos que é uma angústia
814 flutuante atravessando nossas situações. E foi dentro desse contexto que
815 ontem tivemos uma reunião, na Congregação do Instituto de Psicologia, e foi
816 um debate bastante produtivo sobre a questão do teto salarial. É como se o

817 teto salarial fosse um elemento concreto de insatisfações, infelicidade e mal-
818 estar que estão assolando nossa vida acadêmica. Nesse sentido, votamos por
819 unanimidade uma moção, muitíssimo semelhante a do Instituto de Física, a
820 qual quero ler: 'A Congregação do Instituto de Psicologia, somando-se às
821 manifestações de Unidades da Universidade de São Paulo, no sentido de
822 defender a carreira docente da Universidade de São Paulo, solicita que: 1. o
823 Conselho Universitário redija uma moção em defesa da equiparação do teto
824 salarial da USP, Unicamp e Unesp tomando como referência o atual teto
825 salarial vigente nas Universidades Federais, dando-lhe ampla divulgação; 2. o
826 Conselho Universitário constitua uma comissão de professores notáveis da
827 USP para contribuir com a Reitoria na negociação com o Governo Estadual e
828 com a Assembleia Legislativa, para uma solução definitiva na diferença abissal
829 entre o teto salarial das universidades paulistas e o das universidades federais;
830 3. o Conselho Universitário retome a discussão acerca da suspensão da
831 inclusão da parcela EC 41/2003 no cálculo do teto salarial, tendo em vista que
832 a Assembleia Legislativa aprovou por larga maioria de votos a EC 46/2018, que
833 equipara o nosso teto salarial ao do Poder Judiciário Estadual, emenda essa
834 que entrou em vigor em 2018, mas que agora encontra-se em suspenso,
835 judicializada no Supremo Tribunal Federal. São Paulo, 16 de dezembro de
836 2019. Congregação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.'

837 Queremos enfatizar - como também o professor representante da Congregação
838 da Física já sublinhou - que os dois primeiros itens já estão em processamento,
839 queremos, portanto, deixar claro nosso conhecimento de como a Reitoria e o
840 CRUESP têm se alinhado em defesa dessas questões, mas achamos que
841 nesse momento sombrio que estamos atravessando, é importante não só
842 tomar posições como enfatizar ações concretas entre todos nós. E vale
843 cumprimentar nossos representantes, que estão de fato defendendo nossos
844 interesses. Essa é a importância dessa moção, que estamos nos alinhando em
845 um movimento mais geral em defesa de todos nós." **Cons. Floriano Peixoto**
846 **de Azevedo Marques Neto**: "Em relação a esse tema que tem mobilizado as
847 congregações e nossos companheiros que vieram à tribuna - o teto salarial -
848 quero fazer uma pequena reflexão e uma ponderação do ponto de vista
849 estratégico. Foi dito aqui - e é uma verdade - que a arena do judiciário é lenta e
850 tem certa disfuncionalidade com a angústia e a premência do problema do teto

851 salarial, que abala fortemente nossa Universidade e o próprio regime de
852 remuneração adequada daqueles que estão fazendo uma profissão de fé na
853 Universidade. Mas, por outro lado - e aqui quero dar um depoimento - tenho
854 ajudado o Professor Ignacio, a Procuradoria Geral, na ação que tramita pelo
855 Supremo Tribunal Federal, conversando com alguns ministros, tentando
856 demonstrar o desacerto de limitar o teto das Universidades Paulistas ao teto do
857 Governador, que em São Paulo é o mais baixo de todos os Estados da
858 Federação; e a necessidade de, seguindo jurisprudência anterior do Supremo
859 para o Judiciário, orientar o teto da carreira docente das Universidades
860 Estaduais pelo teto das Universidades Federais, diminuindo ou extinguindo
861 esse degrau que hoje existe. Qual é o nosso grande problema? - e aí a
862 ponderação estratégica. Quanto à moção e manifestar claramente a
863 necessidade dessa equiparação, não há nenhuma dúvida. Tenho duas
864 preocupações: a primeira com o item dois das moções. Se abrirmos uma frente
865 incisiva de convencimento e envolvimento do Governo do Estado, é provável,
866 ainda que não totalmente certo, que isso crie um fator dissuasório para as
867 chances que vimos trabalhando perante o Supremo Tribunal Federal, com um
868 agravante, um agravante político. Nas tantas conversas que tivemos, seja em
869 São Paulo ou em Brasília - e o Professor Ignacio é testemunha dessas
870 conversas -, não há objeção com relação ao racional da equiparação das
871 Universidades Estaduais às Universidades Federais. O problema está na
872 grande preocupação que os interlocutores têm em acolher essa tese e abrir
873 caminho para outras tantas categorias postularem o mesmo. Se fizermos esse
874 movimento, privilegiando a arena política de discussão com o Governador, que
875 não tem nenhuma precedência ou evidência de que será mais célere do que a
876 medida que já está ajuizada, em condições de ser analisada em liminar pelo
877 relator - Ministro Gilmar Mendes -, é provável que isso cause um retardamento
878 na decisão do judiciário, que pode ser favorável ou não. Porque a questão
879 passa a ser na arena política, com o tempo da política. De outro lado, e faço
880 minhas as palavras que aqui foram ditas, e me solidarizo com os colegas que
881 vivem essa angústia difusa e concreta em suas vidas, se o Reitor resolver,
882 baseado nas melhores razões, descumprir a determinação de aplicar, pelo
883 menos por enquanto, o teto que equivocadamente não está sendo imposto,
884 isso também poderá repercutir de uma forma disfuncional e desfavorável do

885 que está sendo feito perante o judiciário. Portanto, o que gostaria de sugerir
886 aos senhores, sem prejuízo das manifestações que devem ser dadas com
887 clareza para a sociedade, é: primeiro, que déssemos um voto de confiança ao
888 trabalho que está sendo feito no Supremo Tribunal Federal, e que não cessará
889 no recesso judiciário. Continuamos trabalhando, inclusive junto com o relator e
890 demais ministros, e isso poderá, em alguma medida, surtir efeitos no começo
891 do ano. Em não sendo isso exitoso, poderíamos retomar essa discussão e abrir
892 uma arena de discussão também política - que nunca se fechou - no âmbito
893 estadual. Pois insisto, na minha avaliação - que é jurídica, mas também tem
894 algo de política - só conseguiremos vingar a tese de equiparação às Federais
895 se for uma decisão tomada no âmbito federal, porque no âmbito estadual não
896 haverá coragem política para abrir uma exceção equiparando os professores
897 das Estaduais às Universidades Federais. Isso não será possível no âmbito
898 estadual, por vários motivos, entre outros porque os agentes políticos do
899 Estado já disseram que não estão dispostos a enfrentar essa mesma
900 equiparação vis à vis outras carreiras do Estado que têm congênere na carreira
901 federal, ainda que digam claramente que entendem a especificidade e a
902 necessidade de tratar a carreira universitária de forma diferente. Então, o que
903 estou sugerindo não é um abortamento dos movimentos que foram
904 legitimamente indicados, mas um pequeno recuo estratégico, apostando - na
905 medida do razoável - nas iniciativas que estão sendo feitas - e sou testemunha
906 de viva voz - de maneira muito ingente e atuante, pela Procuradoria e pelo
907 Professor Ignacio, e por todos esses que o Professor Vahan falou, que se
908 enfileiraram por essa causa, Professor Eros, o ex-presidente da Ordem dos
909 Advogados, Marcos da Costa, eu, como mero soldado, para que isso possa ter,
910 se for possível, um sucesso no âmbito da Suprema Corte, onde o tema seria
911 resolvido em definitivo. É o que submeto à reflexão dos senhores.” **Cons.^a Neli**
912 **Maria Paschoarelli Wada**: “Nós, funcionários da Universidade de São Paulo,
913 também temos boas histórias a contar para esse Conselho Universitário, mas
914 como nem sempre as falas dos representantes dos funcionários são
915 valorizadas e levadas em consideração, vou apenas recomendar a todos e
916 todas que leiam um livro chamado Universidade Viva, do Professor Jacques
917 Marcovitch. Professor Vahan e Professor Hernandez, nós, funcionários,
918 terminamos o ano muito tristes. Por quê? Porque passamos 2019 com arrocho

919 salarial, a aplicabilidade do dinheiro orçado em 2018 para ser aplicado na
920 carreira este ano aos funcionários e professores não foi concretizado; e por
921 conta da falta de funcionários, praticamente em todas as unidades, está sendo
922 intensificado o assédio moral contra homens e mulheres, e a cada dia mais
923 funcionários estão adoecendo também. Estamos muito indignados com o
924 tratamento desigual. Trouxemos aqui uma reivindicação que sequer foi
925 respondida, nem sim nem não. Mesmo que a resposta seja não, ela tem que
926 ser dada, reivindicamos aqui que gostaríamos de ter tratamento igual aos
927 colegas professores dessa Universidade, que é a não compensação de horas
928 nas pontes e feriados e a não compensação de horas do recesso. Não
929 recebemos resposta. E quero fazer uma denúncia. Pelo acordo coletivo, temos
930 o direito, se não quisermos gozar os feriados e o recesso, de trabalhar. Porque
931 temos que pagar depois lá na frente e muitos companheiros e companheiras
932 não têm condições de pagar essas horas, e ao final do acordo terão o desconto
933 dos seus salários, por isso muitos estão querendo trabalhar. Mas aí, Professora
934 Maria Aparecida, nossa administração em Bauru, tanto do Hospital como da
935 FOB, estão proibindo os trabalhadores de trabalhar. Portanto, existem
936 contradições e elas são carregadas de tratamento desigual entre professores e
937 funcionários. Também estamos cada vez mais indignados com nossas
938 condições de trabalho, que se acentuam. E agora, tivemos por alto, a notícia de
939 que o nosso SESMT será terceirizado. Aliás, a CODAGE já contratou uma
940 empresa que está fazendo uma pesquisa em todos os *campi*, e o final dessa
941 pesquisa temos certeza absoluta que o nosso SESMT, que foi sucateado ao
942 longo dos anos, provavelmente será sucateado ainda mais. Mas desde já nos
943 manifestamos contra a terceirização do nosso SESMT. Trago, também, uma
944 denúncia concreta sobre as nossas péssimas condições de trabalho. São as
945 condições do Arquivo Geral dessa Universidade. Professor Vahan, acho que o
946 senhor não sabe disso, o nosso Arquivo Geral está instalado em um prédio
947 provisório há 28 anos. Nesse prédio existem 80 mil caixas com esses
948 processos. Desde já quero avisar o senhor, que é autoridade máxima aqui, que
949 peguei esses dois prontuários de lá para mostrar e amanhã cedo vou devolver.
950 Lá tem 80 mil caixas com esses processos, amarelos, vermelhos, azuis,
951 brancos, e o que acontece com essas caixas? Estão sendo deterioradas por
952 cupim, traças, ratos, cocô de pombo, pombo morto, alagamento, lagartixas, teto

953 quebrado e despencando, e os cinco funcionários apenas que trabalham lá têm
954 que conviver diariamente com remédio de rato, porque diariamente retiram do
955 local cinco quilos do que é corroído pelos ratos - vocês podem observar. Que
956 documentos são esses? São documentos de pessoas, dos recursos humanos
957 da Universidade de São Paulo, são 19.423 caixas - diplomas, processos
958 administrativos, contábeis, de compras, coisas da administração. Então,
959 estamos solicitando a providência imediata da reforma desse prédio ou a
960 transferência para outro local. E para concluir, além disso, o Professor Nussio
961 sabe dessas condições porque ele foi lá e não conseguiu ficar cinco minutos,
962 por causa do cheiro do veneno de rato, e os trabalhos lá convivem 8 horas por
963 dia, são 40 horas semanais, fora as horas que eles são obrigados a fazer a
964 mais para pagar pontes e horas do recesso. E aí, pessoal, vem a facada final.
965 Foi retirado o adicional de insalubridade destes cinco funcionários. Então, nós
966 aqui estamos reivindicando melhores condições de trabalho para que não
967 adoecemos, e para que não morramos trabalhando dentro da Universidade de
968 São Paulo. O Professor Pedro muito bem lembrou, a desigualdade social
969 galopa lá fora e nós temos, sim, que dar conta disso; agora, temos aqui que
970 acabar com a desigualdade social entre todos nós, pois aqui todos somos
971 homens e mulheres que construímos essa Universidade e fazemos a história
972 dela.” **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka:** “Venho com muito prazer apresentar
973 o livro de 100 anos da Faculdade de Saúde Pública, que comemoramos em
974 2018. Só agora conseguimos imprimi-lo, mas ele já estava disponível em nosso
975 *site*. Começamos nossa história como um Departamento de Higiene, da
976 Faculdade de Medicina, hoje subordinada ao Professor Tarcísio, mas depois
977 constituída como um Instituto de Higiene, chegamos a ficar vinculados à
978 Secretaria de Estado, e só fomos incorporados em 1934 com a USP. E nos
979 transformamos em Faculdade de Saúde Pública apenas em 1969, nessa
980 grande reforma que houve. Para nós é um grande prazer e gostaria de
981 compartilhar com vocês essa trajetória. Infelizmente, não fizemos muitos
982 impressos, portanto, tomo a liberdade de solicitar aos senhores, que quem
983 estiver interessado, por favor nos solicitem, pois não fizemos uma distribuição
984 ampla, visto que, geralmente, livro de história não interessa a todo mundo e
985 como nosso temor é ficar novamente na prateleira ou na gaveta de alguém,
986 não fizemos uma distribuição indiscriminada. Mas é com grande prazer que

987 queremos compartilhar esse momento com vocês, com alegria e muita
988 satisfação por pertencer a essa Universidade, viver essa trajetória que várias
989 das Unidades já tiveram. Fiquei muito impressionado com a congregação
990 coletiva que houve aqui na segunda-feira, e tentar entender que aquele
991 momento em 1969, com o desmonte da FFLCH, criou várias outras Unidades
992 com potencial muito mais amplo do que se tivesse continuado como uma única
993 Unidade. E acho que esse é o desafio que teremos. Creio que sofreremos
994 ainda grandes entraves, grandes dificuldades, mas acredito que seremos
995 capazes de crescer nas adversidades.” **Cons.ª Maria Luiza Paulino Nogueira**
996 **da Silva**: “Sou representante discente pela Escola de Comunicações e Artes,
997 vim retomar a discussão sobre o tema orçamentário e para isso quero retomar
998 também algumas discussões que são acúmulos, tanto do movimento estudantil
999 quanto do conjunto do movimento social da Universidade, e no caso quero
1000 dizer sobre os movimentos negros da Universidade. O Núcleo de Consciência
1001 Negra, os Coletivos Negros que pautaram a implementação das cotas étnico
1002 raciais. A USP, durante muitos anos, se manteve na contramão do que
1003 vivenciavam outras universidades públicas do nosso país, que era a de maior
1004 inclusão através da política de cotas étnico raciais. E essa conquista, que foi
1005 sobretudo da articulação desses movimentos, vem colocando a nossa
1006 Universidade em outro patamar, diferente da sua raiz extremamente elitizada
1007 no acesso. A gente reivindica, de acordo com o acúmulo desses setores, que
1008 essa implementação foi importante e resultado de uma movimentação
1009 essencialmente dos movimentos sociais presentes na Universidade e dos
1010 movimentos da cidade de São Paulo, que sempre pautaram a necessidade de
1011 maior inclusão desse setor que é majoritário na sociedade brasileira. Foi essa a
1012 conquista que fez com que a USP também passasse por uma mudança de
1013 composição social. E é a partir disso que quero fazer uma discussão sobre o
1014 tema orçamentário. A mudança de composição social da Universidade precisa
1015 ser acompanhada por uma discussão que reflita essa mudança das suas
1016 fileiras, das suas salas de aula. Nesse sentido quero reivindicar o que significa
1017 um aumento da política de permanência estudantil, de assistência estudantil.
1018 Mas quero também ressaltar que o debate sobre a implementação de políticas
1019 de permanência precisa ser contínuo, dentro desse Conselho, dentro das
1020 Comissões, e em conjunto com os movimentos sociais. Quero dizer também

1021 que apesar da importância dessa implementação, desse incremento na política
1022 de assistência estudantil, ainda não é suficiente. Então, nesse sentido,
1023 acreditamos que o Conselho Universitário, assim como as outras instâncias e
1024 outras comissões, precisa refletir com prioridade o que significa essa
1025 discussão. Por isso, quero deixar uma contribuição de que, na nossa opinião, é
1026 muito importante que os temas do orçamento, da permanência, do ajuste das
1027 bolsas, do maior acesso a essa política, precisam ser discutidos por esse
1028 Conselho e em outros momentos do ano também, não apenas quando vamos
1029 fazer o planejamento para o próximo período. Isso significa também discutir
1030 como está sendo colocada a implementação dessa política, assim como a
1031 possibilidade de, ao longo do ano, ser revista ou incorporados novos
1032 elementos, trazidos também pelas demandas desses movimentos que estão
1033 presentes dentro da Universidade. Quero encerrar me solidarizando com o
1034 debate trazido pelos trabalhadores da Universidade, e dizer que também por
1035 isso o tema orçamentário ganha importância, por contemplar esse setor da
1036 Universidade.” **Cons. Wagner Costa Ribeiro:** “É natural que a Faculdade de
1037 Direito enfatize os meios do Direito, como é natural que a Faculdade de
1038 Filosofia também enfatiza a política. Mas quero dizer que a própria fala do
1039 Professor Floriano demonstra ação política na instituição dos trâmites do STF,
1040 inclusive. O que é muito bom. E ele mesmo pondera que talvez devamos
1041 esperar um pouco - pelo menos até o próximo Co – para, a partir daí, criar mais
1042 uma frente de ação, que seria uma frente política de diálogo junto ao
1043 Governador e ao Presidente da Assembleia. Então, como enfatizei a
1044 necessidade da política, também é da política a ponderação, e do meu ponto
1045 de vista seria de bom tom que aguardássemos pelo menos o avanço da
1046 negociação nos termos apresentados no STF, mas, ao mesmo tempo, também
1047 tendo claro que até o próximo Co devemos - se não tivermos nenhum resultado
1048 por lá - abrir mais uma frente de ação.” **M. Reitor:** “Sem dúvidas vamos -
1049 seguindo orientações do Professor Amâncio, representante dos Titulares -
1050 reservar uma parte da próxima reunião do Conselho para relatarmos os
1051 detalhes, inclusive as ações, não apenas junto ao Supremo, mas junto à
1052 Assembleia Legislativa e ao Executivo, que não param. Como disse o
1053 Professor Floriano, é que hoje a ênfase está na ação do Supremo, mas o
1054 diálogo com o Executivo e com o Legislativo continuam, porque sempre temos

1055 que ter algumas alternativas. A seguir, o **M. Reitor** passa à **ORDEM DO DIA. 1**
1056 **- DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA USP PARA 2020. 1.1 – PROCESSO**
1057 **2019.1.21654.1.8 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Proposta de
1058 Distribuição Orçamentária da USP para 2020. **Parecer da COP:** aprova a
1059 proposta de Distribuição Orçamentária da USP para 2020 (10.12.19). **Cons.**
1060 **Fábio Frezatti (apresentação):** “Começamos com música, infelizmente não
1061 tenho a oferecer nesse sentido, não canto muito bem, nem fui aceito pelo coral
1062 da Universidade, dizem as más línguas que foi esse o motivo de eu ter criado
1063 um coral na FEA, mas é mentira. Temos uma pauta bastante importante, com
1064 três tópicos. Introdução - estávamos neste recinto há um mês e passamos por
1065 um processo importante de discussão de planejamento, então vou apenas
1066 retomar isso. O segundo item são as premissas e projeções, ou seja, quando
1067 temos uma projeção, ao definir a premissa, já entendemos o que será gerado.
1068 Portanto, quero sintetizar algumas premissas para entendermos do que
1069 estamos falando, o que temos em termos de credibilidade, de adequação, de
1070 aderência e de risco. Esse é o segundo item, que na verdade é o grosso do
1071 que mostrarei para vocês, sendo que não estou focando as Unidades, mas sim
1072 as linhas propriamente ditas. E a síntese, que nada mais é do que um
1073 fechamento, pois tudo que começamos precisa terminar. Começando com a
1074 introdução, tivemos no mês passado, falando primeiramente sobre o plurianual.
1075 Atualizamos, encontramos informações reais e ele foi apresentado. Lá tem
1076 estratégias de longo prazo - ou seja, quatro anos -; questões de
1077 sustentabilidade - esse equilíbrio entre essas duas conversas é fundamental,
1078 se entendermos a lógica, cada um poderá formar sua opinião, em relação a
1079 termos um instrumento adequado para o período futuro. Outra questão é o
1080 ponto de partida, de onde estamos saindo? De um período em que tivemos
1081 déficits acima de 700 milhões, e estamos vendo esse número cada vez menor.
1082 E o cenário, o lado futuro, o que nos espera para os anos de 2020, 2021, 2022,
1083 e aí focamos em 2020, por isso precisa ser um pouco mais mastigado. Naquela
1084 reunião, saímos desse nível do longo prazo e entramos nas diretrizes
1085 orçamentárias para o ano de 2020. Ou seja, o nosso modelo pressupõe uma
1086 lógica de longo prazo, aí temos um zoom por cada ano, e nesse ano o
1087 importante é entender o que cabe no ano de 2020. Agora estamos vivenciando
1088 essa fase, que chamamos de distribuição. Se o todo faz sentido, se é

1089 compatível com o que achamos que no risco possível, no alinhamento com a
1090 lógica de longo prazo - que chamamos de estratégia de longo prazo -, o que
1091 cabe dentro de um detalhamento das Unidades. Então é isso que vamos
1092 mostrar nesse momento, o que é fundamental, e peço que nos atentemos a
1093 isso. Alinhamento, ou seja, isso está alinhado com o nosso longo prazo, isso
1094 significa que temos uma direção e ela é importante, o que não for atingido esse
1095 ano afetará o ano que vem, o que for atingido esse ano ajuda no ano seguinte
1096 e assim vai. A questão da exequibilidade - dá para fazer? Conseguimos fazer
1097 com o que sabemos, conhecemos e temos de recurso? Isso é fundamental, se
1098 não levarmos em conta o que temos em termos de dinheiro, não adianta. E não
1099 é plano, pode-se chamar de qualquer outra coisa, mas não é orçamento,
1100 menos ainda na lógica que temos. Quanto ao risco, não existe nada na vida em
1101 que ele não esteja presente. O que temos que dimensionar é se o risco que
1102 corremos é contornável, mitigável, evitável; ou se os riscos que temos nesse
1103 período são adequados. Isso é fundamental, é importante que vocês formem
1104 opiniões, mais do que ter ou não a aprovação do orçamento, é fundamental
1105 que você volte para casa entendendo que está confiante, que tem recursos e
1106 que pode desenvolver um trabalho, ou seja, uma lógica adequada de
1107 racionalidade. É isso que estamos fazendo nesse momento. Com relação à
1108 sequência, o que foi estratégico diz respeito às prioridades. Temos discussões
1109 legítimas: creche, hospital, aumento salarial, contratação de docente, tudo isso
1110 é legítimo. Essa palavra já é aceita. Agora, quanto é que cabe, quanto dá para
1111 fazer? Esse é o ponto. E nosso talento é trazer um equilíbrio que não seja
1112 apenas de curto prazo, mas de médio e longo prazo, para que seu neto se
1113 orgulhe quando estiver em alguma reunião futura do Co, vendo que a
1114 responsabilidade de um grupo proporcionou a continuidade dentro de um
1115 ambiente tão louco como é o brasileiro. Então, temos contratação dos
1116 docentes, essa é uma decisão do plurianual, que está espelhada; progressão
1117 horizontal, que está lá, é contida; reajustes salariais, que é uma questão do
1118 CRUESP; e a permanência estudantil, que teve um percentual que nunca vi
1119 nesse Co, espero algum elogio por parte da liderança estudantil, pois 15% de
1120 aumento é muito, é bastante, é relevante. Portanto, tudo isso tem a ver com
1121 gente, logo mexe de forma especial no famoso índice de sustentabilidade, que
1122 em 2022 precisamos atingir 80%. Vou trazer essa conversa, levando em conta

1123 que temos de ter equilíbrio. O que queremos fazer? Dentro de um
1124 planejamento temos tensões, isso é normal, e nosso modelo de trabalho, de
1125 construção desse planejamento faz com que ouçamos os pleitos que são
1126 colocados e possamos ter um ajuste que equilibre as coisas, não apenas no
1127 curto prazo, mas no médio e no longo prazo. E também que evite o que
1128 acontece com algumas de nossas irmãs, que não tem dinheiro sequer para
1129 pagar o décimo terceiro. Isso para mim é básico, é fundamental e temos que
1130 garantir isso. Sobre investimento, temos equipamentos, edificações etc, é
1131 fundamental decidir que esse ano de 2020 é muito diferente em termos de
1132 investimento. Aliás, é um ato de coragem, é preparar a questão estrutural para
1133 o futuro. E nem sempre temos essa oportunidade, talvez nesse passado mais
1134 recente não teríamos e agora temos. Portanto é fundamental que isso seja
1135 muito bem gerenciado e esse é um destaque que quero colocar. O outro lado é
1136 a tal sustentabilidade. Comprometimento de 80% dos gastos com pessoas nos
1137 recursos da cota parte do ICMS, e vou chamar a atenção para isso porque, já
1138 que foi mencionada a questão de superávit e déficit, preciso mostrar que esse
1139 efeito ocorre dentro das nossas demonstrações e aquele aumento salarial que
1140 teve afetou o nosso déficit. Esse número vai aparecer aqui e vocês vão
1141 perceber. Então, zerar o déficit é importante - total e o déficit referente aos
1142 recursos do ICMS - e dispor de uma reserva financeira. Isso é fundamental,
1143 porque a economia vai oscilar, infelizmente a economia do Brasil ainda está
1144 patinando, esperávamos 2,7% de crescimento do PIB para 2019, mas se fala
1145 em cerca de 1,9%, ou seja, um número pífio em relação ao que o país precisa
1146 para retomar o crescimento. E não há outra palavra mais importante que
1147 crescimento para esse país, seguida por emprego e tudo mais, mas aqui
1148 somos agentes secundários nessa perspectiva, porque é o nosso orçamento
1149 que está sendo desenvolvido. Seguindo, quanto às premissas de projeções,
1150 como eu disse, elas mostram a cara, se algo é muito cauteloso ou muito
1151 agressivo, onde está um direcionamento maior de recursos, onde está um
1152 direcionamento menor, e o que quero mostrar é que o patamar inicial é a
1153 inflação. Aquilo que está acima da inflação, algo está sendo considerado para
1154 que você tenha um crescimento. E a gente usa, em termos de rotina, que é um
1155 crescimento real, aquilo que excede a inflação. Pode ser pouco, pode ser
1156 muito, mas a referência é essa. O outro lado é o crescimento do PIB, que

1157 consideramos 2,5%, temos todas as discussões possíveis que vocês desejem,
1158 se olharmos o mercado financeiro, mais especificamente os 3, 4 ou 5 maiores
1159 bancos do Brasil, o número é maior, mas gostaria de dizer que o mercado
1160 financeiro é muito ágil, ele altera, não temos o direito de mudar isso no meio do
1161 ano. Vamos encarar projeções, mas a dotação orçamentária tem uma lógica,
1162 que é definida agora, e o real vai acontecendo, por isso o olhar é diferente. Mas
1163 diria que, na média, esse número de 2,5% é uma expectativa hoje esperada ou
1164 possível, ou seja, não é nenhuma loucura. Falamos sobre isso no ano passado.
1165 O segundo é crescimento das receitas, aqui é massa contra massa, total de
1166 ICMS de um ano contra outro. 8% é um número alto, se olharmos para ele. E
1167 como fazemos essa análise? É um cálculo composto, 1,04 e 1,025 dá 6 e 6.
1168 Então, um valor nominal seria uma expectativa de crescimento de 6,6. Tem 8
1169 aí? Então há um risco. Mas esse número referente ao ICMS é algo que o
1170 governo nos fornece, ele nos dá esse número. Podemos discutir se ele é
1171 agressivo ou não, mas é essa a informação básica. Só que gostaria de
1172 compartilhar com vocês que aí está o nosso maior risco. Certamente, ao longo
1173 do tempo, essa variável sempre vai aparecer um pouco mais cautelosa ou mais
1174 agressiva, e aqui ela é agressiva. 1% de variação dá em torno de R\$ 60
1175 milhões, só para vocês terem uma ideia do risco. E aí vem a distribuição,
1176 despesas com pessoal, aqui tem 5,75% e nesse número, na verdade, tem R\$
1177 176 milhões que serão usados para os claros, para a progressão horizontal e
1178 negociação do CRUESP. É para isso. Está aí e é nisso que implica nesse
1179 aumento dessas despesas. Sobre políticas de apoio à permanência estudantil,
1180 como havia comentado, deu 15%, o aumento mais alto que já vi, talvez alguns
1181 colegas tenham vivenciado outros valores em outros momentos, mas eu nunca
1182 via esse percentual. A dotação básica acompanhou os 5%, esse número é um
1183 crescimento real em relação à inflação; manutenção, temos vários tipos.
1184 Portanto, assim como o investimento estrutural é importante, ficou muito claro,
1185 o Professor Nussio tem essa perspectiva em relação à pedida de recursos para
1186 investimento de longo prazo e manutenções de porte. É algo muito importante,
1187 que no nível das Unidades tem certo valor, que seguiu esse percentual, e um
1188 valor à parte que também será administrado, mas de uma forma mais
1189 centralizada. Vigilância, transporte, limpeza, esses são itens mais controláveis,
1190 tem contrato, então tem algo abaixo da inflação. Projetos especiais, 10%;

1191 biotérios, 10%; e *utilities* - energia, telefone, coisas do gênero - itens mais
1192 assemelhados à inflação e demais entre 4% e 5%. Portanto, qual o olhar geral?
1193 É que há um risco lá em cima, o tamanho do risco foi colocado, e a distribuição
1194 privilegia tanto a questão ligada às pessoas como investimentos, essa é a
1195 dualidade que existe aí. Seguindo, esse quadro já foi mostrado anteriormente,
1196 mas como surgiu uma polêmica no ano passado, é importante mostrar
1197 novamente. Essa informação monta o número do ICMS, partindo da base,
1198 deduzindo o valor do programa habitacional, o cálculo das três irmãs e o valor
1199 que efetivamente recebemos formalmente. Então, há uma pequena diferença,
1200 mas esse é o número cravado, R\$ 5.728.990. Esse quadro é muito
1201 interessante e fazemos o acompanhamento mensalmente. Quando temos um
1202 orçamento, a CODAGE gera informações de acompanhamento, emite um
1203 relatório em função do crescimento e da efetivação do ICMS, e temos um olhar
1204 acompanhando também o futuro. Então, isso é uma curva que pega 12 meses
1205 móveis, significa que consigo comparar esse número com aquele 8, porque é
1206 massa contra massa, quero dizer que esse número precisa embicar para os 8,
1207 não chegando nesse valor temos um risco. Portanto, há uma série de modelos
1208 econométricos em que as pessoas geram essas projeções e aqui há um risco.
1209 Quero lembrar que o ICMS é montado, gerado e apurado todo dia, e as nossas
1210 despesas são praticamente fixas. É esse o nível de olhar que temos de ter em
1211 relação ao futuro, aqui há um risco concreto. Com esse quadro vou gastar
1212 alguns minutos. Ele é bastante importante para entendermos várias coisas.
1213 Temos o ano de 2018, informação real; 2019, com o melhor número que temos
1214 hoje, certamente será diferente quando apurarmos o resultado final em 2020,
1215 quando fecharmos 2019, mas é a melhor informação que temos; e aqui é a
1216 projeção do orçamento tal qual foi reportado para todas as senhoras e
1217 senhores. Portanto, temos repasse do tesouro, outras receitas, despesas de
1218 pessoal, outros custeios e precatórios. A Resolução nº 7344 olha para isto aqui
1219 e olha para isto aqui (aponta para o *slide*), agora tem outras linhas que
1220 mostrarei no próximo *slide* que compõem o nosso resultado, mas na hora de
1221 apurarmos o resultado e avaliarmos a questão da sustentabilidade, preciso
1222 mostrar que essa linha do tesouro é fundamental, embora existam outras
1223 receitas. Quando olho 2018, coloquei superávit e déficit, aqui é o total, ou seja,
1224 leva em conta tudo - repasse do tesouro, outras receitas, todas as despesas - e

1225 assim chegamos a esse número. Quando olhamos só para o tesouro e para as
1226 despesas, chego neste número. Quando olho para a linha total, reportamos um
1227 déficit em 2018, um superávit em 2019, e estamos projetando um equilíbrio em
1228 2020, porque privilegiamos os investimentos. Mas quando olhamos para a linha
1229 em relação a qual a sustentabilidade será cobrada, temos um déficit de R\$ 129
1230 milhões, um déficit de R\$ 68 milhões e um déficit de R\$ 118 milhões, ou seja,
1231 não saímos do déficit nesse período. Essa lógica é importante, do ponto de
1232 vista de conta. E o que levamos em conta com isso? Os recursos do tesouro e
1233 as despesas, é a conta que está aqui, esse 'B' contra o total das despesas.
1234 Estamos em uma situação muito melhor do que no passado, com certeza. Esse
1235 número já beirou os R\$ 800 milhões, caiu para R\$ 600 milhões, portanto,
1236 realmente estamos melhorando, não há dúvidas, mas ainda não saímos de
1237 uma situação difícil, ainda temos um trabalho pela frente. A questão do
1238 comprometimento, o relatório do Professor Nussio mostrava que o nível de
1239 comprometimento era em torno de 88,6%, devemos terminar o ano de 2019
1240 com 87,6% e a expectativa para 2020 é 85,8%. Ou seja, pela revisão da
1241 Resolução nº 7344, não temos que cair 5 pontos percentuais, temos que
1242 mostrar que estamos melhorando, é isso que estamos mostrando. Dando
1243 sequência, esse outro quadro é apenas para evitar algum mal entendido,
1244 explorei este número (aponta para o slide), que é a soma de receitas dos
1245 tesouros e receitas próprias; esse número que aparece aqui (aponta para o
1246 slide) são as receitas vinculadas das Unidades que entram e saem, por isso
1247 não mostrei no quadro anterior, é assim que costumamos agir dentro do nosso
1248 ambiente de acompanhamento. Agora vou detalhar alguns pontos, não gastarei
1249 muito tempo com isso, porque são exatamente os quadros que vocês
1250 receberam. Com relação a pessoal, aqueles 5,7% de aumento, dentro dessa
1251 linha de provisões há R\$ 176 milhões para novos claros, progressão horizontal
1252 e discussão do CRUESP; e não está separado porque existem áreas
1253 específicas de discussão, então cabe à COP direcionar o que é possível para
1254 que possamos encaminhar na questão da sustentabilidade e, assim, na
1255 instância adequada, as decisões devem ocorrer. Na sequência a questão dos
1256 básicos, que foi mencionada, esse foi o critério dos 5%. Temos alguns ajustes
1257 entre áreas, uma área que não estava considerada ou estava agrupada não
1258 como acadêmica e houve mudança, essa é única explicação que tenho, o resto

1259 corre os 5%. Com relação ao que chamamos de adicionais - treinamento,
1260 manutenção etc - como mencionei anteriormente, manutenção tem um
1261 crescimento maior do que a inflação; são 10%, há um item até maior que 10%,
1262 levando em conta o nosso estado geral de estrutura - prédios mais antigos,
1263 reformas mais significativas que temos que fazer, enfim, essa foi a diretriz. E o
1264 programa de apoio à permanência, que são R\$ 88 milhões, tem um detalhe. É
1265 um total R\$ 88 milhões referentes a auxílio alimentação, livros, moradia, auxílio
1266 transporte, bolsas de estudo para intercâmbio, pró-reitorias, programa de
1267 aperfeiçoamento de ensino; e embaixo os indiretos, que podemos chamar de
1268 subsídios, que apoiam a permanência. Esse número de R\$ 239 milhões é
1269 maior do que a verba básica total que tivemos, é mais que o dobro, se
1270 compararmos com uma folha, que é um pouco maior que R\$ 340 milhões,
1271 podemos entender a magnitude, o quanto de dinheiro está sendo alocado. Não
1272 tenho dúvidas que é item prioritário e a locação de recursos está ocorrendo
1273 nessa rubrica. Seguindo, aqui são outros itens referentes a atividades
1274 integradas, aparecem os biotérios, programas de cooperação, programas
1275 integrados, segurança etc. Esse outro quadro mostra a liquidez, ou seja, aquilo
1276 que temos de recursos financeiros de liquidez mais imediata; essa informação
1277 é bastante importante, pois em uma situação de crise, é isso que garante o
1278 décimo terceiro, a nossa normalidade, o não atraso em folha e coisas do
1279 gênero. Ele ainda é pequeno perante o que precisamos, mas está crescendo e
1280 esperamos esse crescimento que foi colocado. Adiante, esse quadro é
1281 importante para entendermos que existe um monitoramento. Quando chegar
1282 janeiro e recebermos as informações nas unidades com detalhamento,
1283 começamos a monitorar a execução orçamentária, isso no âmbito de toda a
1284 Universidade, nas suas várias Unidades. Em certo momento temos a discussão
1285 de progressão horizontal e distribuição de cargos, imaginamos que isso estaria
1286 acontecendo em algum momento no primeiro semestre. E aí no âmbito da
1287 CODAGE e da COP, revisão do orçamento no primeiro semestre, também no
1288 segundo, e a preparação e atualização do plurianual para o próximo ano, esse
1289 novo ciclo será perseguido. O último *slide* é esse, resumindo, acredito que
1290 temos um bom plano, existe uma série de conflitos e tensões dentro das
1291 nossas discussões, riscos que são inerentes à própria questão da montagem
1292 da gestão da Universidade, mas incluímos itens estratégicos importantes, eles

1293 estão aí de maneira consistente, entraram no ano que vem, estão entrando
1294 nesse ano, espero que continuem nos próximos anos. Metas de
1295 sustentabilidade não podemos ignorar, o tamanho da pizza é esse, podemos
1296 dividir de forma diferente, trazer uma série de quesitos, mas temos que
1297 compatibilizar com essa questão da sustentabilidade, e de alguma forma,
1298 percebendo que temos uma obrigação interna com todos os nossos
1299 colaboradores, professores, servidores, terceirizados, alunos, toda a
1300 comunidade e o externo, que nos olha de forma muito atenta e cada vez mais
1301 vai cobrar cada centavo que alocarmos dentro das atividades. Coloquei
1302 também resultados obtidos, levando em conta que tínhamos um déficit
1303 horrível, assustador. E quando o número é muito ruim fica mais fácil de nos
1304 sensibilizarmos, quando ele deixa de ser tão ruim, ficamos sem saber se já
1305 saímos de um período difícil e estamos em uma situação de normalidade ou
1306 não. Não estamos! Não tenham dúvidas em relação a isso. E o outro lado, a
1307 questão do risco de cenário e risco político. Não sei se Deus sabe o que vai
1308 acontecer, os economistas estão tentando, de alguma forma, prever. Quero
1309 agradecer pelo tempo. Agradeço a todos que compõem a COP, a CODAGE e a
1310 atenção de todos vocês. Esse é orçamento que recomendamos para a
1311 Universidade de São Paulo.” **M. Reitor:** “Quero, inicialmente, parabenizar a
1312 COP pelo trabalho feito e pela abordagem empregada. Estamos, ano a ano,
1313 conseguindo melhorar, esclarecer e apresentar ao Conselho Universitário o
1314 Orçamento de uma maneira mais clara e didática. Queria apenas pontuar três
1315 aspectos. O primeiro deles é a questão de incluirmos, este ano, os
1316 investimentos estratégicos, não são investimentos estratégicos da Reitoria,
1317 mas a somatória das estratégias que as unidades desenvolveram e
1318 apresentaram à CODAGE que, por sua vez, organizou e apresentou à COP.
1319 Portanto, as estratégias das unidades tornam-se estratégias da Universidade.
1320 Estamos incorporando em nosso orçamento as estratégias que os senhores
1321 dirigentes, juntamente com CTA e Congregação, elaboraram. São R\$ 114
1322 milhões, que é um valor ainda pequeno, mas é uma nova política e uma nova
1323 visão. Outra coisa que o Prof. Frezatti mencionou muito bem, são os riscos.
1324 Não podemos gerir uma instituição como a USP com a certeza absoluta,
1325 porque dessa forma seria uma gestão extremamente conservadora e a
1326 Universidade seria paralisada, então assumimos riscos, no entanto, são riscos

1327 mensuráveis e aceitáveis. Riscos estes que, obviamente, no desenrolar das
1328 atividades, podemos verificar e reajustar. Assim, não estamos colocando a
1329 Universidade em uma situação desconfortável como estava há seis anos,
1330 podem ficar tranquilos quanto a isso; não estamos gerindo a Universidade de
1331 uma maneira sem analisar os riscos. O próprio plano plurianual é uma
1332 referência para nós, e a Controladoria é, logicamente, uma referência para nós,
1333 para que não assumamos riscos acima do que é administrável. Por último, eu
1334 pessoalmente sei que, por causa dos parâmetros de sustentabilidade, temos
1335 que trabalhar com o orçamento do Tesouro e nossos gastos, mas estou
1336 querendo frisar que meu sonho, até o fim de minha gestão, é conseguir deixar
1337 isso claro, porque a USP recebe recursos extraorçamentários de monta. Nós
1338 não conseguimos ainda contabilizar os recursos que vêm para as Unidades
1339 através de associações de ex-alunos, através de doações, de apoios
1340 institucionais e nem estão incluídos os recursos que hoje o Prof. Carlotti frisou.
1341 Tudo isso é dinheiro que vem para a USP, vem como bolsas para os nossos
1342 alunos e através de auxílios aos nossos programas de pós-graduação. Vamos
1343 de pouco a pouco lhe mostrar e, com isso, meu sonho é mostrar que a nossa
1344 Universidade é uma universidade que mantém índices iguais aos das
1345 universidades internacionais. Não existe Universidade que viva só com receitas
1346 próprias e não existe universidade de pesquisa que possa sobreviver só com
1347 receitas próprias sem o apoio do Estado, pois o apoio do Estado é sempre
1348 decisivo. O que as Universidades fazem e o que a USP faz muito bem - mas
1349 não divulga - é conseguir recursos para atividades outras, além do salário, e
1350 isso estamos fazendo e temos que pouco a pouco conseguir contabilizar e
1351 mostrar à sociedade. Não adianta tentar nos comparar com as universidades
1352 norte-americanas esquecendo que, apesar de terem administrações privadas,
1353 são mantidas com recursos públicos, como nós somos; isso porque muitas
1354 universidades ditas privadas têm recursos e porcentagens similares a nossa;
1355 sendo que temos universidades privadas norte-americanas que mais de 80%
1356 são recursos públicos. São esses dados que precisam ser colocados em pauta
1357 e se conseguirmos mostrar o que estamos angariando de recursos
1358 extraorçamentários, além dos recursos do Estado de São Paulo, podemos
1359 mostrar que temos, de fato, um comportamento de uma universidade de
1360 pesquisa tradicional, mas isso vamos mostrar pouco a pouco. Não vamos

1361 bagunçar, senão o Controlador vai ficar bravo comigo porque bagunço
1362 totalmente a organização que temos. Então, você tem toda razão, Prof.
1363 Frezatti, nossos parâmetros de sustentabilidade são todos montados através
1364 do dinheiro que vem do Tesouro. Talvez, naquele momento, fosse necessário
1365 por causa da situação financeira que nós nos encontrávamos, mas agora,
1366 talvez daqui a um ou dois anos, tenhamos condições de definir nossos
1367 parâmetros em relação a todos os recursos que estamos conseguindo
1368 angariar.” **Cons. Paulo Martins:** “Antes de mais nada, queria parabenizar a
1369 COP pelo belíssimo trabalho, e a CODAGE pela clareza e lucidez daquilo que
1370 foi apresentado. A minha dúvida é uma dúvida de leigo. Acho que
1371 aproximadamente quatro semanas atrás saiu uma pesquisa, não sei se no
1372 ‘Valor Econômico’ ou no ‘Estadão’ - um desses jornais -, fazendo um quadro
1373 comparativo dos PBIs estaduais. A minha dúvida é: se a nossa base
1374 orçamentaria é gerada pelo ICMS, que é um tributo estadual, por que em nossa
1375 administração e em nosso planejamento não observamos o PIB estadual e sim
1376 o PIB federal?” **Cons. Luís Carlos de Souza Ferreira:** “Venho aqui não
1377 apenas como dirigente, mas também como membro da COP. Quero deixar
1378 aqui o meu depoimento sobre o trabalho que está sendo feito por essa equipe
1379 liderada pelo Prof. Fábio Frezatti. Tenho, há mais de um ano, participado desse
1380 esforço, embora não seja economista e não entenda de números - minhas
1381 próprias finanças são muito desorganizadas - mas eu reconheço e admiro a
1382 seriedade e a competência que esse grupo tem dedicado a essa questão.
1383 Reunimo-nos, frequentemente, mais de uma vez por mês, inclusive, tentando
1384 abordar questões em momentos críticos sobre como lidar com orçamentos. Os
1385 desafios são imensos, como bem colocado anteriormente. Reconhecemos as
1386 demandas e as necessidades que a Universidade tem, de vários matizes de
1387 pedidos. A questão de pessoal é crítica e eu, como dirigente, sinto a dificuldade
1388 na contratação, não apenas de docente, mas de funcionários, mas temos que
1389 ter a seriedade e o compromisso de entender o que dispomos e o que
1390 podemos fazer com aquilo que nos é repassado pelo Governo do Estado. Uma
1391 saída desse cenário frente às demandas externas e internas é a busca, como
1392 nosso M. Reitor destacou, de aprimorar aquilo que podemos fazer - e fazemos
1393 muito bem -, que é a busca de recursos extra orçamentários. Acho que muitos
1394 não percebem o valor e o potencial que essa Universidade tem. Essa

1395 Universidade é uma referência no país e no mundo e não exploramos
1396 adequadamente, em termos financeiros, aquilo que podemos fazer. Há
1397 exemplos magníficos de algumas unidades que têm trabalhado de maneira
1398 muito institucional e muito dedicada na captação de recursos extra
1399 orçamentários e sem nenhum risco de impactar suas funções básicas de
1400 educação, pesquisa e extensão, e são exemplos que podem e devem ser
1401 examinados e até mesmo reproduzidos por outros. Então, vamos levar em
1402 frente esse grande desafio que é trabalhar o orçamento com responsabilidade
1403 e competência e buscar, com nossos próprios esforços, aumentar essa
1404 capacidade de captação de recursos extra orçamentários, ou seja, que não
1405 venha direto do Governo do Estado de São Paulo.” **Cons. Miguel Antônio**
1406 **Buzzar**: “Venho aqui replicar algumas das intervenções que já fiz com relação
1407 à dotação do IAU e daquilo que a Congregação entende como a necessidade
1408 de algumas unidades, particularmente o IAU, de ter um tratamento
1409 diferenciado, porque foi criada no momento e, na sequência, teve início a crise
1410 da Universidade. Em decorrência dessa crise, houve uma série de cortes
1411 lineares que tratou unidades com uma conformação diferente de uma forma
1412 homogênea e, por isso, o IAU nunca conseguiu completar a sua estrutura.
1413 Agradecemos muito a atual Reitoria, ao Prof. Vahan, ao Prof. Hernandez e a
1414 Colaboração do Prof. Francisco e todos os colegas de São Carlos, que
1415 entendendo isso, possibilitaram um tratamento diferenciado, por exemplo,
1416 neste momento, foi concluído o projeto da biblioteca do IAU e ano que vem
1417 poderemos iniciar a construção da nossa biblioteca. Isso é muito importante
1418 para nós, ou seja, depois de 10 anos o IAU consegue iniciar o processo de
1419 instalação de sua biblioteca. Da mesma maneira, gostaríamos que o
1420 orçamento, como um todo, também, além de termos a reflexão daquela
1421 contribuição que demos para a COP pensar, tivesse um espaço para poder
1422 explicitar o que é nosso planejamento, no sentido de tentar alcançar o patamar
1423 daquilo que entendemos como igualitário ou patamar igual ao das outras
1424 unidades. Por exemplo, se pegamos só a básica, houve um aumento linear de
1425 5%, com exceção de uma unidade, que não é o IAU, que acredito que tenha
1426 tido espaço para conversar sobre o aumento de 12,59% em relação às outras
1427 que têm 5%. Na verdade, eu apoio esse orçamento, mas a única coisa que
1428 gostaria é que a COP, na próxima revisão, se possível, ou no próximo

1429 orçamento, pudesse dialogar abertamente com o IAU para que pudéssemos
1430 demonstrar qual é o plano de complementação daquilo que entendemos que
1431 seja a estrutura do IAU; que necessariamente terá uma parte vinda do
1432 orçamento, outra parte vem da captação de recursos de fora - é uma unidade
1433 nova, ainda estamos aprendendo a captar recursos fora, estamos utilizando
1434 todas as possibilidades que são dadas, mesmo em momento de crise junto às
1435 agências, mas acreditamos que necessitamos de um aporte. Nosso orçamento
1436 básico é aproximadamente R\$ 300 mil, que é muito pouco. Acho que todos nós
1437 estamos exprimidos, mas acho que temos um espaço para pouco mais de 5%
1438 para oferecer ao IAU.” **Cons. Fábio Frezatti**: “Prof. Paulo Martins, a questão
1439 referente ao PIB do Estado de São Paulo, isso é verdade e nós
1440 acompanhamos esse número que anda em torno de 1,2/1,3, quando a média
1441 nacional é 0,9. O problema é que o raciocínio dos modelos que são utilizados
1442 nas projeções são os modelos que têm inflação e crescimento do PIB.
1443 Discussões enormes de qual inflação (queria poupar vocês), quando se traz
1444 isso para o Estado de São Paulo, essa realidade some, não tem essa mesma
1445 informação consistente. Então, é acompanhado e olhado mais como uma
1446 relação, então quando o PIB do país está em torno de 1,9 ou 1,2, essa relação
1447 se mantém ou não, essa é a informação. Agora, essas posições são
1448 combinações de modelos, alguns colegas da economia têm lá 17 modelos que
1449 combinam. Assim, a resposta é nessa linha de raciocínio. O Prof. Luis Carlos
1450 complementou algumas questões. Em relação à colocação do Prof. Miguel, no
1451 que diz respeito aos investimentos, acho que isso é possível e existe um
1452 grande espaço para isso. Em relação à base, precisamos entender um pouco
1453 melhor, porque foi feito de certa maneira que levava em conta certa tendência.
1454 É o que eu teria a comentar neste momento.” **Cons. Marcílio Alves**: “Tenho
1455 uma questão específica para o Prof. Frezatti, mas antes, como ninguém tocou
1456 neste assunto, gostaria de dizer que a pujança da USP foi muito sentida na
1457 sexta-feira, quando teve a união das orquestras sinfônicas na apresentação do
1458 CDI. Foi extremamente vibrante e bonita, com a participação de muita gente e
1459 senti muito, estando lá, a força da USP como universidade através de um meio
1460 de comunicação, que neste caso era a música. Acho que isso enalteceu muito
1461 a qualidade do que fazemos aqui dentro, gostaria de registrar isso. Gostaria de
1462 registrar, também, que no *site* da CODAGE, o qual tenho visitado para

1463 acompanhar um pouco essa parte do Orçamento, está muito organizado e com
1464 muitas informações e muitos detalhes, inclusive da execução orçamentária,
1465 que era algo que estava preocupado. Lá está bastante claro, não sei qual o
1466 nível de detalhe, mas achei bastante impressionante o *síte* da CODAGE. A
1467 pergunta para o Prof. Frezatti é que, nas provisões de pessoal, está indicado o
1468 valor de R\$ 591 milhões e não entendi por que na apresentação falou-se em
1469 R\$ 176 milhões em contratação de 400 docentes e para acordos com o
1470 CRUESP e para a progressão emergencial horizontal. Gostaria desse
1471 esclarecimento, mas gostaria de destacar, até na qualidade de estar
1472 trabalhando com a avaliação docente, que existem 3.600 docentes, mais ou
1473 menos, esperando a progressão horizontal e essa progressão horizontal tem
1474 um custo relativamente menor, a CAD estimou em R\$ 25 milhões para o ano
1475 de 2020. Vemos que seria um grande incentivo para os professores se eles
1476 pudessem ter a perspectiva da progressão horizontal de um modo concreto a
1477 partir de uma decisão administrativa da Reitoria. Essa Progressão tem sido
1478 postergada por questões compreensíveis, que é essa falta de perspectiva de
1479 aumento de verba, mas que precisa ser tomada logo e a Reitoria precisa estar
1480 à frente desse processo e tranquilizar a comunidade acadêmica, porque ela se
1481 vê tanto pressionada pelo teto salarial - que foi muito discutido aqui -, como
1482 pela falta dessa clareza de quando vai acontecer essa progressão horizontal.
1483 Portanto, achamos que é muito importante que, para valorizar todo esse
1484 processo de avaliação que temos trabalhado, a Reitoria se debruce e tome
1485 uma decisão sobre isso. Espero que isso aconteça em reuniões que teremos
1486 com a CPA em fevereiro, para que possa dar uma perspectiva de avanço na
1487 carreira docente para todos os que estão nessa situação iminente de possível
1488 progressão. Então, fica aqui meu pedido para essa consideração para o ano
1489 dessa administração." **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka:** "Tenho uma pergunta
1490 muito simples em relação à página 7, que é sobre a política de permanência e
1491 formação. O senhor informou claramente que em relação a bolsas de auxílios
1492 teve um aumento de 15%, correspondente a R\$ 88 milhões; agora, quando
1493 somamos a isso à política de permanência, o acréscimo foi de 5,5%, então
1494 fiquei na dúvida como é que vamos fazer esse ajuste de 15% em uma parte e
1495 no total deu 5%? Tem alguma fórmula de compensar esses 15% no total? Tem
1496 dois itens, um de bolsa e o outro de incentivos, sendo que um tem

1497 porcentagem de 15%, que o senhor afirmou, que são as bolsas, mas no total
1498 esse aumento foi de 5,5%, só queria entender como é que foi esse jogo de
1499 aumento.” **Cons.^a Raquel Rolnik**: “Tenho uma dúvida bem objetiva em relação
1500 à questão dos claros docentes. Havíamos entendido que eram 450 claros
1501 docentes, no plano plurianual, imagino que uma parte disso já foi contratada
1502 em 2019 e que tem algo a ser contratado, em 2020. Só queria esse
1503 esclarecimento para saber em que pé estamos dessa distribuição e reiterando,
1504 em relação ao que já foi colocado aqui agora. Imagino que, como a FAU,
1505 outras unidades também perderam docentes em razão das aposentadorias
1506 mais recentes, em virtude da entrada em pânico com a reforma da previdência
1507 no âmbito federal, a possibilidade de reforma da previdência estadual e o teto
1508 salarial. Assim, lá se foram mais aposentados precoces antes da compulsória.
1509 Por isso, estou me perguntando se nesse planejamento há alguma outra
1510 possibilidade de contratação, inclusive, reiterando a contratação de professores
1511 em regimes de turno completos, no RIDP. Isso também está sendo pensado ou
1512 isso depende da existência de claros? Gostaria de ter um esclarecimento em
1513 relação a isso. Finalmente, uma observação: o que deu para perceber, com
1514 muita clareza, é que o que é chamado como básico, ou seja, que estão sob o
1515 controle do orçamento das unidades, esteve mais ou menos no patamar de
1516 5%, em geral para todos. As rubricas que aumentaram os percentuais são
1517 rubricas ditas centralizadas; são rubricas especiais, que são investimentos
1518 estratégicos - tudo bem que vem das unidades - e é política de permanência
1519 que beneficia todas as unidades. Mas minha questão é em relação ao
1520 encaminhamento do processo decisório posterior em cima de rubricas que, na
1521 verdade, são centralizadas e que nem sempre ficam muito claras para todos
1522 nós; como que, posteriormente, esses recursos serão distribuídos? Acho isso
1523 muito importante e não vejo nenhum problema de isso acontecer, desde que
1524 tenhamos um pouco mais de conhecimento e acompanhamento, inclusive, com
1525 a participação nas decisões de como isso vai ser distribuído posteriormente.”
1526 **Cons.^a Julia Kopf de Moraes Paulo**: “Em primeiro lugar queria parabenizar o
1527 avanço do orçamento e da transparência que conseguimos ver ao longo dos
1528 últimos anos. É um esforço bastante notável, mas como o M. Reitor chegou a
1529 falar agora a pouco, ainda tem bastante coisas que precisamos avançar para
1530 conhecimento da gestão universitária e, também, para conseguimos entender e

1531 fazer com que a comunidade consiga participar mais nas decisões de gastos e
1532 nas decisões orçamentárias; para conseguirmos debater de fato o que tem que
1533 ser priorizado para o próximo período. Acho que, em relação a esse ciclo, no
1534 ano que vem, temos que nos esforçar para que a revisão do orçamento seja
1535 bastante transparente. Assim, em relação a esse quadro comparativo, entre o
1536 percentual do que era previsto e o que está previsto para o próximo ano, seria
1537 interessante se a COP, junto com a CODAGE, conseguisse produzir um
1538 comparativo do quanto estava previsto e o quanto efetivamente foi gasto. Isso
1539 era importante para conseguirmos ter um controle maior e uma participação
1540 mais efetiva e para um debate da comunidade mais qualificado neste sentido.
1541 Por fim, acho que tem que ser celebrado, porque é uma grande vitória dos
1542 estudantes a obtenção desse aumento de 15% no gasto em investimento com
1543 a permanência estudantil. Como já foi dito aqui neste espaço, ainda é muito
1544 aquém. Entendemos que a USP está passando por uma crise e que esse
1545 número continue nos próximos anos aumentando cada vez mais, porque a
1546 situação é realmente difícil para os estudantes e ainda existe um *déficit*
1547 bastante notável, que isso continue avançando. Então, celebrar a vitória de
1548 agora, mas entender que ainda tem um caminho longo para ser percorrido.”

1549 **Cons. Fábio Frezatti:** “Prof. Miguel, como foi lembrado pelo Vice-Reitor, não
1550 respondi a insinuação de que tinha uma unidade que teve um aumento
1551 diferente. Trata-se da Faculdade de Medicina, que incorporou o IMT. Portanto,
1552 existe essa explicação para isso. Com relação ao questionamento do Prof.
1553 Marcílio, só queria fazer um esclarecimento: em relação aos R\$ 176 milhões,
1554 temos lá CRUESP, contratações e a progressão horizontal. É só para deixar
1555 claro que não tenho nenhum comentário adicional, porque a COP tem a
1556 responsabilidade em relação à forma como os recursos podem ser distribuídos
1557 e temos câmaras específicas para dar a sequência. Prof. Tanaka, preciso pedir
1558 perdão, mas não consegui entender a dúvida por que os 15% estão lá.” **Vice-**
1559 **Reitor:** “Prof. Tanaka, os 15% é especificamente sobre a questão da
1560 permanência das bolsas e os 5% é sobre o total que tem a parte indireta. É
1561 isso que são 238, que correspondem a 5%, é porque está o custo indireto
1562 junto, que é a parte de baixo da tabela.” **Cons. Fábio Frezatti:** “É que esse
1563 segundo número está espalhado, não é uma construção direta, mas a
1564 Universidade, na verdade, para a questão da permanência, dedica R\$ 238

1565 milhões, só que esse segundo pedaço está um pouquinho em vários lugares.
1566 Prof.^a Raquel, temos para o período todo 550 claros, então é isso que temos
1567 para o período até 2022. No último tratamento, em relação a esse tema, eram
1568 150. Temos a percepção dentro da Universidade que demora certo tempo para
1569 ser contratado. Então, em 2020, efetivamente, têm 400 claros computados
1570 neste valor, com isso, 150 que tinham ocorrido, você chega nos 550. É
1571 bastante complicado dizer assim: o que foi autorizado, o que já teve concurso e
1572 o que já foi contratado e o que já está o valor do salário no orçamento. É
1573 bastante complicado explicar isso, então minha explicação é que 150 já
1574 estariam e os outros 400 adicionais estariam entrando paulatinamente no ano
1575 de 2020. Com isso, teremos os 550 que foi o que foi proposto e aprovado no
1576 plano plurianual. Julia, com relação à permanência, esse esforço é muito
1577 grande e o aumento é duas vezes maior que o básico que o Diretor da Unidade
1578 tem para gerenciar a sua atividade. A permanência é importante e alguém já
1579 colocou a questão qualitativa em relação a isso e torcemos para que o ICMS
1580 cresça, porque essa é variável fundamental.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli**
1581 **Wada**: “Professor, vou fazer algumas perguntas e, se não for perguntas
1582 corretas, por favor me corrija, porque aprendi muito bem matemática, mas não
1583 apliquei. A nossa preocupação é que hoje temos o comprometimento com
1584 pessoal de 87% e observamos, no quadro, que tem uma previsão para 2020 de
1585 85% e, a longo prazo, para 80%, sendo que está previsto a contratação de 400
1586 docentes. Além disso, provavelmente haverá negociação salarial e toda
1587 negociação salarial prevê alguma coisa. Outra questão é a seguinte: a
1588 progressão horizontal na carreira dos funcionários e dos professores, como que
1589 faz essa conta de 87% para 80%? Essa é minha primeira pergunta. Outra
1590 pergunta é a seguinte: não achei no orçamento e estamos muito interessados
1591 na construção, por parte da SEF, porque estamos aguardando, no Instituto de
1592 Química e temos discutido bastante com o Professor Pedro, a construção de
1593 um prédio para guardar produtos inflamáveis, essa é uma necessidade
1594 emergencial. Vi no orçamento previsão: ‘necessidades emergenciais’, então
1595 não sei se incluiria isso daí. Porque na Química tem setores com drogas,
1596 produtos e outros que precisa de um prédio separado para trazer segurança
1597 para todos lá. Então não vi aqui nenhuma previsão para a SEF. A pergunta é
1598 qual é a previsão orçamentária para a progressão dos funcionários? A última

1599 pergunta é o seguinte: a Reitoria vem fazendo todo o empenho sobre a
1600 questão do teto salarial dos docentes; vamos supor que o Supremo Tribunal
1601 Federal, até o final do ano de 2020, aprove isso, porque estão trabalhando
1602 bastante e eu também tenho certeza que o STF vai aprovar, qual seria o
1603 impacto desse teto salarial no orçamento da Universidade?” **Cons. Márcio**
1604 **Moretto Ribeiro:** “Queria parabenizar o aumento considerável com
1605 permanência, acho que isso vai na direção correta. Mas venho representar os
1606 Professores Doutores, então vou fazer minha questão direcionada a isso.
1607 Viemos desde 2014-2015 com uma sequência de arrocho salarial, isso atinge
1608 principalmente os professores mais novos que é o caso dos Professores
1609 Doutores. A previsão orçamentária que foi apresentada fala em um aumento de
1610 5,75% para pessoal e isso inclui, como você já repetiu algumas vezes, tanto
1611 contratação como progressão horizontal quanto eventualmente um reajuste.
1612 Entendo que a essa também é preocupação de outras pessoas, a preocupação
1613 da professora Raquel ia o sentido de novas contratações; o professor Marcílio
1614 estava mais no sentido da progressão horizontal e eu estou preocupado com a
1615 questão do reajuste. A minha solicitação, para ser bem claro, é sobre se você
1616 pode nos detalhar de onde saiu esse número de 5,75%, que é maior que a
1617 inflação, mas é um tanto abaixo da previsão de aumento da receita. Queria que
1618 você detalhasse de onde se formou esses 5,75%, para entendemos melhor
1619 como isso vai ser realocado para contratação, para progressão e para reajuste,
1620 porque várias pessoas aqui estão com esse tipo de preocupação e nós,
1621 Doutores, temos uma preocupação específica.” **Cons. Felipe Simoni Farias:**
1622 “Queria contribuir com o debate no sentido que a Cons.^a Maria Luiza vinha
1623 colocando no começo da reunião. A nossa Universidade é uma universidade
1624 que, por muita luta do movimento negro, do movimento estudantil e do
1625 movimento de trabalhadores, inclusive, com a ajuda de muitos professores,
1626 conquistou algo que deveria ter conquistado há muito tempo, que são as cotas
1627 étnico-raciais e as cotas sociais em nossa Universidade. E isso se reflete em
1628 uma mudança muito grande de perfil do corpo discente da Universidade, cada
1629 vez mais vamos convivendo com uma realidade que é a do estudante -
1630 vivemos hoje em uma realidade de crise econômica, que coloca a juventude e
1631 a perspectiva de desemprego de não saber seu futuro -, então vai acabar
1632 aparecendo sempre um perfil do corpo discente que é o estudante que tem que

1633 se dividir entre a sala de aula e entregar comida no Rappi, porque essa é uma
1634 realidade das universidades federais do nosso país. É por isso que queria
1635 colocar aqui que o debate sobre permanência não é só o debate, por exemplo,
1636 sobre as bolsas e sobre os auxílios. Foi um ganho muito grande e esse
1637 orçamento mostrou um avanço muito grande no debate sobre bolsas de
1638 auxílios, mas o debate sobre permanência passa por outros debates também,
1639 passa, por exemplo, pelo debate do restaurante universitário, que teve um
1640 aumento neste orçamento de 5%. Sabemos que a precarização do restaurante
1641 universitário é uma coisa constante na nossa Universidade e isso se deu, por
1642 exemplo, neste processo de tentativa de terceirização do restaurante da Física
1643 aqui na cidade Universitária. Também a informática, que também teve um
1644 aumento de 5%. O que mais me preocupa é o que já foi colocado
1645 anteriormente, que são as creches que estão sofrendo precarização gigantesca
1646 e que tem tudo a ver com a realidade das estudantes trabalhadoras, das
1647 professoras e das trabalhadoras da Universidade como um todo e que teve um
1648 aumento absoluto que é menor, inclusive, do que o aumento para pagar taxas
1649 municipais. Esse é um debate que é fundamental que seja feito sobre esse
1650 orçamento, além do que a Cons.^a Neli colocou que já há uma perspectiva de
1651 contratação docente que é um alívio, porque várias unidades têm uma
1652 dificuldade muito grande sobre a contratação de docente e temos déficit
1653 docente mesmo. Não sei se está na ordem do dia; para o orçamento que
1654 temos, a contratação de funcionários, porque é uma realidade que existe, uma
1655 precarização nas unidades, justamente, por uma perspectiva de um trabalho
1656 cada vez mais precarizado para os funcionários, distorcendo, inclusive, a
1657 própria função de trabalho de alguns funcionários. Acho que são questões
1658 importantes a serem debatidas, porque esse tipo de precarização de trabalho
1659 que existe na Universidade de hoje pode ter sido uma das causas, por
1660 exemplo, da morte de um estudante, cujo nome é carregado no meu Centro
1661 Acadêmico, que é o Centro de Estudos Geográficos Filipe Varea Leme.” **Cons.**
1662 **André Lucirton Costa**: “Queria fazer um testemunho rápido, porque sou o
1663 último a falar sobre o papel dos planos que a Universidade de São Paulo está
1664 fazendo desde a mudança que se teve na estrutura das receitas e despesas,
1665 em que começamos a nos adaptar àquilo que ganhamos e àquilo que
1666 gastamos. Os senhores viram, no gráfico do Prof. Frezatti, a mudança de

1667 arrecadação que o ICMS teve a partir de 2016; e a Universidade de São Paulo
1668 soube rapidamente se adequar a essa nova realidade do país. Hoje nós
1669 conseguimos discutir questões extremamente importantes com base muito
1670 mais sólidas quantitativas da distribuição dos recursos que temos. Isso é um
1671 mérito da Universidade de São Paulo, é um mérito que todos nós alcançamos e
1672 que é raro no setor público. Em outras áreas se conviveria com o *déficit* muito
1673 grande, sem perspectiva de conseguir sanear uma responsabilidade fiscal que
1674 a autonomia administrativa nos deu. É muito importante esse ponto que
1675 chegamos e, talvez, tenha sido um dos fatores que fez com que a Universidade
1676 de São Paulo passasse como passou pela CPI das Universidades. É
1677 importante ressaltar esse aspecto, porque continuamos ainda em momento de
1678 restrições. De onde virá o dinheiro do aumento dos professores? Se não
1679 conhecemos e se não tiver crescimento do ICMS, vai sair de algum lugar, de
1680 onde vamos tirar? Essas respostas conseguem ser modeladas e conseguem
1681 ser pensadas com base no instrumento que é de alocação dos recursos. A
1682 Julia, que também é representante discente na COP, fez uma pergunta
1683 bastante importante: 'qual é a relação entre o orçado e o executado? Qual é o
1684 nosso erro naquilo que estamos projetando?' Isso é muito importante para
1685 saber se estamos efetivamente gastando aquilo que nos foi designado, porque
1686 tem outra coisa que acontece no setor público, mas não acontece na
1687 Universidade, que é essa volta do dinheiro orçamentário. Esse recurso que
1688 temos todo ano de volta porque não gastamos, no resto do setor público não
1689 gastou, tchau. Então, temos essa outra questão que a autonomia nos dá.
1690 Apesar de alguns discursos que tiveram aqui, apesar de percebermos que as
1691 questões são muito baseadas nessa peça orçamentária, que dá base para nós
1692 questionarmos e fazermos perguntas, e que dá base com critérios impessoais
1693 para podermos analisar a distribuição dos recursos, percebemos um
1694 amadurecimento dos relacionamentos que existem entre o sistema financeiro
1695 da USP e as unidades de ensino e pesquisa." **Cons. Renato de Figueiredo**
1696 **Jardim**: "É muito difícil falar após a apresentação do Prof. Frezatti, porque ela
1697 é muito boa. Ele é o típico professor nota dez, o que eu tenho uma inveja
1698 tremenda. Mas gostaria de destacar três pontos que talvez não fiquem muito
1699 claros através de uma apresentação como esta, eles estão ligados,
1700 obviamente, não só ao orçamento em si, mas a todo o processo que isso

1701 demanda. O primeiro deles é a harmonia que existe entre a COP, a CODAGE e
1702 a APO. Isso é muito importante. Portanto, ao contrário, estou inferindo isso de
1703 outras comissões estatutárias que têm no Co, lá as reuniões são bastante
1704 numerosas em número de pessoas e as opiniões são bastante diferentes pelas
1705 formações e pelas atribuições que essas pessoas têm. Isso enriquece demais
1706 a discussão, mas, por outro lado, demanda maior trabalho, porque temos que
1707 ter uma visão mais ampla possível. Acho que esse é um ponto importante para
1708 quem está de fora e não visualiza esse tipo de trabalho. Naturalmente é
1709 diferente de nosso trabalho científico de investigação cotidiano, porque
1710 trabalhar com esses índices que temos do PIB e do crescimento da inflação,
1711 isso está variando todo dia e, certamente, o que dissemos aqui no ano passado
1712 não foi confirmado hoje. Então, trabalhamos com uma aleatoriedade das
1713 variáveis que é muito grande. Acho que só conseguimos fazer um trabalho
1714 razoável devido a essa harmonia que existe entre a COP, a CODAGE e a APO.
1715 De forma que acho que esse é um ponto importante a ser levado em
1716 consideração. Gostaria de destacar outro ponto que acho importante também,
1717 que foi comentado aqui, é acerca da magnitude dos recursos a serem
1718 destinados à permanência e formação estudantil. Note que a permanência e
1719 formação estudantil, se prestarem atenção, os recursos destinados a essa
1720 alínea são 2,5 vezes maior do que a soma total de todas as dotações básicas
1721 das Unidades, dos Institutos Especializados, dos Museus, das Prefeituras, dos
1722 Hospitais etc, etc... Esse é um ponto importante a ser levado em consideração.
1723 E o terceiro é sobre essa nova alínea que aparece sobre os chamados
1724 'programas de investimentos estratégicos', isso na verdade, foi concebido
1725 baseado nas respostas dos diretores. Foi feita uma consulta aos diretores para
1726 saber quais eram as alíneas que necessitavam ser reforçadas nas suas
1727 unidades, então, no fundo, é o resultado líquido de uma consulta feita aos
1728 diretores e, obviamente, que destinamos um recurso para atender,
1729 parcialmente pelo menos, essa necessidade expressa por nós, que estamos
1730 aqui." **Cons. Fábio Frezatti:** "Felipe, quando você mencionou a questão do
1731 restaurante, observo que o valor pago pelos alunos não é reajustado há
1732 décadas. Então, o efeito em relação ao restaurante não existe, no sentido que
1733 você colocou. Outra coisa que achei importante, nas várias falas, é que
1734 precisamos parar e refletir, pois existe uma série de projetos que têm impacto

1735 na permanência estudantil, tais como assédio, saúde mental, dentre outros. De
1736 forma que esse conjunto de coisas, fora da lógica econômica, em minha
1737 opinião, deve ser sempre percebido, porque ele é feito nas Unidades, é feito na
1738 área central; acho que essas coisas são importantes. Márcio, em relação aos
1739 percentuais de aumento, alguém questionou mais especificamente sobre a
1740 questão dos percentuais serem centralizados ou não. Manutenção, por
1741 exemplo, não é centralizado, tem 10% para todas as linhas e tem uma que tem
1742 mais - 17% -, isso é algo que foi considerado. Com relação a reajuste, não
1743 temos um valor carimbado e sim uma massa de recursos para ser utilizada:
1744 para o CRUESP, para contratação e para a progressão. Temos várias
1745 Comissões. Qual é o papel da COP? É gerar a massa de recurso que é
1746 compatível com tudo que precisamos fazer e tudo que temos disponível. E
1747 temos Comissões que, em momento adequado, tratarão de cada aspecto.
1748 Conselheira Neli, como chegaremos aos 80%?! Mostramos, na reunião de
1749 novembro, o encadeamento e a sequência de anos. Quero dizer, saímos de
1750 2019, entramos em 2020, 2021 e 2022 para chegarmos aos 80%. De forma
1751 que dependemos de uma relação entre o dinheiro do Estado – leia-se a cota-
1752 parte do ICMS -, os gastos e dentro desses, temos os gastos com pessoal.
1753 Então, o que cabe aí é essa lógica para compatibilizar a necessidade
1754 econômica da discussão de reajuste salarial, contratação e a possibilidade de
1755 ter recursos. Essa é a lógica que está por trás. Então, ao olhar para isso,
1756 estamos pressupondo um crescimento no ICMS que foi mostrado 2021 e 2020
1757 - 2,5% e mais quatro de inflação. Então, quando nós temos - digamos assim - a
1758 quota-parte, a receita, que é uma massa maior do que a despesa e ela tem
1759 esse percentual, isso vai gerando condições de ter um indicador que nós
1760 oferecemos ou propomos com aprovação. Por outro lado, se não tivermos o
1761 ICMS nesse patamar, esses 80% são afetados diretamente. Tenho a
1762 impressão que era nessa linha sua pergunta nessa questão e com os
1763 crescimentos que nós mostramos na reunião do mês passado, em relação a
1764 2021 e 2022. Com relação a prédio, temos a questão de envolvimento da
1765 Superintendência do Espaço Físico – SEF, e temos esses R\$ 114 milhões em
1766 investimentos que pode ser um dos projetos dimensionados. Tem todo um
1767 andamento que eu não tenho o direito de me meter, mas o procedimento é
1768 esse e creio que todos nós sabemos. Com relação a teto é o seguinte: qual é a

1769 certeza em relação a ele? Quero dizer, se fizermos uma enquete aqui, o
1770 percentual de probabilidade vai ser muito variável. Então, na montagem do
1771 orçamento, não temos valor para o teto. Ele pode ser obtido em dezembro de
1772 2020? Pode. Pode acontecer em algum outro momento? Pode. Nós não temos
1773 um valor carimbado para isso. Não foi colocado no orçamento. Com relação a
1774 funcionários, não temos nenhuma previsão nesse orçamento, temos previsão
1775 para os claros docentes, é isso que foi colocado.” A **Cons.^a Neli Mara**
1776 **Paschoarelli Wada** fala fora do microfone. **Cons. Fábio Frezatti**: “Naquela
1777 massa temos contratação, negociação CRUESP para a progressão e temos
1778 câmaras específicas para cada uma. Então, quando falamos em progressão,
1779 estamos falando sobre docentes e funcionários técnicos e administrativos.” A
1780 seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da COP. **Votação**. Pelo painel
1781 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 88 (oitenta e oito) votos; Não =
1782 0 (zero) voto; Abstenção = 10 (dez) votos; Total de votantes = 98 (noventa e
1783 oito). É aprovado o parecer da COP, **favorável à distribuição orçamentária**
1784 **da USP para 2020**. Palmas. **M. Reitor**: “Vou dar um depoimento, porque
1785 acabei fazendo as contas. Participo desse Conselho há dezessete anos: sete
1786 como representante da Escola Politécnica, sendo quatro como Diretor, e dez,
1787 agora, nessa época final – Pró-Reitor, Vice-Reitor e Reitor. Desses dezessete
1788 anos que nós tivemos discussões sobre o Orçamento, declaro para vocês que
1789 essa foi a primeira vez em que tivemos discussões longas, uma hora e quinze,
1790 aproximadamente, mas que todos representantes do Conselho - dos alunos,
1791 dos funcionários, dos docentes e dos dirigentes e representantes de
1792 Congregações - discutiram a essência e não os detalhes ou os recursos
1793 pontuais. Isso é uma coisa muito importante, demonstrando que o nosso
1794 Conselho Universitário, essa composição do Colegiado atual, tem uma
1795 peculiaridade muito importante. Parabéns a vocês, preocupados e atenciosos,
1796 isso faz a nossa Universidade cada vez mais forte. A discussão foi longa, já
1797 tivemos reuniões nas quais em meia hora decidimos, hoje gastamos mais de
1798 uma hora de discussões importantes, que certamente os membros da COP
1799 ficaram atentos e isso vai retroalimentar nossa discussão.” A seguir, o **M.**
1800 **Reitor** passa à discussão do **Item 2 - ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA USP.**
1801 **2.1 - PROCESSO 2018.1.1483.17.9 - FACULDADE DE MEDICINA DE**
1802 **RIBEIRÃO PRETO (acompanha PROT. 2018.5.34.9.2 – FACULDADE DE**

1803 **CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS)** - Proposta apresentada pela representação
1804 dos servidores técnicos e administrativos da Congregação da Faculdade de
1805 Medicina de Ribeirão Preto, de alteração do artigo 54 e seu parágrafo 6º do
1806 Estatuto da Universidade, referente à composição dos Conselhos de
1807 Departamento da Unidade. Proposta encaminhada pelo Grupo de Trabalho da
1808 Faculdade de Ciências Farmacêuticas constituído para revisar e adequar o
1809 Regimento da Unidade, de avaliação da possibilidade dos Conselhos de
1810 Departamentos terem, em sua composição, servidores técnicos e
1811 administrativos com direito a voz e voto. - Ofício dos representantes da
1812 categoria dos servidores técnicos e administrativos da Congregação da FMRP
1813 à Diretora da Unidade, Prof.^a Dr.^a Margaret de Castro, solicitando análise de
1814 emenda estatutária pela Congregação, visando à inclusão de representantes
1815 dos servidores técnicos e administrativos, eleitos pelos seus pares, nos
1816 Conselhos de Departamento (19.09.18). - Ofício da Presidente do GT-
1817 Regimento da FCF, Prof.^a Dr.^a Elizabeth Igne Ferreira, encaminhando à
1818 Diretora da Unidade, Prof.^a Dr.^a Primavera Borelli Garcia, a proposta de
1819 consulta à Procuradoria Geral sobre a possibilidade de ter, nos Conselhos dos
1820 Departamentos, servidores técnicos e administrativos com direito a voz e voto
1821 (05.01.18). **Parecer da Congregação da FMRP:** aprovou a proposta
1822 apresentada pela representação dos servidores técnicos e administrativos,
1823 junto à Congregação, de alteração do artigo 54 e seu § 6º do Estatuto da
1824 Universidade, referente à composição dos Conselhos dos Departamentos
1825 (16.10.18). **Parecer da Congregação da FCF:** aprova a sugestão do Grupo de
1826 Trabalho da FCF constituído para revisar e adequar o Regimento da Unidade,
1827 onde constatou-se a necessidade dos Conselhos de Departamentos terem em
1828 sua composição os servidores técnicos e administrativos com direito a voz e
1829 voto (08.06.18). **Parecer da PG nº 00705/2019:** observa que o tema não é
1830 novo e que a PG já teve a oportunidade de se manifestar no sentido da
1831 possibilidade de Unidade propor a alteração da composição do Conselho do
1832 Departamento, a fim de permitir a participação de servidores técnicos e
1833 administrativos, para a avaliação dos órgãos competentes da Universidade.
1834 Acrescenta que a tramitação do processo até o presente momento foi regular e
1835 que caberá, agora, ao Conselho Universitário apreciar a proposta, ouvida
1836 previamente a CLR. Quanto ao conteúdo, pondera que a proposta parece não

1837 ofender o ordenamento interno, uma vez que se pretende ampliar a
1838 composição do Conselho do Departamento, permitindo-se a participação de
1839 representantes do corpo de servidores técnicos e administrativos, assim, a
1840 iniciativa prestigia a pluralidade, característica presente em diversos órgãos
1841 colegiados da Universidade. Lembra, ainda, que o Conselho de Departamento
1842 não se limita aos assuntos acadêmicos, tratando também de questões
1843 administrativas que podem afetar tal categoria. A Procuradora Chefe da
1844 Procuradoria Acadêmica, em complementação, quanto à redação do texto "um
1845 representante e um suplente dos servidores técnicos e administrativos lotados
1846 no Departamento", observa que há Unidades que, por não contarem com
1847 laboratórios, possuem poucos servidores técnicos e administrativos lotados em
1848 Departamento, como é o caso da FD e FDRP. Em razão disso, recomenda que
1849 a proposta preveja um número mínimo de servidores em cada Departamento
1850 para que haja a representação dos servidores técnicos e administrativos em
1851 seu Conselho. Esclarece ainda que, com relação ao mandato de tais
1852 representantes nas Congregações das Unidades, o mandato de representantes
1853 de servidores técnicos e administrativos é de um ano (e não dois), permitidas
1854 reconduções, já no CTA das Unidades, o mandato desses mesmos
1855 representantes é de dois anos, permitidas reconduções, portanto, o mandato
1856 de dois é apenas uma das possibilidades para análise de mérito dos colegiados
1857 competentes. Por fim, aponto, ainda, que, para compatibilidade da proposta às
1858 regras atualmente vigentes, há necessidade de alteração também do art. 234
1859 do Regimento Geral para inclusão do Conselho de Departamento ao lado da
1860 Congregação e do CTA. Sugere o trâmite conjunto deste processo com o de nº
1861 **2018.5.34.9.2 – FCF (30.10.19). Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator,
1862 que se manifestou pela possibilidade de inclusão da representação dos
1863 servidores técnicos e administrativos nos Conselhos dos Departamentos, com
1864 a sugestão de redação ao artigo 54 do Estatuto da USP, bem como ao *caput* e
1865 ao § 2º do artigo 234 do Regimento Geral da USP. A Comissão sugere que o
1866 mandato da representação dos servidores técnicos e administrativos nos
1867 Conselhos dos Departamentos seja de um ano, permitidas reconduções
1868 (27.11.19). **Texto proposto:** Artigo 54 - (...) (...) VII - um representante e um
1869 suplente dos servidores técnicos e administrativos lotados no Departamento,
1870 desde que o número de servidores lotado no Departamento seja maior que

1871 quatro e seu número total corresponda a mais do que 10% (dez por cento) do
1872 número total de servidores docentes do respectivo Departamento. (...) § 7º-A -
1873 Os membros mencionados no inciso VII serão eleitos por seus pares, com
1874 mandato de um ano, admitindo-se reconduções. - Minuta de Resolução
1875 preparada pela Secretaria Geral. **M. Reitor:** "É uma solicitação da Faculdade
1876 de Medicina de Ribeirão Preto e da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. As
1877 propostas, do mesmo sentido, contemplam a participação de representantes
1878 dos servidores técnicos e administrativos nos Conselhos dos Departamentos. A
1879 CLR fez um trabalho muito cuidadoso juntando os dois processos, porque a
1880 essência é a mesma, elaborando uma proposta única para apreciação no
1881 Conselho Universitário. Professor Júlio poderia fazer uma apresentação breve?
1882 Para quem não conhece ele é o Vice-Presidente da CLR e fará a apresentação
1883 porque o Presidente, Prof. Floriano, precisou ausentar-se em virtude de
1884 compromisso na sua Faculdade às 17h." **Cons. Júlio Cerca Serrão:** "A
1885 proposta é bastante simples. Como o Professor Vahan antecipou, trata-se de
1886 uma junção de duas propostas da Faculdade de Medicina de Ribeirão e da
1887 Faculdade de Ciências Farmacêuticas. A proposta, fundamentalmente, pleiteia
1888 incluir os nossos servidores técnicos e administrativos nos nossos Conselhos
1889 Departamentais. Isso demanda uma alteração do artigo 54 do nosso Estatuto
1890 e, por conseguinte, uma alteração do artigo 234 do nosso Regimento. O
1891 parecer da CLR foi exarado pelo Professor Floriano, apontando a inexistência
1892 de óbice jurídico formal à aprovação da proposta. Então, ele passou para
1893 análise e apontou alguns aspectos históricos que são importantes de serem
1894 ressaltados. Primeiro, que essa representação já ocorre nos outros Colegiados,
1895 e que esses Conselhos de Departamentos são unidades que tomam decisões
1896 administrativas. Então, por bem, os servidores agregariam na qualificação das
1897 discussões. Entretanto, também a CLR vislumbrou dois problemas e se
1898 debruçou sobre eles. O primeiro deles é que alguns dos nossos Conselhos
1899 Departamentais têm o número muito reduzido de servidores técnicos e
1900 administrativos. Então, ponderou a CLR ser oportuno criar algumas travas e
1901 propôs duas, em particular, que constam da proposta. A primeira trava: o
1902 número mínimo de 4 servidores técnicos e administrativos em cada Conselho.
1903 A título de exemplo, apenas, e já com a devida desculpa ao Professor Heleno,
1904 para citar um exemplo da Faculdade de Direito, que foi citado pelo Professor

1905 Floriano, dos nove Departamentos que temos naquela Faculdade, dois
1906 possuem apenas um servidor. Seis Conselhos Departamentais têm dois
1907 servidores apenas. De forma que, assim não se estabelece essa trava,
1908 teríamos uma perpetuação dos mesmos representantes. Sugere, ainda, a CLR
1909 um número mínimo de servidores no Conselho Departamental. Esse número
1910 mínimo está lastreado no número de docentes do Departamento. Então, aquele
1911 Departamento que terá a representação tem que ter o número de servidores
1912 equivalente a, no mínimo, 10% do número dos docentes no Departamento,
1913 portanto são duas travas. Com relação a mandato, também há duas opções:
1914 dois anos, como é o mandato dos nossos servidores no Conselho Técnico
1915 Administrativo e um ano, como é nas nossas Congregações. A proposta da
1916 CLR é de um ano, permitidas as reconduções.” **M. Reitor:** “Professor Serrão,
1917 queria reforçar que não é 4 e sim que ‘o número de servidores lotados no
1918 Departamento seja maior que 4’, ou seja, tem que ser 5. Vou fazer uma
1919 elucidação que ontem o Prof. Ignacio fez e deixou bem claro: o Departamento
1920 que tem 5 servidores, mas tem 70/80 docentes, não atinge os 10%. O
1921 Departamento que tem 5 servidores, mas tem 20 docentes, tem 25%; portanto
1922 terá representação. A segunda trava é o número de servidores técnicos e
1923 administrativos em relação ao número de docentes do Departamento. Isso tem
1924 que ficar bem claro. Os Departamentos das nossas Unidades que têm
1925 laboratórios, todos eles atendem. A USP é muito heterogênea. Então, temos
1926 Unidade, como a Faculdade de Direito, que tem Departamentos com um único
1927 servidor, porque as coisas são centralizadas; e têm algumas Unidades com
1928 mais servidores técnicos e administrativos do que docentes no próprio
1929 Departamento. As duas travas que foram colocadas têm o objetivo de evitar
1930 distorções que a nossa Universidade, por ser heterogênea, normalmente tem.”
1931 **Cons.^a Maria Dolores Motoya Diaz:** “Quero iniciar dizendo que é uma honra
1932 participar dessa milésima reunião do Co, ainda mais com todas as colocações
1933 que foram feitas por todos os Colegas homenageados. Gostaria de acrescentar
1934 um ponto que conecta diretamente com a proposta que está sendo colocada.
1935 Reconheço a força do Co, mas me parece que dentro da Universidade ela
1936 emana, também dos demais Colegiados, das Congregações e dos
1937 Departamentos e é nessa medida que eu, como representante da
1938 Congregação da FEA, gostaria de pedir que, de certo modo, colocar como um

1939 trâmite geral. Eu me senti um pouco desconfortável ao ler a proposta de vir
1940 aqui colocar em votação uma opinião que, na verdade, era minha exclusiva,
1941 porque tendo em vista o momento, não tive oportunidade de conversar com os
1942 meus colegas de Congregação. E, em especial, o ponto aqui tratar-se de uma
1943 mudança no Estatuto e no Regimento. Eu reconheço a diversidade da
1944 Universidade desde sempre, mas foi somente agora que me dei conta que
1945 existem Departamentos da USP que têm cerca de 70% de membros que são
1946 servidores não docentes. A minha realidade, enfim, a que eu também verifiquei
1947 na Faculdade de Direito, e devem ser de outras, nós não temos deliberações
1948 relacionadas a servidores não docentes, e nem sei se atende ao critério
1949 mínimo que está sendo posto, mas de qualquer modo, e me parece que tem
1950 um ponto que é muito favorável à proposta, que será por deliberação das
1951 Congregações que, em seus regimentos, deverão decidir pela presença dos
1952 servidores não docentes nos Conselhos. Sentir-me-ia bem mais confortável se
1953 a matéria fosse retirada de pauta e encaminhada às Congregações das
1954 Unidades para discussão preliminar e, posteriormente, a matéria fosse
1955 reincluída na pauta do Co, para que eu votasse de acordo com a decisão dos
1956 meus pares da Congregação. Encerrando, quero sugerir que mudanças no
1957 Regimento da USP que envolvam diversas Unidades sejam previamente
1958 enviadas, para que suas Congregações realizem discussões preliminares. Em
1959 termos gerais, eram essas minhas colocações.” **M. Reitor:** “A Professora Maria
1960 Dolores está pedindo para retirar de pauta.” **Cons.^a Marly Augusto Cardoso:**
1961 “Também é uma honra estar aqui na milésima reunião do Conselho
1962 Universitário. Queria aproveitar a questão em pauta e parabenizar a iniciativa
1963 de incorporarmos a representação dos funcionários nos Conselhos. A minha
1964 experiência, na nossa Unidade, os funcionários são sempre convidados a
1965 participar e participam, são nossos parceiros, nossos colaboradores e colegas.
1966 Então, gostaria que votássemos hoje.” **Cons.^a Neli Mara Paschoarelli Wada:**
1967 Pela primeira vez, nesse Conselho, vou dar parabéns a quem fez essa
1968 proposta, porque sei que algumas Unidades, em Departamentos, tem
1969 representação de funcionários, mas são poucas. Isso será para toda a
1970 Universidade. Gostaria de dizer que nós, funcionários, não queremos só
1971 discutir as nossas questões corporativas, também temos interesse em discutir
1972 ensino, pesquisa, extensão e a Universidade como um todo. Parabéns. Espero

1973 que tenhamos mais representação na COP e no Conselho Universitário.
1974 Palmas.” **M. Reitor**: “Estou preocupado com o *quorum*. Há uma proposta de
1975 retirada de pauta e outra, obviamente, de manutenção. Não sei quantos
1976 Conselheiros estão aqui presentes. Vamos fazer o seguinte, votar quantos
1977 Conselheiros são a favor da retirada de pauta, votando sim. Como é mudança
1978 de Estatuto precisamos ter 82 votos ‘sim’ no final da apuração. Então, quem
1979 quiser retirar de pauta a proposta, conforme propôs a Professora Maria
1980 Dolores, vota ‘sim’. Quem votar ‘não’ quer manter a proposta na pauta.” O M.
1981 Reitor coloca em votação a retirada de pauta da matéria. **Votação**. Pelo painel
1982 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: 91 (noventa e um) não. A seguir, o
1983 **M. Reitor** coloca em votação o parecer da CLR, favorável à alteração do artigo
1984 54 do Estatuto da USP. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte
1985 resultado: Sim = 85 (oitenta e cinco) votos; Não = 7 (sete) voto; Abstenção = 1
1986 (um) voto; Total de votantes = 93 (noventa e três). Palmas. É aprovado o
1987 parecer da CLR, favorável à proposta de alteração do artigo 54 do Estatuto da
1988 USP, obedecido ao quórum estatutário, objetivando a participação de
1989 servidores técnicos e administrativos nos Conselhos dos Departamentos das
1990 Unidades. Ato sucessivo, o **M. Reitor** passa à discussão, do **Item 3 -**
1991 **ALTERAÇÃO DO REGIMENTO GERAL DA USP (*quorum* de maioria**
1992 **absoluta=62 - decisão da CLR de 03.06.1997). 3.1 - PROCESSO**
1993 **2018.1.1483.17.9 - FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO**
1994 **(acompanha PROT. 2018.5.34.9.2 - FACULDADE DE CIÊNCIAS**
1995 **FARMACÊUTICAS) -** Proposta apresentada pela representação dos servidores
1996 técnicos e administrativos da Congregação da Faculdade de Medicina de
1997 Ribeirão Preto, de alteração do artigo 54 e seu parágrafo 6º do Estatuto da
1998 Universidade, referente à composição dos Conselhos de Departamento da
1999 Unidade. Proposta encaminhada pelo Grupo de Trabalho da Faculdade de
2000 Ciências Farmacêuticas constituído para revisar e adequar o Regimento da
2001 Unidade, de avaliação da possibilidade dos Conselhos de Departamentos
2002 terem, em sua composição, servidores técnicos e administrativos com direito a
2003 voz e voto. **Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, que manifestou-se
2004 pela possibilidade de inclusão da representação dos servidores técnicos e
2005 administrativos nos Conselhos dos Departamentos, com a sugestão de
2006 redação ao artigo 54 do Estatuto da USP, bem como ao *caput* e ao § 2º do

2007 artigo 234 do Regimento Geral da USP. A Comissão sugere que o mandato da
2008 representação dos servidores técnicos e administrativos nos Conselhos dos
2009 Departamentos seja de um ano, permitidas reconduções (27.11.19). **Texto**
2010 **proposto:** Artigo 234 - Nas Unidades, para a representação junto à
2011 Congregação, ao CTA e aos Conselhos de Departamento poderão votar e ser
2012 votados, pelo voto direto e secreto, todos os servidores técnicos e
2013 administrativos da Unidade. (...) § 2º - Cada eleitor poderá votar, no máximo,
2014 em tantos candidatos quantos forem os lugares a serem preenchidos pela
2015 representação dos servidores técnicos e administrativos no respectivo órgão.
2016 Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **M. Reitor:** “Como nós
2017 aprovamos a mudança do Estatuto, deveremos corrigir o Regimento Geral.” Em
2018 seguida, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da CLR, favorável à
2019 alteração do artigo 234 do Regimento Geral da USP. **Votação.** Pelo painel
2020 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não = 1
2021 (um) voto; Abstenção = 1 (um) voto; Total de votantes = 92 (noventa e dois). É
2022 aprovado o parecer da CLR, favorável à proposta de alteração do artigo 234 do
2023 Regimento Geral da USP, objetivando a participação de servidores técnicos e
2024 administrativos nos Conselhos dos Departamentos das Unidades. Ato
2025 sucessivo, o **M. Reitor** passa à discussão, do **Item 4 - ALTERAÇÃO DE**
2026 **REGIMENTO DE MUSEU.** **M. Reitor:** “Neste item há dois processos de
2027 alteração de Regimento dos Museus. A alteração do Museu Paulista é muito
2028 grande, porque muda o sistema de eleição, são mudanças substanciais. Eles
2029 terão eleição para Diretor no final do primeiro semestre. A proposta do MAE é
2030 muito mais simples e pontual. Ele quer fazer o concurso de ingresso em duas
2031 fases.” **4.1 - PROCESSO 2011.1.376.33.0 - MUSEU PAULISTA** - Proposta de
2032 alteração do Regimento do Museu Paulista. Ofício da Diretora do Museu
2033 Paulista, Prof.^a Dr.^a Solange Ferraz de Lima, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr.
2034 Marco Antonio Zago, encaminhando a proposta de alteração do Regimento do
2035 Museu Paulista, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 07.06.2016, em
2036 atendimento às Resoluções que alteraram o Regimento Geral da USP (Res.
2037 7141/2015, 7142/2015, 7154/2015 e 7155/2015) (29.06.16). - Ofício da Diretora
2038 do Museu Paulista à Procuradoria Geral, esclarecendo que tendo em vista a
2039 aproximação do processo eleitoral para eleição de Diretor e Vice-Diretor e a
2040 necessidade de atualização de seu Regimento em decorrência das mudanças

2041 ocorridas no Regimento Geral da Universidade de São Paulo,
2042 consubstanciadas nas Resoluções 7566/2018 (sobre concurso de Livre-
2043 Docência) e 7758/2019 (sobre concurso de Professor Doutor), o Museu
2044 Paulista não tem interesse na aplicação de língua estrangeira para os
2045 respectivos concursos e o memorial deve ser apresentado em língua
2046 portuguesa (25.10.19). **Parecer PG nº 06197/2019**: observa que a minuta não
2047 encontra grandes óbices jurídicos, merecendo apenas algumas correções de
2048 ordem jurídico-formal, apontadas diretamente nas folhas da proposta
2049 encaminhada nos autos e também nos artigos: 7º, 8º, 12, 14, 15, 23, 26 e
2050 artigos 1º e 4º das Disposições Transitórias, não adentrando no mérito da
2051 proposta, entende que a minuta está em condições de ser analisada pela CLR.
2052 Esclarece que, no presente caso, não se faz necessária a análise da CAA, uma
2053 vez que não há mudança para os concursos docentes do Museu, tendo a
2054 minuta copiado exatamente os termos ora vigentes no Regimento aprovado
2055 pela Resolução nº 6088/2012 (05.11.19). **Parecer da CLR**: aprova o parecer
2056 da relatora, Prof.^a Dr.^a Monica Sanches Yassuda, favorável à alteração do
2057 Regimento do Museu Paulista, com as propostas de alterações encaminhadas
2058 pela d. Procuradoria Geral (27.11.19). Minuta de Resolução preparada pela
2059 Secretaria Geral. Em seguida, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da
2060 CLR. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 86
2061 (oitenta e seis) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenção = 7 (sete) votos; Total de
2062 votantes = 93 (noventa e três). É aprovado o parecer da CLR, favorável à
2063 alteração do Regimento do Museu Paulista. **4.2 – PROCESSO 2006.1.428.71.7**
2064 **- MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA** - Proposta de alteração do
2065 artigo 39 e 40 do Regimento do Museu de Arqueologia e Etnologia. Ofício do
2066 Diretor do MAE, Prof. Dr. Paulo DeBlasis, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vahan
2067 Agopyan, encaminhando a proposta de alteração do Regimento do Museu de
2068 Arqueologia e Etnologia, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 26.09.2019.
2069 Esclarece que a proposta alteração se refere à realização dos concursos para
2070 ingresso na carreira docente de Professor Doutor em duas fases, tendo uma
2071 delas (a prova escrita) como eliminatória (26.09.19). **Parecer PG. P. nº**
2072 **06195/2019**: esclarece que a proposta encaminhada encontra respaldo nos
2073 artigos 135 e 132 do Regimento Geral, inexistindo óbice jurídico à sua adoção.
2074 Manifesta que o artigo numerado como 'XXX' deverá ser mantido com a

2075 numeração "39". Já o dispositivo seguinte – totalmente novo – deverá receber a
2076 numeração "39-A". Por fim, deve ser mantido o número "40" para o artigo que
2077 trata do prazo de abertura de inscrições e, ao final de todos esses dispositivos,
2078 deve ser incluída a informação "(NR)". Sugere nova redação ao *caput* e ao § 2º
2079 do artigo 39-A (05.11.19). - **Parecer da CAA:** aprova as alterações no
2080 Regimento do Museu, conforme proposta apresentada e em consonância com
2081 o parecer exarado pela Procuradoria Geral (18.11.19). **Parecer da CLR:** o
2082 Senhor Presidente aprova, "ad referendum" da Comissão, a proposta de
2083 alteração dos artigos 39 e 40 e inclusão do artigo 39-A no Regimento do Museu
2084 de Arqueologia e Etnologia, com as alterações propostas pela d. Procuradoria
2085 Geral (10.12.19). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. A
2086 seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da CLR. **Votação.** Pelo painel
2087 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 85 (oitenta e cinco) votos; Não
2088 = 0 (zero) voto; Abstenção = 4 (quatro) votos; Total de votantes = 89 (oitenta e
2089 nove). É aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração do Regimento do
2090 Museu de Arqueologia e Etnologia. Em seguida, o **M. Reitor** passa à
2091 discussão, do **Item 5 - MINUTA DE RESOLUÇÃO. 5.1 - PROCESSO**
2092 **2015.1.3928.1.9 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** - Proposta de alteração
2093 da Resolução nº 7290/2016 que dispõe sobre taxa de promoção da pesquisa,
2094 ensino, cultura e extensão na Universidade e critérios de isenção. **Decisão da**
2095 **COP:** decide encaminhar proposta de alteração da Resolução nº 7290/2016
2096 para análise preliminar da PG (20.08.19). **Parecer PG. P. nº 6163/2019:** tece
2097 os seguintes comentários: 1) não está destacada a exclusão do inciso III do §
2098 1º, do artigo 2º. Caso se pretenda esta alteração, sugere que se deixe
2099 expressa; 2) observa que se determinou como 10% o valor mínimo de taxa
2100 USP, todavia esta mudança precisa também estar expressa no artigo 2º para
2101 que não se interprete tratar-se de uma deliberação expressa no sentido de uma
2102 escolha por um valor máximo; 3) sugere que se determine um procedimento
2103 ou, ao menos, um órgão competente dentro da USP para deliberar sobre a taxa
2104 ou condições contratuais dos serviços de assessoria dos docentes; e 4) no
2105 parágrafo único do artigo 5º não está claro o que se entende e pretende pela
2106 utilização do termo "na fonte", sugere alteração para "diretamente ao Fundo
2107 ...", caso se entenda que o termo "na fonte" tem um conteúdo próprio, não há
2108 razão para alterar. Todavia, recomenda fortemente, neste caso, que a

2109 administração explicita esta interpretação, para tornar claro este sentido.
2110 Encaminha os autos ao DF, para ciência e manifestação técnica que julgar
2111 recomendável (20.09.19). **Manifestação do DF:** encaminha nova versão da
2112 proposta de alteração da Resolução 7290/2016. **Parecer da COP:** aprova as
2113 alterações na Resolução nº 7290/2016, que dispõe sobre taxa de promoção da
2114 pesquisa, ensino, cultura e extensão na Universidade e critérios de isenção,
2115 apresentadas pelo Departamento de Finanças. Com relação ao inciso II do § 4º
2116 do artigo 2º, aprova a seguinte redação: "II – a isenção da parcela referente à
2117 Reitoria será concedida por deliberação do Reitor, ouvida a Comissão de
2118 Orçamento e Patrimônio." (12.11.19). - O relator da CLR, Prof. Dr. Tarcísio Eloy
2119 Pessoa de Barros Filho, recomenda que os autos sejam encaminhados à
2120 Procuradoria Geral, tendo em vista o conteúdo da alteração da Resolução
2121 apresentada pelo Departamento de Finanças (DF), antes da análise final da
2122 CLR. **Parecer PG. P. nº 6204/2019:** manifesta que, de forma geral, as
2123 alterações sugeridas pelo Departamento de Finanças não apresenta óbices
2124 jurídicos, sendo todas questões exclusivas de mérito administrativo. Com
2125 relação aos ajustes sugeridos no § 4º do artigo 2º, entende ser prudente a
2126 manutenção da previsão da necessidade de ser ouvida a COP antes da decisão
2127 do Reitor no caso de pedidos de isenção (inciso II), afastando-se, desta forma,
2128 eventuais dúvidas ou questionamentos acerca do procedimento a ser
2129 observado. A Procuradora Geral Adjunta reforça tal recomendação (25.11.19).
2130 **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Tarcísio Eloy Pessoa de
2131 Barros Filho, favorável à alteração da Resolução nº 7290/2016, que dispõe
2132 sobre taxa de promoção da pesquisa, ensino, cultura e extensão na
2133 Universidade e critérios de isenção, com a proposta de manutenção do texto do
2134 inciso II do § 4º do artigo 2º, sugerida pela COP e Procuradoria Geral
2135 (27.11.19). **Texto atual. Artigo 1º** - Os valores pagos por fontes externas à
2136 Universidade ou a seus docentes, a título de convênios ou contratos em que a
2137 USP figura como contratada, cursos de extensão ou assessoria, sofrerão
2138 incidência da taxa de promoção da pesquisa, ensino, cultura e extensão. **Texto**
2139 **proposto. Artigo 1º** - Os valores pagos por fontes externas à Universidade ou
2140 a seus docentes, a título de convênios ou contratos em que a USP figure como
2141 contratada, cursos de extensão ou assessoria, sofrerão incidência da taxa de
2142 promoção da pesquisa, inovação, ensino, cultura e extensão. **Texto atual.**

2143 **Artigo 2º** - Sobre os convênios ou contratos em que a USP figure como
2144 contratada, regularmente firmados, nos termos da regulamentação própria da
2145 Universidade, a taxa será calculada à razão de 10% (dez por cento) sobre o
2146 valor do projeto, excluindo-se da base de cálculo os valores das bolsas pagas a
2147 estudantes e dos bens e equipamentos que venham a ser incorporados ao
2148 patrimônio da Universidade. § 1º- Serão isentos de taxa os convênios ou
2149 contratos que tiverem por objeto exclusivo: I- a outorga de bolsas a estudantes;
2150 II- doações sem encargos para a Universidade; III- atividades e programas
2151 assistenciais. § 2º- Também serão isentos de taxa os convênios ou contratos
2152 firmados sob legislação que vede a respectiva cobrança. § 3º- Em caráter
2153 excepcional, poderão ser isentos de taxa, por deliberação do Reitor, ouvida a
2154 Comissão de Orçamento e Patrimônio, os convênios ou contratos: I- firmados
2155 com qualquer outro órgão, de natureza pública ou privada, que tenha entre os
2156 seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o
2157 desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação; II- que tenham por
2158 objeto meros repasses de recursos para fins exclusivos da própria
2159 Universidade; § 4º- Na hipótese do § 3º, o pedido de isenção deve ser
2160 formulado pelo Diretor da Unidade ao Reitor da USP, acompanhado de
2161 justificativa circunstanciada que ateste a excepcionalidade do pleito, bem como
2162 a isenção concedida pela Unidade das taxas que lhes cabe receber. § 5º- A
2163 decisão de isenção deverá ser motivada, no caso concreto, considerando os
2164 interesses da Universidade e a proporcionalidade dos benefícios recíprocos.

2165 **Texto proposto. Artigo 2º** - Sobre os convênios ou contratos em que a USP
2166 figure como contratada, regularmente firmados, nos termos de normativa
2167 própria da Universidade, a taxa será calculada à razão mínima de 10% (dez por
2168 cento) sobre o valor do projeto, excluindo-se da base de cálculo os valores: I -
2169 das bolsas pagas a estudantes da USP (graduação e pós-graduação), pós-
2170 doutorandos e pesquisadores que não tenham vínculo empregatício com a
2171 USP, mas que tenham vínculo com outra Instituição de Ensino, Ciência e
2172 Tecnologia; II - dos bens e equipamentos que venham a ser incorporados ao
2173 patrimônio da Universidade. § 1º- Serão isentos de taxa os convênios ou
2174 contratos que tiverem por objeto exclusivo doações sem encargos para a
2175 Universidade. § 2º - Também serão isentos de taxa os convênios ou contratos
2176 firmados sob legislação que vede a respectiva cobrança. § 3º - Em caráter

2177 excepcional, poderão ser isentos de taxa os convênios ou contratos: I -
2178 firmados com qualquer outro órgão, de natureza pública ou privada, que tenha
2179 entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e
2180 promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação; II - que
2181 tenham por objeto repasses de recursos para fins exclusivos da própria
2182 Universidade. § 4º - Na hipótese do § 3º quando for solicitada a isenção da
2183 parte que cabe à Reitoria, o pedido de isenção deve ser formulado pelo Diretor
2184 da Unidade ao Reitor da USP, acompanhado de justificativa circunstanciada
2185 que ateste a excepcionalidade do pleito, bem como a isenção concedida pela
2186 Unidade das taxas que lhe cabe receber. I - a isenção concedida pela Unidade
2187 não poderá ser inferior ao valor solicitado de isenção à Reitoria; II - a isenção
2188 da parcela referente à Reitoria será concedida por deliberação do Reitor,
2189 ouvida a Comissão de Orçamento e Patrimônio. **Texto atual. Artigo 3º** - Sobre
2190 os cursos de extensão, regularmente oferecidos, nos termos da
2191 regulamentação própria, a taxa será calculada à razão de 10% (dez por cento)
2192 sobre a receita bruta arrecadada no curso. Parágrafo único – No caso de
2193 cursos em que a cobrança se limite ao custeio de despesas módicas com o
2194 processo de seleção, mantido o caráter gratuito, não incidirá a taxa prevista
2195 no *caput*. **Texto proposto. Artigo 3º** - Sobre os cursos de extensão,
2196 regularmente oferecidos, nos termos de normativa própria, a taxa será
2197 calculada à razão mínima de 10% (dez por cento) sobre a receita bruta
2198 arrecadada no curso. § 1º - No caso de cursos em que a cobrança se limite ao
2199 custeio de despesas com o processo de seleção, mantido o caráter gratuito,
2200 não incidirá a taxa prevista no *caput*, desde que os recursos previstos não
2201 ultrapassem a 500 UFESP's ou outro indicador que vier a substituí-la. § 2º -
2202 Havendo saldo positivo ao término do curso, este será destinado à unidade.
2203 **Texto atual. Artigo 4º** - Sobre as atividades de assessoria realizadas por
2204 docentes em RDIDP credenciados, a taxa será calculada à razão de 10% (dez
2205 por cento) sobre o valor do serviço declarado pelo docente. **Texto proposto.**
2206 **Artigo 4º** - Sobre as atividades de assessoria realizadas por docentes em
2207 RDIDP credenciados, a taxa será calculada à razão de 10% (dez por cento)
2208 sobre o valor bruto do serviço prestado pelo docente. Parágrafo único - Bolsas
2209 recebidas de programas oficiais da USP ou de agências oficiais de fomento
2210 não se enquadram para fins de cálculo da taxa prevista no *caput*. **Texto atual.**

2211 **Artigo 5º** - Os valores arrecadados na forma dos artigos 2º a 4º deverão ser
2212 repartidos entre a Reitoria e a Unidade, em partes iguais. Parágrafo único – A
2213 parcela dos valores que couber à Reitoria deverá ser recolhida ao Fundo Único
2214 de Promoção à Pesquisa, à Educação, à Cultura e à Extensão Universitária da
2215 Universidade de São Paulo (FUPPECEU-USP). **Texto proposto. Artigo 5º** -
2216 Sobre o total do valor arrecadado, conforme previsto nos *caputs* dos artigos 2º,
2217 3º e 4º, 50% (cinquenta por cento) será destinado às unidades e 50%
2218 (cinquenta por cento) será destinado à Reitoria. A Unidade decidirá sobre a
2219 distribuição do valor que a ela for destinado. § 1º - No caso de haver mais de
2220 uma unidade envolvida no convênio cada uma delas receberá valores iguais,
2221 como regra. As unidades poderão, contudo, estabelecer outra distribuição de
2222 valores. § 2º - A parcela dos valores que couber à Reitoria deverá ser recolhida
2223 na subfonte - Fundo Único de Promoção à Pesquisa, à Educação, à Cultura e à
2224 Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (FUPPECEU-USP).
2225 Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **M. Reitor:** “O item 5 é
2226 uma revisão da nossa Resolução 7290, sobre a taxa de promoção da pesquisa,
2227 ensino, cultura e extensão. Uma revisão que pretende deixar claro as dúvidas
2228 que as Unidades tinham. Não muda o cerne da Resolução, mas dá mais
2229 esclarecimentos, deixando bem claro o que são bolsas, esclarecendo como é
2230 feita isenção e, assim por diante.” **Cons. Fábio Frezatti:** “No item 5, como o
2231 Prof. Vahan mencionou, isso é, na verdade, uma maneira de deixarmos mais
2232 claro, quero dizer, não tem uma mudança em relação à essência dessa
2233 Resolução, que é importante do ponto de vista de projetos. Então, se pegarmos
2234 na página 6, onde começa a descrição, na verdade, indo para página 7, nós
2235 temos o artigo 1º, entre o texto atual e o texto proposto, a diferença é a palavra
2236 “inovação”. É só isso. Ela proporciona, digamos, uma clareza para um tipo de
2237 projeto em que nós poderíamos direcionar de uma forma mais adequada. No
2238 artigo 2º, tem o texto atual e o texto proposto, ainda na página 7, a mudança
2239 principal é o seguinte: quando se fala sobre a taxa em si, de 10%, que é o que
2240 temos no momento, é colocado como ‘taxa mínima de 10%’, essa é a
2241 diferença. Com relação a esclarecimento do ‘tipo de bolsa’, isso já está na
2242 parte de cima da página 8, em que a discussão do que que era o tipo de bolsa
2243 estaria relacionada, então aqui está mais especificado: bolsas pagas a
2244 estudantes de graduação, pós-graduação, pós-doutorados. Na COP isso gerou

2245 muita discussão, porque eram entendimentos diferentes e ao esclarecer dessa
2246 forma, fica mais fácil, mais rápido, ajuda todo mundo em relação ao
2247 andamento. Eu diria que esse são os itens mais importantes no artigo 2º. No
2248 artigo 3º, também tem a questão da taxa mínima. No texto atual tem 'a taxa
2249 será calculada a razão de 10%', e no texto proposto, que será votado agora,
2250 está escrito a palavra 'taxa mínima' e estabelece um valor mínimo para casos
2251 de cursos de extensão, quando ele tiver só custeio. O artigo 4º diz respeito à
2252 atividades de assessoria - e aí é uma questão que tivemos certa dificuldade ao
2253 longo do tempo. Preciso mencionar que o Prof. Renato Jardim e o Prof. Marcos
2254 Martins trabalharam muito nessa discussão de taxa por dentro, taxa por fora,
2255 embora toda a COP, a CODAGE, a Diretoria Financeira tenham se envolvido, a
2256 preocupação era deixar claro qual é a base de cálculo. Então, temos a base de
2257 cálculo e deduzimos alguns valores, por exemplo, bolsa e/ou investimento.
2258 Então, aqui está deixando mais clara essa questão. O artigo 5º diz respeito a
2259 quando temos esses 10%, como ele é dividido entre a Unidade e a Reitoria -
2260 metade da Unidade - 5% e metade para Reitoria, os outros 5%; essencialmente
2261 é isso que está por trás das mudanças. Uma preocupação de esclarecimento
2262 que com certeza vai transformar os processos em algo mais ágil e mais rápido,
2263 inclusive para o andamento. Era o que eu tinha a comentar." **M. Reitor:** "E
2264 também dá à Unidade a decisão de como fazer a distribuição interna." **Cons.**
2265 **Fábio Frezatti:** "Parece trivial, mas o que é valor total, o que é valor base, esse
2266 esclarecimento está por trás desse documento para evitar demoras que não
2267 são necessárias." **M. Reitor:** "Alguma dúvida?" **Cons. Marcílio Alves:** "Eu
2268 tenho uma dúvida sobre os equipamentos, porque muitas vezes, num projeto,
2269 eles são comprados por necessidade, durante o andamento do mesmo. Então,
2270 eu me pergunto se não poderia haver um item descrevendo que esse cálculo
2271 final só seria feito, realmente, ao final do projeto, porque existem equipamentos
2272 que são comprados durante o projeto e não estavam planejados, mas aí eu já
2273 tenho que saber, de antemão, quais equipamentos eu irei comprar para poder
2274 fazer a dedução da taxa. Então, acho que precisa de um artigo ou um item que
2275 contemple isso." **Cons. Fábio Frezatti:** "Nós não pensamos nesse tipo de
2276 situação, mas acho que em tendo um caso real, prático, a COP pode estudar,
2277 mas na aplicação de contas vai ter que fechar esse modelo." **M. Reitor:**
2278 "Marcílio, obviamente você pode reajustar. Inclusive, o recurso que estamos

2279 prevendo às vezes não vem. Os projetos, principalmente, acima de dois, três
2280 anos, ou os projetos com algumas agências de fomento sabemos muito bem
2281 que o início, o meio, e o fim são bem variáveis. Isso faz parte da correção
2282 durante o andamento. Mais alguma dúvida?” Não havendo manifestação, o **M.**
2283 **Reitor** coloca em votação o parecer da CLR. **Votação**. Pelo painel eletrônico
2284 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 85 (oitenta e cinco) votos; Não = 0 (zero)
2285 voto; Abstenção = 6 (seis) votos; Total de votantes = 91 (noventa e um). É
2286 aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração da Resolução nº 7290/2016,
2287 que dispõe sobre taxa de promoção da pesquisa, ensino, cultura e extensão na
2288 Universidade e critérios de isenção. Ato sucessivo, o **M. Reitor** passa à
2289 discussão, do Item **6 - MEDALHA “ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA”**. **6.1 -**
2290 **PROCESSO 2019.1.2448.86.6 - ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E**
2291 **HUMANIDADES** - Proposta de Concessão da Medalha “Armando de Salles
2292 Oliveira” ao Sr. Danilo Santos de Miranda pela Escola de Artes, Ciências e
2293 Humanidades – EACH. Ofício da Diretora EACH, Prof.^a Dr.^a Monica Sanches
2294 Yassuda, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Pedro Vitoriano Oliveira, encaminhando
2295 a proposta de concessão da Medalha “Armando de Salles Oliveira” ao
2296 Professor Danilo Santos de Miranda. A proposta foi aprovada pela
2297 Congregação da Unidade em 09.10.2019 (10.10.19). Parecer “ad hoc” do Prof.
2298 Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, Diretor da Biblioteca Brasileira
2299 Guita e José Mindlin: manifesta-se favoravelmente à atribuição da Medalha
2300 “Armando de Salles Oliveira” ao Sr. Danilo Santos de Miranda. **Parecer da**
2301 **Comissão Especial “Armando de Salles Oliveira”**: aprova, por unanimidade,
2302 a indicação do Sr. Danilo Santos de Miranda para receber como láurea a
2303 Medalha “Armando de Salles Oliveira”. **Cons. Ricardo Ricci Uvinha**: “Falo na
2304 qualidade de Diretor em exercício da EACH, na ausência da Prof.^a Mônica. Vou
2305 tentar sintetizar e todos os documentos estão à disposição no Nereu. Nós
2306 oferecemos essa proposição, na Congregação da EACH, que seria a oferta da
2307 Medalha “Armando de Salles Oliveira” ao Professor Danilo Santos de Miranda.
2308 Essa proposição foi acolhida de forma unânime na Congregação da Escola de
2309 Artes, Ciências e Humanidades, e a nossa proposição se baseia no fato do
2310 Professor Danilo Miranda ser o Diretor regional do SESC São Paulo, desde
2311 1984. Formado em Filosofia e Ciências Sociais, especialista em Ação Cultural,
2312 com forte liderança na Coordenação de diversos projetos e ações

2313 socioculturais, voltados à educação não formal. Há uma longa lista de
2314 contribuições do Professor Danilo, vocês podem acompanhar no Nereu, no
2315 currículo que encaminhamos conjuntamente. Entendemos que ao conferir essa
2316 medalha ao Professor, de certa maneira, conferimos ao papel do SESC São
2317 Paulo e à parceria que o Estado de São Paulo tem oferecido à Universidade de
2318 São Paulo. São 600 mil pessoas, por semana, atendidas em 42 Unidades do
2319 SESC, no Estado de São Paulo, e a parceria da Escola de Artes, Ciências e
2320 Humanidades com o SESC, vem desde seu princípio. Nós completamos 15
2321 anos no ano que vem e desde o início das atividades da EACH essa parceria
2322 tem sido muito forte em exposições, apresentações culturais e eventos
2323 diversos acadêmicos, apoio em aulas de campo, até mesmo edição de livros
2324 pela Edições SESC. Essa parceria não é só com a EACH, a gente vai
2325 observando com várias Unidades da USP, Institutos Especializados. Por
2326 exemplo, a parceria do SESC Ipiranga com o Museu Paulista e os esforços
2327 para reabertura em 2022. Temos também a participação do Professor Danilo
2328 no Conselho Deliberativo da Biblioteca Brasileira. Então, ofereço aqui essa
2329 proposição que foi acolhida pela nossa Congregação, foi também acolhida com
2330 o parecer do Professor Carlos Alberto Zeron, que é Diretor da BBM; foi
2331 apreciada e acolhida, por unanimidade, pela Comissão Especial de Concessão
2332 da Medalha 'Armando de Salles Oliveira' e, com isso, peço apoio dos Senhores
2333 e Senhoras Conselheiros, entendendo que conferindo essa medalha ao
2334 Professor Danilo, de certa maneira, a conferimos também ao SESC São Paulo
2335 e essa parceria inequívoca com Universidade de São Paulo." **Cons.ª Maria**
2336 **Aparecida de Andrade Moreira Machado:** "Complementando a fala do
2337 Professor Ricardo Uvinha, em consonância com ao artigo 3º da Resolução nº
2338 5477, de 2 de outubro de 2008, que indica que uma Comissão Especial
2339 composta pelo Presidente das Comissões Permanentes do Co, um
2340 representante discente do Conselho Universitário, os Pró-Reitores da USP
2341 mais o Vice-Reitor, Presidida pelo Reitor, deveria dar o seu parecer sobre essa
2342 indicação. Então, isso aconteceu no dia 2 de dezembro; a Comissão se reuniu
2343 e estiveram presentes lá, além do Magnífico Reitor e o Sr. Vice-Reitor, eu, o
2344 Professor Baracat e os Professores Carlotti Junior, Sylvio Canuto e a
2345 representante discente Ana Luisa Tibério e todos, por unanimidade, entenderam
2346 que há uma láurea pelo Professor Danilo, que tem contribuído, sobretudo, para

2347 as Unidades que têm uma característica de cultura, de esportes, e os SESCs
2348 todos abertos para várias atividades com interveniência e apoio direto do
2349 Professor Danilo. Então, acho que ele merece a láurea, uma vez que é um
2350 grande parceiro, não só de atividades junto com os nossos docentes, mas
2351 também junto aos estudantes de graduação, pós-graduação e até servidores
2352 técnicos e administrativos.” A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer
2353 da Comissão Especial da Medalha “Armando de Salles Oliveira”. **Votação.**
2354 Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 84 (oitenta e
2355 quatro) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenção = 5 (cinco) votos; Total de
2356 votantes = 89 (oitenta e nove). É aprovado o parecer da Comissão Especial da
2357 Medalha “Armando de Salles Oliveira”, favorável à concessão da Medalha
2358 “Armando de Salles Oliveira” ao Sr. Danilo Santos de Miranda. **M. Reitor:**
2359 “Meus amigos, a USP está sendo muito econômica em premiações. Talvez
2360 esse seja o momento de começarmos a ter algumas premiações. Hoje já temos
2361 algumas: a do Professor Emérito para os nossos colegas que já se
2362 aposentaram; Doutor “Honoris Causa”, para autoridades - o último foi para
2363 Mandela, há 10 anos; e esse prêmio, “Armando de Salles Oliveira” que, nos
2364 últimos anos, foi atribuído ao Dr. Celso Lafer. Nós estamos sendo muito
2365 econômicos, talvez devamos ser um pouco mais generosos com os nossos
2366 colaboradores.” A seguir, o **M. Reitor** passa ao **Item 7 – RECURSOS – 7.1 -**
2367 **PROTOCOLADO 2019.5.110.25.3 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE**
2368 **BAURU** - Recurso interposto pelo candidato Luis Henrique Rapucci Moraes,
2369 contra a decisão da Congregação da Faculdade de Odontologia de Bauru, que
2370 indeferiu seu pedido de inscrição no concurso público de títulos e provas para
2371 provimento de um cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de
2372 Odontopediatria, Ortodontia e Saúde Coletiva. Edital nº 030/2019 de abertura
2373 de inscrição ao concurso público de títulos e provas visando ao provimento de
2374 um cargo de Professor Doutor, na área de conhecimento Anatomia
2375 Macroscópica e Microscópica, junto ao Departamento de Odontopediatria,
2376 Ortodontia e Saúde Coletiva da Faculdade de Odontologia de Bauru, publicado
2377 no D.O de 13 de junho de 2019. Edital nº 038/2019 da aprovação de inscrição,
2378 Comissão Julgadora e convocação para as provas do referido concurso,
2379 aprovado pela Congregação da FOB em sessão de 14.08.2019 e publicado no
2380 D.O de 16.08.2019, onde consta que o interessado está inapto a participar do

2381 concurso e relaciona os motivos (16.08.19). Recurso interposto pelo candidato
2382 Luis Henrique Rapucci Moraes, contra a decisão da Congregação da
2383 Faculdade de Odontologia de Bauru, que indeferiu seu pedido de inscrição no
2384 concurso público de provas e títulos para provimento de um cargo de Professor
2385 Doutor junto ao Departamento de Odontopediatria, Ortodontia e Saúde
2386 Coletiva, alegando que, por engano, os documentos foram anexados ao Edital
2387 028/2019 e não ao Edital nº 030/2019 (19.08.19). Ofício do Diretor FOB, Prof.
2388 Dr. Carlos Ferreira dos Santos, ao Sr. Secretário Geral, Prof. Dr. Pedro
2389 Vitoriano Oliveira, encaminhando o recurso interposto pelo candidato Luis
2390 Henrique Rapucci Moraes, que foi indeferido pela Congregação da Unidade em
2391 29.08.2019. Informa, ainda, que naquela oportunidade, a Congregação decidiu,
2392 também, pelo efeito não suspensivo do recurso (30.08.19). **Parecer PG. P.**
2393 **01643/2019**: observa que o interessado deixou de apresentar os seguintes
2394 documentos no pedido de inscrição: comprovação dos trabalhos publicados,
2395 das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações
2396 que permitam avaliação de seus méritos, sua quitação com o serviço militar e
2397 comprovante de votação do primeiro turno da eleição de 2018. Acrescenta que
2398 o principal ponto que recomenda o indeferimento da inscrição é a ausência de
2399 comprovação de quitação com o serviço militar. Reforça que a PG já se
2400 manifestou no sentido de não ser a Certidão de Ações Criminais da Justiça
2401 Militar da União documento hábil à comprovação de quitação de serviços
2402 militares. Quanto à alegação do recorrente de que teria anexado os
2403 documentos faltantes na página eletrônica de inscrição em outro concurso,
2404 manifesta que, ao contrário do sustentado pelo recorrente, o sistema eletrônico
2405 não deve impedir que um mesmo candidato se inscreva em mais de um
2406 concurso, pois é perfeitamente possível que um só candidato pretenda
2407 concorrer a mais de um concurso público (fato até mesmo corriqueiro no
2408 âmbito da USP), além disso, esclarece que a justificativa do erro, trazida pelo
2409 interessado em suas razões, não afastam a ausência do necessário zelo que
2410 deve permear o momento da realização de inscrição em concurso público, ao
2411 contrário o reforçam, pois em duas oportunidades houve falha. Conclui que, em
2412 razão da ausência do preenchimento dos requisitos necessários à inscrição do
2413 interessado, e em atenção à observância ao princípio da legalidade em sentido
2414 estrito, pelo acerto da decisão recorrida, recomenda sua manutenção

2415 (15.10.19). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Pedro Leite
2416 da Silva Dias, contrário ao recurso interposto por Luis Henrique Rapucci
2417 Moraes (27.11.19). **7.2 - PROCESSO 2019.1.548.7.3 - RENATA MARQUES**
2418 **DE OLIVEIRA** - Recurso interposto pela candidata Renata Marques de
2419 Oliveira, contra a decisão da Congregação, que indeferiu seu pedido de
2420 inscrição no concurso público de títulos e provas para provimento de um cargo
2421 de Professor Doutor junto à área de Enfermagem em Saúde Mental do
2422 Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica da Escola de
2423 Enfermagem. Edital Atac 062/2019 de abertura de inscrição ao concurso
2424 público de títulos e provas visando ao provimento de um cargo de Professor
2425 Doutor, junto ao Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica,
2426 publicado no D.O de 06 de junho de 2019. Edital ATAc 095/2019 das inscrições
2427 e Comissão Julgadora do referido concurso, aprovadas pela Congregação da
2428 EE em sessão de 28.08.2019, publicado no D.O de 30.08.2019, onde consta o
2429 indeferimento da inscrição da interessada (30.08.19). Recurso interposto pela
2430 candidata Renata Marques de Oliveira, contra a decisão da Congregação da
2431 Escola de Enfermagem, que indeferiu seu pedido de inscrição no concurso
2432 público de títulos e provas para provimento de um cargo de Professor Doutor
2433 junto à área de Enfermagem em Saúde Mental do Departamento de
2434 Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica, argumentando que, no ato da
2435 inscrição, foi enviado o comprovante de votação do segundo turno, não
2436 havendo, portanto, descumprimento do Edital, uma vez que, segundo a
2437 Constituição da República Federativa do Brasil, o segundo turno é considerado
2438 uma eleição (02.09.19). **Parecer da Congregação da EE:** indefere o recurso
2439 interposto pela Sr.^a Renata Marques de Oliveira, entendendo que a situação de
2440 quitação eleitoral não foi comprovada até a finalização do prazo de inscrição no
2441 certame, uma vez que a última eleição foi composta de dois turnos, e
2442 comprovar o voto em apenas um deles não supre a exigência editalícia. Na
2443 oportunidade, deliberou pela não aplicação de efeito suspensivo aos atos do
2444 concurso (11.09.19). Ofício da Diretora EE, Prof.^a Dr.^a Regina Szyllit, ao M.
2445 Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan, encaminhando o recurso interposto pela
2446 candidata Renata Marques de Oliveira, que foi indeferido pela Congregação da
2447 Unidade em 11.09.19 (11.09.19). **Parecer da PG 01583/2019:** destaca que o
2448 Código Eleitoral estabelece que o eleitor, sem a prova de 'que votou na última

2449 eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente' não
2450 poderá se inscrever em concurso público ou empossar-se em cargo público.
2451 Assim, os editais-padrão USP apenas reproduzem disposição legal, ao exigir
2452 dos candidatos 'comprovante(s) de votação da última eleição, prova de
2453 pagamento da respectiva multa ou devida justificativa'. A seguir, ressalta que a
2454 lei e os editais falam em comprovante de votação da última eleição, que não se
2455 confunde com ausência de pendência eleitoral ou quitação eleitoral, já que a
2456 quitação eleitoral trata-se de um conceito mais amplo, que abrange, não
2457 apenas o regular exercício do voto, mas também questões não relacionadas à
2458 condição de eleitor e sua capacidade eleitoral ativa, como a apresentação de
2459 contas de campanha eleitoral. Acrescenta que o cidadão que tenha pendência
2460 com a Justiça Eleitoral, mas queira participar de certame público, por exemplo,
2461 poderá solicitar Certidão Circunstanciada, que especificará a sua situação
2462 eleitoral. Sendo assim, conclui que o regular exercício do voto (capacidade
2463 eleitoral ativa) pode ser verificada, tanto pela certidão de quitação eleitoral, que
2464 a abrange, mas também pelo comprovante de votação da última eleição, como
2465 indica o art. 7º, §1º, 1 do CE, pois somente quem está em seu pleno gozo pode
2466 votar. Em relação ao caso de eleições com dois turnos e a apresentação do
2467 comprovante do segundo turno para cumprir a exigência, alerta que o eleitor
2468 pode não ter votado no primeiro turno e, com esta ausência (se não justificada)
2469 ter atingido as 3 (três) necessárias para o cancelamento de seu título (art. 71 ,
2470 V, do CE), tendo em vista que o cancelamento não é automático e depende da
2471 apuração da Justiça Eleitoral, que ocorre em ano não eleitoral; assim, neste
2472 caso, no momento da inscrição no concurso, o candidato, embora comprove a
2473 votação no segundo turno, poderá já não mais estar na plenitude de sua
2474 capacidade eleitoral ativa. Quanto ao termo "eleição" ser tomado como cada
2475 um dos "turnos" de um pleito, quando há desdobramento do processo eleitoral,
2476 observa que a Constituição, ao tratar da eleição presidencial, dispõe que se
2477 nenhum candidato alcançar a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á
2478 nova eleição, mas o edital de concurso é claro sobre a necessidade de se
2479 apresentar o comprovante de votação de ambos os turnos, nos casos em que
2480 há dois turnos, vejamos: "comprovante(s) de votação da última eleição, prova
2481 de pagamento da respectiva multa ou devida justificativa". Em relação ao caso
2482 concreto, observa que a candidata apresentou, no ato de inscrição, o

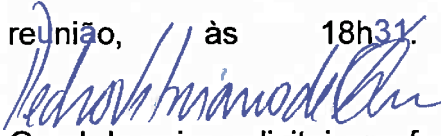
2483 comprovante apenas da votação do segundo turno do último pleito, e não dos
2484 dois turnos, conforme item 1, V, do Edital ATAC 062/19. Constata que o
2485 comprovante de votação do primeiro turno foi juntado somente em grau
2486 recursal. Assim, tendo em vista que não foi cumprida exigência do edital em
2487 seu prazo, opina pelo não provimento do recurso, mantendo-se a decisão de
2488 indeferimento da inscrição (15.10.19). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do
2489 relator, Prof. Dr. Júlio Cerca Serrão, contrário ao recurso interposto pela
2490 interessada, devendo ser considerada a decisão da Congregação da Escola de
2491 Enfermagem (27.11.19). **7.3 - PROCESSO 2019.1.549.7.0 - MAGALI HIROMI**
2492 **TAKASHI** - Recurso interposto pela candidata Magali Hiromi Takashi, contra a
2493 decisão da Congregação, que indeferiu seu pedido de inscrição no concurso
2494 público de títulos e provas para provimento de 02 (dois) cargos de Professor
2495 Doutor, junto ao Departamento de Orientação Profissional da Escola de
2496 Enfermagem. Edital Atac 065/2019 de abertura de inscrição ao concurso
2497 público de títulos e provas visando ao provimento de 02 (dois) cargos de
2498 Professor Doutor, junto ao Departamento de Orientação Profissional, publicado
2499 no D.O de 06 de junho de 2019. Edital ATAc 098/2019 das inscrições e
2500 Comissão Julgadora do referido concurso, que foram aprovadas pela
2501 Congregação da EE em sessão de 28.08.2019, publicado no D.O de
2502 30.08.2019, onde consta o indeferimento da inscrição da interessada. Recurso
2503 interposto pela candidata Magali Hiromi Takashi, contra a decisão da
2504 Congregação da Escola de Enfermagem, que indeferiu seu pedido de inscrição
2505 no concurso público de títulos e provas para provimento de dois cargos de
2506 Professor Doutor junto ao Departamento de Orientação Profissional,
2507 argumentando que, por um lapso de quem digitalizou os documentos
2508 preparados pela mesma, deixou de registrar o comprovante de votação no 1º
2509 turno das eleições gerais de 2018, que estava junto com os demais
2510 documentos (03.09.19). **Parecer da Congregação da EE:** indefere o recurso
2511 interposto pela Sr.^a Magali Hiromi Takashi, entendendo que a situação de
2512 quitação eleitoral não foi comprovada até a finalização do prazo de inscrição no
2513 certame, uma vez que a última eleição foi composta de dois turnos, e
2514 comprovar o voto em apenas um deles não supre a exigência editalícia. Na
2515 oportunidade, delibera, também, pela não aplicação de efeito suspensivo aos
2516 atos do concurso (11.09.19). Ofício da Diretora EE, Prof.^a Dr.^a Regina Szylił, ao

2517 M. Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan, encaminhando recurso interposto pela
2518 candidata Magali Hiromi Takashi, que foi indeferido pela Congregação da
2519 Unidade em 11.09.19 (11.09.19). **Parecer da PG 01587/2019**: destaca que o
2520 Código Eleitoral estabelece que o eleitor, sem a prova de "que votou na última
2521 eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente" não
2522 poderá se inscrever em concurso público ou empossar-se em cargo público.
2523 Assim, os editais-padrão USP apenas reproduzem disposição legal, ao exigir
2524 dos candidatos "comprovante (s) de votação da última eleição, prova de
2525 pagamento da respectiva multa ou devida justificativa". A seguir, ressalta que a
2526 lei e os editais falam em comprovante de votação da última eleição, que não se
2527 confunde com ausência de pendência eleitoral ou quitação eleitoral, já que a
2528 quitação eleitoral trata-se de um conceito mais amplo, que abrange, não
2529 apenas o regular exercício do voto, mas também questões não relacionadas à
2530 condição de eleitor e sua capacidade eleitoral ativa, como a apresentação de
2531 contas de campanha eleitoral. Acrescenta que o cidadão que tenha pendência
2532 com a Justiça Eleitoral, mas queira participar de certame público, por exemplo,
2533 poderá solicitar Certidão Circunstanciada, que especificará a sua situação
2534 eleitoral. Sendo assim, conclui que o regular exercício do voto (capacidade
2535 eleitoral ativa) pode ser verificada, tanto pela certidão de quitação eleitoral, que
2536 a abrange, mas também pelo comprovante de votação da última eleição, como
2537 indica o art. 7º, §1º, 1 do CE, pois somente quem está em seu pleno gozo pode
2538 votar. Em relação ao caso de eleições com dois turnos e a apresentação do
2539 comprovante do segundo turno para cumprir a exigência, alerta que o eleitor
2540 pode não ter votado no primeiro turno e, com esta ausência (se não justificada)
2541 ter atingido as 3 (três) necessárias para o cancelamento de seu título (art. 71 ,
2542 V, do CE), tendo em vista que o cancelamento não é automático e depende da
2543 apuração da Justiça Eleitoral, que ocorre em ano não eleitoral; assim, neste
2544 caso, no momento da inscrição no concurso, o candidato, embora comprove a
2545 votação no segundo turno, poderá já não mais estar na plenitude de sua
2546 capacidade eleitoral ativa. Quanto ao termo "eleição" ser tomado como cada
2547 um dos "turnos" de um pleito, quando há desdobramento do processo eleitoral,
2548 observa que a Constituição, ao tratar da eleição presidencial, dispõe que se
2549 nenhum candidato alcançar a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á
2550 nova eleição, mas o edital de concurso é claro sobre a necessidade de se

2551 apresentar o comprovante de votação de ambos os turnos, nos casos em que
2552 há dois turnos, vejamos: "comprovante(s) de votação da última eleição, prova
2553 de pagamento da respectiva multa ou devida justificativa". Em relação ao caso
2554 concreto, observa que a candidata apresentou, no ato de inscrição, o
2555 comprovante apenas da votação do segundo turno do último pleito, e não dos
2556 dois turnos, conforme item 1, V, do Edital ATAC 065/2019. Constata que a
2557 certidão de quitação eleitoral e o comprovante de votação dos dois turnos
2558 foram juntados somente em grau recursal. Assim, tendo em vista que não foi
2559 cumprida exigência do edital em seu prazo, opina pelo não provimento do
2560 recurso, mantendo-se a decisão de indeferimento da inscrição (15.10.19).

2561 **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Júlio Cerca Serrão,
2562 contrário ao recurso interposto pela interessada, devendo ser considerada a
2563 decisão da Congregação da Escola de Enfermagem (27.11.19). **7.4 -**
2564 **PROCESSO 2019.1.550.7.8 - NAYARA GONÇALVES BARBOSA -** Recurso
2565 interposto pela candidata Nayara Gonçalves Barbosa, contra a decisão da
2566 Congregação, que indeferiu seu pedido de inscrição no concurso público de
2567 títulos e provas para provimento de um cargo de Professor Doutor junto à área
2568 de Enfermagem Materna-Infantil do Departamento de Enfermagem Materno-
2569 Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem. Edital ATAc 061/2019 de
2570 abertura de inscrição ao concurso público de títulos e provas visando ao
2571 provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de
2572 Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica, publicado no D.O de 06 de junho
2573 de 2019. Edital ATAc 094/2019 das inscrições e Comissão Julgadora do
2574 referido concurso, que foram aprovadas pela Congregação da EE, em sessão
2575 de 28.08.2019, publicado no D.O de 30.08.2019, onde consta o indeferimento
2576 da interessada (30.08.19). Recurso interposto pela candidata Nayara
2577 Gonçalves Barbosa, contra a decisão da Congregação da Escola de
2578 Enfermagem, que indeferiu seu pedido de inscrição no concurso público de
2579 títulos e provas para provimento de um cargo de Professor Doutor junto à área
2580 de Enfermagem Materna-Infantil do Departamento de Enfermagem Materno-
2581 Infantil e Psiquiátrica, argumentando que se encontrava quite com a justiça
2582 eleitoral na data da inscrição, apresentando o comprovante de justificativa de
2583 votação no 1º turno da eleição de 2018. (30.08.19). **Parecer da Congregação**
2584 **da EE:** indefere o recurso interposto pela Sr.^a Nayara Gonçalves Barbosa,

2585 manifestando que manteve o indeferimento da inscrição porque entende que a
2586 situação de quitação eleitoral não foi comprovada até a finalização do prazo de
2587 inscrição no certame, uma vez que a última eleição foi composta de dois
2588 turnos, e comprovar o voto em apenas um deles não supre a exigência
2589 editalícia. Na oportunidade, deliberou pela não aplicação de efeito suspensivo
2590 aos atos do concurso (11.09.19). Ofício da Diretora EE, Prof.^a Dr.^a Regina
2591 Szyllit, ao M. Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan, encaminhando o recurso
2592 interposto pela candidata Nayara Gonçalves Barbosa, que foi indeferido pela
2593 Congregação da Unidade em 11.09.19 (11.09.19). **Parecer da PG 01586/2019:**
2594 destaca que o Código Eleitoral estabelece que o eleitor, sem a prova de "que
2595 votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou
2596 devidamente" não poderá se inscrever em concurso público ou empossar-se
2597 em cargo público. Assim, os editais-padrão USP apenas reproduzem
2598 disposição legal, ao exigir dos candidatos "comprovante (s) de votação da
2599 última eleição, prova de pagamento da respectiva multa ou devida justificativa".
2600 A seguir, ressalta que a lei e os editais falam em comprovante de votação da
2601 última eleição, que não se confunde com ausência de pendência eleitoral ou
2602 quitação eleitoral, já que a quitação eleitoral trata-se de um conceito mais
2603 amplo, que abrange, não apenas o regular exercício do voto, mas também
2604 questões não relacionadas à condição de eleitor e sua capacidade eleitoral
2605 ativa, como a apresentação de contas de campanha eleitoral. Acrescenta que o
2606 cidadão que tenha pendência com a Justiça Eleitoral, mas queira participar de
2607 certame público, por exemplo, poderá solicitar Certidão Circunstanciada, que
2608 especificará a sua situação eleitoral. Sendo assim, conclui que o regular
2609 exercício do voto (capacidade eleitoral ativa) pode ser verificada, tanto pela
2610 certidão de quitação eleitoral, que a abrange, mas também pelo comprovante
2611 de votação da última eleição, como indica o art. 7º, §1º, 1 do CE, pois somente
2612 quem está em seu pleno gozo pode votar. Em relação ao caso de eleições com
2613 dois turnos e a apresentação do comprovante do segundo turno para cumprir a
2614 exigência, alerta que o eleitor pode não ter votado no primeiro turno e, com
2615 esta ausência (se não justificada) ter atingido as 3 (três) necessárias para o
2616 cancelamento de seu título (art. 71 , V, do CE), tendo em vista que o
2617 cancelamento não é automático e depende da apuração da Justiça Eleitoral,
2618 que ocorre em ano não eleitoral; assim, neste caso, no momento da inscrição

2619 no concurso, o candidato, embora comprove a votação no segundo turno,
2620 poderá já não mais estar na plenitude de sua capacidade eleitoral ativa. Quanto
2621 ao termo "eleição" ser tomado como cada um dos "turnos" de um pleito,
2622 quando há desdobramento do processo eleitoral, observa que a Constituição,
2623 ao tratar da eleição presidencial, dispõe que se nenhum candidato alcançar a
2624 maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, mas o edital de
2625 concurso é claro sobre a necessidade de se apresentar o comprovante de
2626 votação de ambos os turnos, nos casos em que há dois turnos, vejamos:
2627 "comprovante(s) de votação da última eleição, prova de pagamento da
2628 respectiva multa ou devida justificativa". Em relação ao caso concreto, observa
2629 que a candidata apresentou, no ato de inscrição, o comprovante apenas de
2630 justificativa de ausência no primeiro turno do último pleito e não dos dois
2631 turnos, conforme item 1, V, do Edital ATAC 061/19 e que, a certidão de
2632 quitação eleitoral foi juntada somente em grau recursal. Assim, tendo em vista
2633 que não foi cumprida exigência do edital em seu prazo, opina pelo não
2634 provimento do recurso, mantendo-se a decisão de indeferimento da inscrição
2635 (15.10.19). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Júlio Cerca
2636 Serrão, contrário ao recurso interposto pela interessada, devendo ser
2637 considerada a decisão da Congregação da Escola de Enfermagem (27.11.19).
2638 **M. Reitor:** "Vou retirar o Item 7 de pauta. São todos recursos em concursos e
2639 estou sugerindo que a CLR faça uma proposta de delegação de competência
2640 para decidir sobre assuntos dessa espécie, pois aqui não estamos
2641 aprofundando sobre esses assuntos, sendo improdutivos. Eu sei que a CLR
2642 está trabalhando em uma regulamentação da forma de como deve ser feito o
2643 concurso. Talvez possam apresentar o resultado dos trabalhos na primeira ou
2644 segunda reunião do ano que vem. Muito obrigado a todos. Boas festas e feliz
2645 2020." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a
2646 reunião, às 18h31. Do que, para constar, eu,
2647 , Prof. Dr. Pedro Vitoriano Oliveira, Secretário
2648 Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos
2649 Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e
2650 por mim assinada. São Paulo, 17 de dezembro de 2019.